

RN ECONÔMICO

Revista mensal para homens de negócios

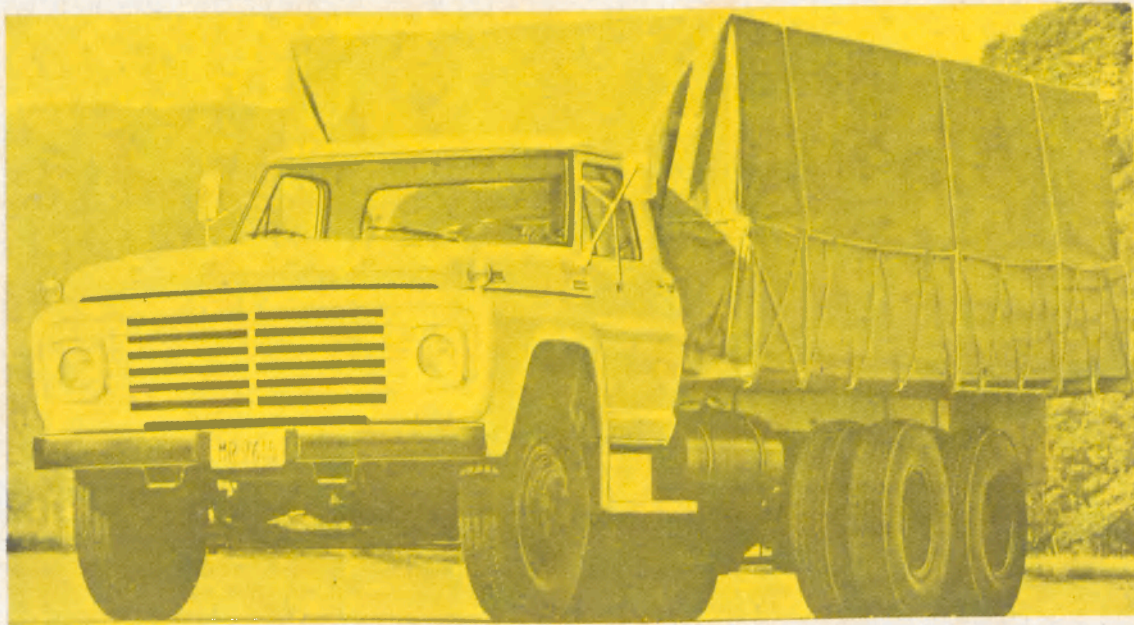
ANO X — N° 101 — ABRIL/79 — Cr\$ 35,00

**Lavoisier longe
do diálogo e
da paz política**

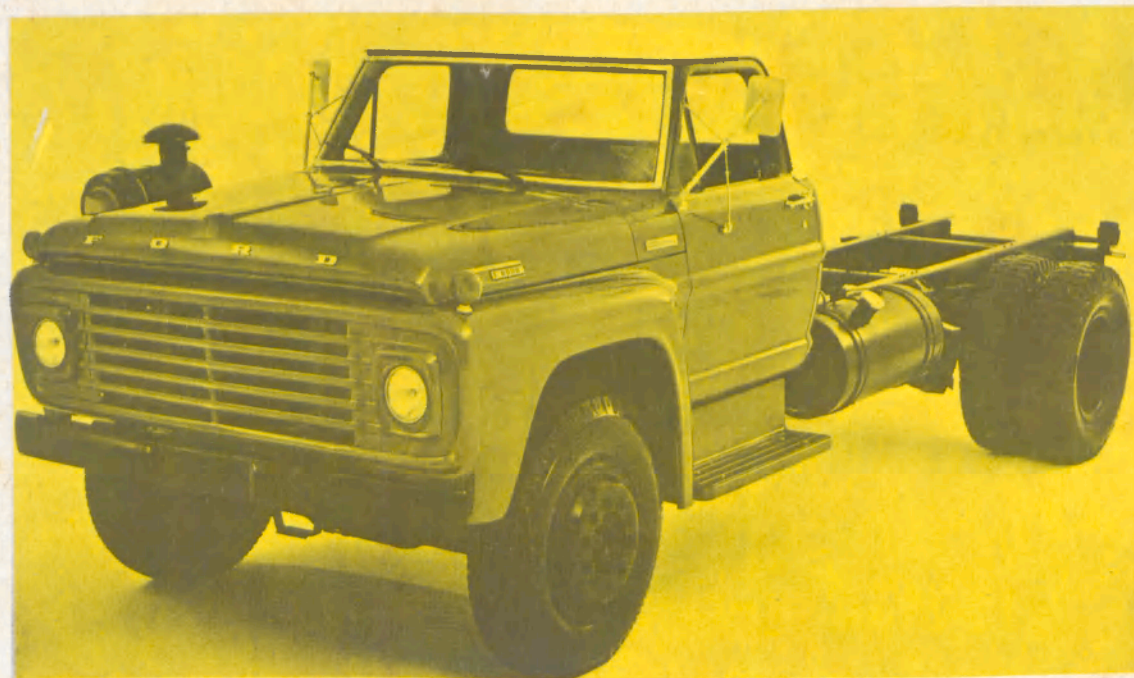
**Professores
do RN aprendem
a reivindicar**

**Artêmia: novo
produto na pauta
de exportações**

410



FORD F-7.000



FORD F-8.000



Pense forte, pense FORD

REVENDEDORES AUTORIZADOS EM NATAL:

GRANORTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

MATRIZ: Av. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-4586, 231-3097 e 231-4272.

FILIAL: Rua Presidente Bandeira, 656 — Fones: 231-4586.

Expediente**Sumário****Diretores-Editores**

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Gerente Administrativo

Maurício Fernandes

Redatores

Aderson França
José Ari
Luciano Herbert
Paulo de Souza Lima
Petit das Virgens
Sávio Ximenes

Correspondente em Mossoró

Emery Costa

Diagramação e Páginção

Fernando Fernandes

Fotografias

João Garcia de Lucena

Fotocomposição e Montagem

Antônio José D. Barbalho
Fortunato Gonçalves
Francisco das C. Martins

Departamento de Assinaturas

Célia Maria da Silva

Consultores

Pedro Simões Neto, Alcir Veras da Silva, Alvamar Furtado, Dom Antônio Costa, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Janilson de Paula Rego, João Frederico Abbott Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n° 08286320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-3576. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. — CGC n° 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 35,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 280,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 40,00.

Reportagens

Lavoisier longe do diálogo e da paz política	8
Professores do RN aprendendo a reivindicar	17
Dinheiro do BNH está estimulando "câmbio negro" no mercado de imóveis	21
Barragem do Açú: depois do projeto concluído e obras iniciadas, o "diálogo"	24
Estado quer concorrer com SENAI na formação de mão-de-obra	32
No mercado de carne, o descontentamento é geral	40
O que há de verdadeiro na "corrida do ferro"?	45
DATANORTE dá prejuízo. O que o Estado tem com isto?	50
Artêmia: um novo projeto na pauta de exportações do RN	52
Iniciado o diálogo entre o prefeito e os empresários de Natal	55
J. MOTTA: um exemplo de que a união faz a força	64
Livros: o mercado poderia crescer mais se os preços não fossem tão altos	67
CREA estuda novos meios de eliminar a prática do "canetismo"	71

Secções

Homens & Empresas	4
Página do Editor	7
Oeste Econômico	36
Agenda do Empresário	66
Direito Econômico	74
Explicação Necessária	75

Artigo

Pedro Simões Neto Austeridade: boa palavra, péssimos exemplos	59
--	----

HOMENS & EMPRESAS

CIDADE SATÉLITE NÃO PODE MAIS ESPERAR

Num ano de crise econômica, por decorrência natural da seca ou do inverno irregular que está prejudicando o desempenho da agricultura e da pecuária do Estado, e quando as arrecadações do Estado e dos municípios deverão cair, é incompreensível que os poderes públicos continuem protelando a autorização para o início da construção da "Cidade Satélite", um conjunto residencial com 4 mil casas que representará um investimento superior a Cr\$ 2 bilhões e que permitirá a criação de milhares de empregos em Natal e cidades vizinhas durante pelo menos dois anos. O *INOCOOP-RN* já dispõe dos recursos e depende apenas do bom-senso das autoridades municipais de Natal para iniciar a obra. Existem 12 mil candidatos inscritos para as quatro mil residências.

DISTRIBUIDORA SERIDÓ EM NOVA SEDE ESTE ANO

Até dezembro deverá ser inaugurada a nova sede da *Distribuidora de Automóveis Seridó S/A*, revendedora *Volkswagen* em Natal. Contando com uma área coberta de 3 mil metros quadrados e mais 5 mil metros de área para estacionamento interno, as futuras instalações da *Seridó* representam um investimento da ordem de Cr\$ 16 milhões. *José Pinto Freire*, diretor da empresa, informa que a loja e oficinas atuais da avenida Salgado Filho serão mantidas em funcionamento.

FÁBRICA DE CERVEJA CUSTARÁ 800 MILHÕES

Enquanto providenciou o envio de projeto à *SUDENE*, no valor de Cr\$ 800 milhões, a *Cervejaria Nordeste S/A* cuidou logo de comprar um grande terreno às margens da Lagoa de Extremoz, a poucos quilômetros de Natal, pela quantia de Cr\$ 8 milhões. O grupo empresarial que compõe a indústria de cerveja a ser implantada no Rio Grande do Norte a partir do próximo mês de junho é o mesmo que dirige a *CERPA* e a *CERMA*, as principais cervejarias do Norte do País.

EFREM LIMA INAUGURA CENTRO DE FORMAÇÃO

O presidente do *Instituto de Previdência do Estado*, *Efrem Lima*, proporcionou ao governador *Lavosier Maia* a inauguração da primeira obra do atual Governo: o *Centro de Formação Profissional do IPE*, localizado na avenida Floriano Peixoto, em frente à sede do *Banco de Desenvolvimento*. O *Centro de Formação Profissional* tem como finalidade principal proporcionar cursos para os dependentes dos servidores estaduais. No momento, já estão em andamento cursos de datilografia e de corte e costura.



Jussier Santos

EMPROTURN QUER APOIAR O TURISMO

O diretor-presidente da *EMPROTURN — Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo*, *Jussier Santos*, contratou os serviços do jurista *Ivan Maciel de Andrade* para que ele, tomando por base a legislação do turismo dos principais Estados brasileiros, elabore uma lei básica de apoio ao turismo no Rio Grande do Norte. Ao lado desta oportuna providência, *Jussier* já está conseguindo dar um novo ritmo de trabalho à empresa, mantendo excelente relacionamento com o empresariado do setor turístico. Em apoio às idéias de *Jussier Santos*, a *Editora RN/ECONÔMICO Ltda.* fará voltar à circulação a revista *RN/TURISMO*, agora com tiragem de 30 mil exemplares.

SPERB JÁ OFERECE 620 EMPREGOS DIRETOS

A *Sperb do Nordeste S/A — Indústria Têxtil* já está operando no distrito industrial de Eduardo Gomes, a 70 por cento da sua capacidade, produzindo 500 toneladas por mês de fios finos. No momento, a empresa já proporciona 620 empregos diretos, sem falar num razoável número de operários da construção civil que ultimam as obras físicas da indústria. Dirigida por *Irineu Osvaldo Sperb*, *Roberto Querino Sperb* e *Egydio Zilles*, a empresa chegará, em junho próximo, à sua capacidade total de produção.

LAVANDERIA INDUSTRIAL ABERTA AO GRANDE PÚBLICO

A *Servebem — Comércio, Indústria e Serviço Ltda.*, a mesma empresa que distribui em Natal a *Cerveja Cerma*, investiu Cr\$ 4 milhões na instalação de uma lavanderia industrial que dentro dos próximos 30 dias estará aberta ao público natalense, oferecendo serviços de lavagem de roupa ao nível do que já se faz nos grandes centros. Os irmãos *Milton* e *Nilton Minora* e mais *Sérgio Polari*, dirigentes da *Servebem*, têm ainda alguns outros projetos empresariais em vista.

CYRO CAVALCANTI AMPLIA INSTALAÇÕES DA RIBEIRA

Cyro Cavalcanti, uma das organizações comerciais mais tradicionais do Rio Grande do Norte no ramo de peças, máquinas e motores, é agora o distribuidor exclusivo para o Estado da linha de motores marítimos, estacionários e veiculares da marca *MWM*. Por outro lado, a empresa está dinamizando o seu departamento de perfuração e instalação de poços, empregando bombas submersas hidráulicas que garantem melhor desempenho e recebem a melhor assistência técnica da região. Para atender a essa expansão das suas atividades, *Cyro Cavalcanti* teve que anexar às suas instalações do bairro da Ribeira mais 1.300 metros quadrados de área.

HOMENS & EMPRESAS

ECOCIL LANÇA MAIS UM CONDOMÍNIO FECHADO

A *Empresa de Construções Civis Ltda. — ECOCIL* — está lançando mais um edifício em condomínio fechado, depois do grande êxito que representou o *Edifício Riomar*. Trata-se, agora, de um prédio com dez andares, com apenas um apartamento por andar, numa das melhores áreas residencial de Natal: à rua Joaquim Fabrício, bairro de Petrópolis, no terreno que pertenceu à *Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos*. Já se inscreveram 8 candidatos aos 10 apartamentos, embora a *ECOCIL* tenha apenas publicado um pequeno aviso pelos jornais sobre o lançamento.

RN/ECONÔMICO ADQUIRE TERRENO NA BR-101

A *Editora RN/ECONÔMICO Ltda.* aplicou parte dos lucros obtidos no exercício de 1978 na aquisição de um terreno de 15 mil metros quadrados, às margens da Rodovia BR-101, nas proximidades da fábrica da *Alpargatas Confecções*. É meta da empresa, dentro dos próximos dois anos, dar início à construção de novas instalações, onde serão centralizadas todas as atividades do grupo *RN/ECONÔMICO*.

FERNANDO BEZERRA À CAMINHO DA FIERN

Já está sendo providenciado o registro da chapa única que concorrerá à eleição para a nova diretoria da *Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte*. Encabeçada pelo engenheiro *Fernando Bezerra*, presidente do *Sindicato da Indústria da Construção Civil*, a chapa mantém praticamente toda a atual diretoria, aparecendo como nome novo apenas o de *Abelrio Rocha* para secretário. *Expedito Amorim*, atual ministro do *Tribunal Superior do Trabalho*, será eleito representante da *FIERN* junto à *Confederação Nacional da Indústria*, condição indispensável para que ele continue ocupando a tesouraria da *CNI*.

NATÉRCIA JÁ ESTÁ COMPRANDO MÁQUINAS

A *NATÉCIA — Companhia Têxtil de Natal*, projeto industrial em fase de implantação no município de Eduardo Gomes, que se destinará à fabricação de toalhas, continua sendo gradativamente implantado. Com as suas obras físicas bastante adiantadas, o grupo que o lidera já deu início às compras de equipamentos, já tendo investido em máquinas Cr\$ 6,5 milhões somente nos últimos meses.

TARGINO NA GERÊNCIA DA FEDERAL DE SEGUROS

Ao que tudo indica, a *Federal de Seguros S/A* deverá passar a ser gerenciada no Rio Grande do Norte pelo seu atual supervisor de produção, *Francisco Targino Pessoa Neto*, funcionário da empresa seguradora há nove anos. *Targino* é muito bem relacionado com os meios empresariais e com os poderes públicos do Estado, além de ter sido um dos maiores amigos de *Augusto Monteiro*, ex-gerente, recentemente falecido, e que foi — sem dúvida — o grande responsável pela destacada posição da *Federal de Seguros* entre nós.

“CONTRA SOL” PRODUZIDO EM ESCALA INDUSTRIAL

Um jovem estudante de Engenharia Mecânica, *Francisco Medeiros*, inventou há três anos um aparelho de proteção contra o sol para ser usado por automóveis estacionados. Ao invento foi dado o nome de “*Contra Sol*”. Mas depois de comprovar o valor da sua invenção, o jovem não tinha como industrializá-la. Com ajuda do *CEAG-RN*, que elaborou um projeto, e do *BDRN*, que lhe fez um financiamento de Cr\$ 223 mil, *Francisco Medeiros* agora já consegue produzir 2 mil unidades de “*Contra Sol*” por mês, que estão sendo comercializadas não só em Natal, mas em João Pessoa, Recife, Fortaleza, e uma primeira remessa já seguiu para o Rio de Janeiro. A pequena indústria está situada em Natal, na rua Leonel Leite, e proporciona 8 empregos diretos.

AÇUCAREIRA GANHA AÇÃO CONTRA ESTADO

A *Companhia Açucareira Vale do Ceará Mirim* obteve ganho de causa em ação contra o Governo do Estado, em que pedia a restituição de Cr\$ 2.031.683,00, correspondentes a ICM cobrados em excesso pela Secretaria da Fazenda. Esta importância será devolvida com correção monetária.

DIVEMO VISITADA POR DIRETORES DA MERCEDES-BENZ

Por ocasião do Seminário de Gerência de Serviços, promovido em Natal pela *DIVEMO* e contando com a presença dos gerentes das concessionárias *Mercedes-Benz* de todo o Nordeste, estiveram na cidade dois diretores desta indústria automobilística: *A. Branding* — do setor de vendas, e *H. J. Wilhem* — do setor de serviços. Além de participarem como conferencistas do Seminário, os dirigentes da *Mercedes-Benz* fizeram demorada visita às instalações da *DIVEMO*, externando a melhor impressão.

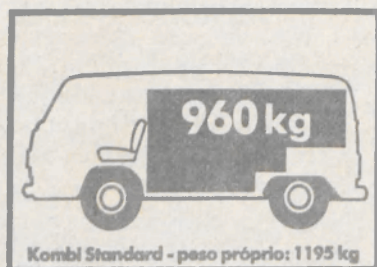
GUARARAPES: GRANDE LUCRO E NOVOS PLANOS DE EXPANSÃO

Repetindo os excelentes resultados de todos os anos, a *Confecções Guararapes S/A* está publicando seu balanço referente ao exercício de 1978, onde apresenta um lucro líquido de Cr\$ 256 milhões. Dentro da sadia política de reinvestimento do lucro, sempre defendida e posta em prática pelo diretor-presidente *Nevaldo Rocha*, a *Guararapes* já traçou seu plano de expansão para 1979 e começou a executá-lo, construindo duas novas unidades fabris (Natal e Fortaleza).

GLEYRE ASSUME RELAÇÕES PÚBLICAS DO GOVERNO

O advogado *Gleyre Belchior Bezerra* foi convidado e aceitou assumir o cargo de chefe do setor de Relações Públicas do gabinete do governador *Lavoisier Maia*, já se encontrando em pleno exercício da nova atividade.

Você tem uma idéia totalmente errada sobre economia no transporte urbano de carga.



A verdadeira economia de um veículo comercial não se limita ao tanque de gasolina.

Para operar com lucro no tráfego intenso e congestionado dos grandes centros, um veículo, antes de tudo, não deve carregar peso morto.

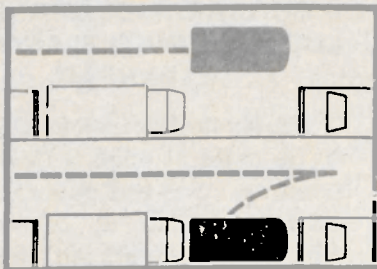
A Linha Kombi apresenta a melhor relação peso/carga dentro da faixa



dos comerciais leves: transporta cerca de 1 quilo de carga útil para cada quilo de peso próprio, enquanto que os concorrentes só conseguem carregar meio quilo de carga para cada quilo de peso próprio. Isso significa que a Linha Kombi tem aproveitamento integral da sua capacidade em cada viagem.



Os detalhes de construção de todas as versões da Linha Kombi, especialmente a posição da cabina, permitem maior aproveitamento do compartimento de carga, possibilitando uma distribuição homogênea do peso sobre os eixos. Nenhum outro veículo da sua categoria transporta 1 tonelada de carga útil.



Grças ao seu tamanho compacto, cada veículo Kombi permite manobras rápidas em pátios de carga e descarga, estacionamento em pequenas vagas e facilidade de circulação no tráfego urbano.

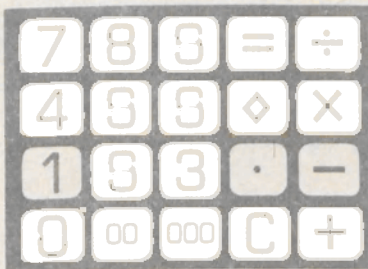
Em percursos diários entre 100 e 300 km, a Linha Kombi representa a melhor opção para entregas a domicílio ou reposição de estoques de seus Clientes.

Os modelos Kombi podem



transportar 12 fogões de 4 bocas, 24 aparelhos de TV a cores de 20", 10 máquinas de lavar para 6 kg, 8 geladeiras com freezer, 800 litros de leite, 600 frangos de 1 1/2 kg, 180 perus de 5 kg, 1.600 queijos de 1/2 kg, 25.000 maçãs de cigarros, 18.000 ovos, 5.500 picolés, etc., etc...

A versatilidade da Linha Kombi oferece sempre o modelo mais adequado para cada uso e cada necessidade.



Agora, faça os cálculos. Menor preço de compra entre os veículos de sua classe. Mecânica VW. Baixo consumo e manutenção simples. Durabilidade. Menor depreciação.

Some tudo isso e você comprovará que a Linha Kombi tem o menor custo operacional no transporte urbano de carga.

A marca que conhece o nosso chão.
Garanta o combustível de amanhã. Respeite os 80.



REVENDEDORES
AUTORIZADOS

MARPAS S. A. Av. Tavares de Lira, 159 — Fone: 222-0140
Rua Presidente Sarmiento, 592 — Alecrim

Dist. de Automóveis SERIDÓ S. A. Av. Salgado Filho, 1669 — Fone: 231-2212



SERÁ A BARRAGEM A MELHOR ALTERNATIVA PARA O BAIXO-AÇU?

Com base nos exemplos que estão à nossa disposição, as grandes obras de açudagem até hoje construídas no Nordeste não ajudaram a mudar o panorama de pobreza geral no interior dos Estados dessa área. Aqui mesmo no Rio Grande do Norte, onde existem vários açudes e barragens de grande porte — como o Mendubim, o Gargalheiras, o Itans, o Pataxó e muitos outros — não se pode afirmar com segurança que, por conta deles, a vida do povo melhorou, a agricultura evoluiu, a economia teve impulso. São obras extremamente caras, quando muito de valor discutível, de utilidade muito restrita e relativa, que jamais deram um retorno proporcional ao seu preço.

No passado, até por conta da falta de uma tecnologia agrícola mais eficiente, é compreensível que a açudagem de grande porte tenha tido uma justificativa. E, a rigor, pensava-se mais nos açudes como meio de prevenir inundações e de armazenar água para os períodos de seca, do que como instrumento para apoiar a agricultura. Afinal, antigamente as terras não tinham grande valor e cobri-las com água era como uma bênção, principalmente para os pecuaristas. Hoje as coisas evoluíram. Todo espaço tornou-se vital. Água já se obtém por meios mais eficientes através da exploração dos lençóis subterrâneos. Não foi através de açudes que se conseguiu fazer a revolução verde em algumas das regiões mais secas do mundo, como a Califórnia e Israel. E para não ir tão longe, bem podemos citar um exemplo local: o projeto da MAISA, implantado numa faixa de terra do município de Mossoró que até alguns anos atrás era como um deserto.

Talvez por ter dinheiro sobrando, talvez por falta de imaginação ou por simples teimosia, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) — órgão federal encarregado de planejar e executar uma política de combate às secas no Nordeste — está dando início no Rio Gran-

de do Norte a mais uma barragem gigantesca, desta vez na região do baixo-Açu, inundando dezenas de milhares de hectares de terras da melhor qualidade, inclusive ricas em minerais. Até uma cidade inteira (São Rafael — cerca de 10 mil habitantes) será tragada pelas águas, sendo o seu povo obrigado a procurar outro habitat e a esquecer seu passado, seu lugar, suas origens. Tudo em nome de um projeto elaborado em sigilo, nos gabinetes dos tecnocratas, que a Nação vai financiar sem ter a menor noção dos seus futuros resultados, até porque nenhum projeto similar tem apresentado resultados muito favoráveis.

Promete-se a criação de condições para uma agricultura irrigada, através de um programa de colonização que atenderá a uma grande parte dos próprios agricultores ora atingidos pela desapropriação de suas terras. Chega-se ao requinte de prometer que um hectare que hoje rende apenas Cr\$ 500,00 por ano poderá passar a render até Cr\$ 150 mil, promessa que peca por otimismo excessivo, sendo portanto temerária e precipitada.

Só depois do projeto concluído, com a sua implantação iniciada, chega o DNOCS ao Estado para tentar explicá-lo; para tentar “dialogar” com o povo desinformado, que vive dias de incerteza. E nessa missão tardia conta até com o apoio de alguns políticos que, por representarem o povo, deveriam na verdade estar questionando certos aspectos da obra, perguntando se não haveria outra alternativa menos drástica para o Vale do Açu.

De fato, sabe-se que a obra já é irreversível. Custará talvez alguns bilhões de cruzeiros. Nada mais há a fazer, pois a decisão veio de cima para baixo. Resta, agora, esperar que não tenhamos nela um novo fracasso do poder público.

Marcos Aurélio de Sá

LAVOISIER LONGE DO DIÁLOGO E DA PAZ POLÍTICA

Episódios como o da Assembléia Legislativa, que pediu explicações ao governador sobre a acusação de corrupção que o jornal do Governo fez ao deputado Vivaldo Costa; como o atrito do chefe do Executivo estadual com o ministro da Previdência; como o movimento dos professores por aumento salarial; ou como o problema da seca e o leilão do feijão podre da CIDA, são assuntos que estão servindo para testar o desempenho político e administrativo do médico Lavoisier Maia. E os entendidos em política afirmam que nem sempre ele está se saindo bem.

Menos de dois meses depois de assumir o Governo do Estado, o médico Lavoisier Maia Sobrinho já começou a enfrentar severos testes de aptidão para as atividades políticas e administrativas, e nem sempre tem conseguido boas notas. Nos seus primeiros dias de mandato, coube à sua própria Assessoria de Imprensa criar-lhe os primeiros problemas, ao distribuir aos jornalistas natalenses uma estapafúrdia biografia do governante onde ele era classificado, entre outras coisas, de "aparentemente tranquilo". De saída, o episódio provocou a desconvoação de Nilson Patriota para a Secretaria de Comunicação Social (que estava para ser criada), o que teria sido exigido pelos familiares do próprio Lavoisier.

Mas a lição não foi suficiente: Nilson, que continuou na presidência da Companhia Editora do Estado (empresa mista que edita o jornal *A REPÚBLICA*), novamente criava confusão para o governo, ao permitir

a veiculação pelo jornal oficial de uma notícia que acusava o deputado estadual arenista, e também médico como o governador, de prática de corrupção. A notícia gerou uma verdadeira crise na Assembléia Legislativa: num fugaz acesso de rebeldia, os deputados da ARENA (à exceção de um) assinaram uma nota de desagravo a Vivaldo Costa e solicitando uma explicação direta do governador para o tipo de noticiário que o órgão de imprensa do governo estava veiculando. Fugindo à responsabilidade pelo ato, Nilson provocou a exoneração do jornalista Antônio Melo, então diretor-responsável de *A REPÚBLICA*, e irmão do vice-governador Geraldo José de Melo. Isso provocou outro desdobramento para o problema: a redação do jornal iniciou um movimento pela demissão do presidente da CERN pela volta de Antônio Melo. Este movimento fracassou, resultando na demissão de vários jornalistas que dele participa-

ram. E Lavoisier Maia enfrentou o problema com a omissão, deixando que ele caísse no esquecimento. Nenhuma resposta foi apresentada à Assembléia pelo governador que, confiante na maioria que ali possui, preferiu dizer pela imprensa que os deputados tinham liberdade de agir como quisessem, em relação ao seu governo.

'A QUESTÃO DA PREVIDÊNCIA
— Por outro lado, nessa mesma época, os deputados federais da banca arenista do Rio Grande do Norte, por solicitação do ministro da Previdência Social Jair Soares, haviam feito indicações de nomes para ocuparem os cargos de chefia do INPS, INAMPS, IAPAS, Legião Brasileira de Assistência e Central de Medicamentos neste Estado. Entre os nomes levados ao ministro estavam alguns considerados não gratos ao Palácio Potengi, como por exemplo o do ex-deputado Dalton Cunha, que foi adversário do ex-governador



O governador Lavoisier Maia prometeu o diálogo no discurso de posse e disse que a sua meta é a paz política. Ainda não se viu nem uma coisa, nem outra, embora o clima permaneça "aparentemente tranqüilo".

Tarcísio Maia na Assembléia, depois do acordo político da família Maia com Aluísio Alves. Lavoisier Maia tomou o gesto dos deputados potiguares como de hostilidade ao seu poder, pois ao que parece esperava ser consultado previamente sobre tais nomeações.

Avisado na undécima hora de que os atos já estavam prontos para ser assinados pelo ministro, o governador viajou imediatamente a Brasília para tentar mudar os rumos do assunto, não sem antes denunciar que os deputados federais haviam promovido um "sorteio" dos cargos da Previdência Social no Rio Grande do Norte. Primeiro, essa denúncia apareceu nas páginas do jornal oficial *Tribuna do Norte*, para em seguida ser divulgada nacionalmente pelos principais colunistas políticos do Sul do país. Ao receber o governador Lavoisier Maia e ao ouvir dele o protesto contra a indicação de nomes para cargos federais de chefia, sem o seu conhecimento, teria o ministro Jair Soares retrucado que não devia satisfações nem aceitaria sua interferência nos assuntos da Previdência Social, assim como não



Dalton Cunha, um adversário dos Maias, poderá ser escolhido para dirigir o INPS no Estado. Lavoisier toma isto como uma derrota pessoal.

procuraria interferir de forma alguma na administração pública potiguar. Há quem afirme, ainda, que Lavoisier tentou fazer considerações desfavoráveis ao deputado Vingt Rosado perante o ministro, e que este lhe teria dito que não continuasse a falar, pois Vingt era seu amigo pessoal.

Ao que tudo indica mal sucedido

no episódio da Previdência, pois todos os nomes apresentados pelos deputados federais poderão ser aproveitados pelo ministro, Lavoisier passou a mexer com outros trunfos e tem conseguido até agora, pelo menos, protelar as nomeações.

O MOVIMENTO DOS PROFESSORES — Mal saindo dessas duas provas (com o detalhe de que o caso do jornal *A REPÚBLICA* ainda não pode ser considerado encerrado, pois foi apenas adiado), o chefe do Executivo viu-se de frente com o primeiro movimento trabalhista reivindicatório do Rio Grande do Norte após a revolução de 1964: os professores da rede oficial de ensino de primeiro e segundo grau, seguindo o exemplo de outros Estados, iniciaram uma luta em busca de aumento salarial e pedindo, ainda, enquadramento no novo Estatuto do magistério, quinquênios atrasados, e mais algumas vantagens que a lei lhes assegura mas que o governo não vem cumprindo.

Mediante ameaça de greve, os professores logo se tornaram foco de todas as atenções políticas, ganhando as manchetes dos jornais e o apoio quase que generalizado da opinião pública. Afinal, todos sabiam que os professores têm salários vergonhosamente baixos. Os principais porta-vozes do governo reconheceram a justiça do que os professores reivindicavam, mas alegavam que o Estado não estava em condições de atendê-los. Foi quando entrou em ação o deputado federal João Faustino, tido como um líder da classe, pois grande parte da sua votação em 15 de novembro deveu-se ao apoio recebido dos setores educacionais. Procurando apaziguar os ânimos, dando razão aos professores, mas também dando razão ao governo, João Faustino demonstrou muita insegurança nas suas posições, sendo imediatamente recusado como mediador pelos professores. E mais contribuiu para complicar a posição do deputado um pronunciamento intempestivo do atual secretário da Fazenda do Estado, Otacílio Silveira, no sentido de que João Faustino não tinha por-

que aparecer agora como defensor dos professores se, como secretário da Educação no governo anterior, ele nada havia feito para melhorar as bases salariais do magistério.

A AMEAÇA DE GREVE — Houve um momento em que o movimento dos professores esteve a ponto de comprometer ainda mais o clima “*aparentemente tranquilo*” do novo governo. Foi quando os líderes da classe passaram a exigir aumento sob ameaça de greve.

Mas, conforme um velho e surrado dito popular, “*não há mal que não traga um bem*”. De repente o flagelo da seca começou a se abater sobre mais de 80 por cento do território potiguar, obrigando o governo a decretar estado de emergência em dezenas de municípios. A partir daí, os professores já não tinham condições de exigir e forçar o governo a dar-lhes aumento. Outra vez o secretário da fazenda aproveitou a ocasião para falar à imprensa e disse: “*Se houver seca, o Estado não dará aumento nem de zero nem de duzentos por cento*”. A frase dura soou como antipática em muitos setores, mas serviu perfeitamente de respaldo para que o governador pudesse receber uma comissão de professores e explicar a absoluta impossibilidade de atender, naquela hora, o seu pleito.

Foi, portanto, a seca — embora trazendo intranquilidade e possíveis prejuízos para a economia — o que salvou no primeiro momento o governo de um sério impasse com seus quase 15 mil professores. É verdade que não desapareceu o perigo de novas escaramuças, apesar da secretaria da Educação e Cultura já ter iniciado o enquadramento de 3.500 professores no novo Estatuto e de já ter concedido reajuste para mais outros 3 mil que ganhavam menos do que o novo salário mínimo regional. Ainda existe grande insatisfação no meio da classe, que ameaça entrar em greve no dia 10 de maio se o governo não conceder um aumento de 200 por cento, em duas etapas.

O FEIJÃO MARAVILHA — O

governador Lavoisier Maia encontrava-se em viagem a Brasília quando eclodiu o problema da seca. No exercício do governo, o vice-governador Geraldo José de Melo foi acusado pelos apelos desesperados de inúmeros prefeitos do interior, que a ele recorriam em busca de ajuda para enfrentar a miséria decorrente da estiagem prolongada. Pelo relato dos prefeitos, muitas cidades estavam ameaçadas de invasões pelos trabalhadores rurais desempregados e famintos. Depois de consultar pelo telefone o governador, Geraldo José de Melo decretou o estado de emergência em dezenas de municípios das regiões mais castigadas pela estiagem.



Cortez Pereira acusa Tarcísio Maia pelo apodrecimento de 500 toneladas de feijão das Vilas Rurais. E pergunta: “Quem vai pagar o prejuízo de Cr\$ 10 milhões?”



Um paradoxo: enquanto Delfim Netto luta para “encher a panela do pobre”, o Governo do Rio Grande do Norte (onde tem muita gente passando fome) deixa 500 toneladas de feijão apodrecerem

Mais ou menos nessa mesma ocasião, o *Diário Oficial* do Estado publicava um edital de concorrência pública para alienação de 500 toneladas de feijão macassar, por ordem da CIDA (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário), empresa mista do Governo Estadual encarregada de implantar e desenvolver projetos de colonização. Logo o *Diário de Natal*, em editorial, estranhava que, num momento em que o Estado estava enfrentando uma seca, precisando conseqüentemente dispor de elevados estoques de gê-

neros alimentícios para fornecer à população do interior, viesse a CIDA a proceder um leilão de produto que logo o Governo poderia necessitar de recomprar a terceiros. A matéria jornalística bastou para que o vice-governador mandasse sustar a venda do feijão. E aí veio à tona um fato da maior gravidade: a direção da CIDA publicou uma nota oficial esclarecendo que o feijão que estava para ser leiloado era “imprestável para o consumo humano”, por se tratar de produto velho, mal armazenado e atacado pelo gorgulho. No máxi-

mo — dizia a nota —, no estado em que se encontrava, o cereal poderia servir de complemento para a fabricação de rações para animais.

CORTEZ PEREIRA — “*Quem foi o reponsável pelo apodrecimento do feijão? Por que o produto não foi vendido em tempo hábil? A quanto monta o prejuízo e quem vai pagá-lo?*” Foi com estas interrogações que apareceu na imprensa o ex-governador Cortez Pereira, exatamente o idealizador do projeto das Vilas Rurais, Colônias agrícolas responsáveis pela produção do feijão agora estragado. Ele fez as perguntas e ele mesmo respondeu, primeiro acusando o governo passado de ter sido o principal culpado, por conta do abandono a que relegou o projeto das agrovilas. Depois afirmou que o ex-governador Tarcísio Maia só não destruiu as Vilas Rurais porque era humanamente impossível arrancar um milhão e quinhentos mil cajueiros que foram plantados e que já estão frutificando, começando a proporcionar rendimentos para centenas de famílias lá instaladas. Por último, calculou em Cr\$ 10 milhões ou mais o prejuízo causado pelo estrago das 500 toneladas de feijão e declarou que se um episódio como este tivesse acontecido ao tempo em que ele, Cortez Pereira, governou o Rio Grande do Norte, sem dúvida teria sido transformado num escândalo nacional.

Diante da repercussão do assunto, logo passou a ser denominado jocosamente em Natal como o caso do “feijão maravilha”. E coube ao deputado federal Carlos Alberto, na ânsia de aparecer como opositor, levar o problema à tribuna da Câmara, denunciando-o como “*um crime contra o povo*” e pedindo a atenção das autoridades federais para o caso.

A imprensa voltou a abordar o “feijão maravilha” em outras ocasiões, reportando declarações de colonos das Vilas Rurais em que eles acusavam a CIDA pela perda do produto e por outros erros que implicam praticamente na causa do fracasso do projeto. Por ordem do Palá-

cio Potengi, a diretoria da CIDA não deu fespota às acusações e negou-se até a receber a imprensa.

Não se sabe ainda que tratamento o governador Lavoisier Maia dará ao problema, mas há quem aposte que ele vai procurar fazer com que o assunto caia no esquecimento para não comprometer o seu antecessor. Ficaria, assim, o “feijão maravilha” lançado na conta de “lucros e perdas” do continuísmo governamental.

QUE SECA É ESTA? — A seca, como se sabe, é um fenômeno comum no Rio Grande do Norte. Acontece ciclicamente. E a cada vez que acontece é sempre encarada como um fato novo pelos governantes, que nunca têm planos definidos para enfrentá-la. E se o governo, que possui os recursos, não tem planos, o que dizer dos pobres agricultores e pecuaristas do interior, eternamente endividados e com as terras penhoradas aos bancos oficiais?

Tomado de surpresa, o governador Lavoisier Maia encontrou na configuração da seca, em meados do mês de abril, mais um estonteante desafio à sua capacidade de mobilização e de liderança. É verdade que, para enfrentar o drama da fome e do desemprego nos campos nordestinos por causa da seca, o governo federal através da SUDENE sempre chega em auxílio dos Estados, garantindo recursos suficientes para a abertura das famigeradas “frentes de trabalho”. Mas, ocorre que a situação exigia medidas rápidas, enérgicas e objetivas para se evitar que a calamidade se instalasse em muitas áreas do Estado onde grupos de trabalhadores rurais, levados pela fome chegaram a saquear feiras livres e mercados.

Alertado por alguns assessores e políticos, Lavoisier Maia ficou convencido da inocuidade da implantação das “frentes de trabalho” nos moldes antigos, pois elas significariam apenas a garantia de que os flagelados não ficariam sem a renda mínima para poderem alimentar as suas famílias. Em compensação, todo o dinheiro gasto na manutenção



O plano de João da Mata Toscano está sendo usado para enfrentar a seca, mas ninguém se lembrou do seu nome.

dessas frentes nenhum resultado econômico deixaria para as regiões assoladas. Assim, ele concluiu que precisava ser alterado o sistema tradicional de arrebancar homens para os serviços de limpeza e conservação de estradas vicinais. Mas, como mudar de repente um método consagrado pela mediocridade dos administradores do passado? E como mudar, se não se fez nenhum planejamento prévio nesse sentido?

Lavoisier não se intimidou com o desafio. Talvez sem o saber, ele foi buscar numa pouco conhecida tese do agrônomo João da Mata Toscano, publicada numa edição do RN/ECONÔMICO do ano de 1970, a solução para erradicar as “frentes de trabalho”. João da Mata defendia a necessidade de se aproveitar a mão-de-obra nos tempos de seca para a construção de obras permanentes, como açudes e benfeitorias nas propriedades rurais, de modo a que, num ano de inverno regular, estas propriedades apresentassem condições de produzir mais. E complementava a sua idéia explicando que seria muito mais lógico e útil o governo patrocinar integralmente os custos destas obras nas propriedades particulares do que “torrar” as verbas em serviços improvisados pelas prefeituras,

apenas para manter ocupados os flagelados.

Para tirar um pouco do paternalismo contido na tese do agrônomo, Lavoisier ou alguém da sua equipe imaginou a exigência de uma contrapartida dos proprietários, a fim de que eles pudessem usar trabalhadores pagos pelo governo em obras que beneficiariam suas terras. Ficou então estabelecido que os fazendeiros das regiões onde havia sido decretado o estado de emergência deveriam programar a execução de serviços empregando mão-de-obra dos trabalhadores rurais, e que o governo (usando recursos da SUDENE) colaboraria com os seguintes percentuais no custeio das folhas de pagamento desse pessoal: nas propriedades de 0 a 100 hectares, 80 por cento; nas de 100 a 500 hectares, 70 por cento; e nas de mais de 500 hectares, 50 por cento. O complemento das despesas caberia aos proprietários assumir.

A SUDENE E OS RECURSOS

— Houve um momento em que a situação de seca se agravou a um só tempo em vários Estados. Por pressão dos governadores, a SUDENE promoveu em Natal uma reunião para definir uma ação conjunta de socorro à população flagelada. Perante os seus colegas do Ceará, Piauí e Paraíba, o governador Lavoisier Maia apresentou o plano eliminando as “frentes de trabalho” e defendendo o aproveitamento da mão-de-obra desempregada pelas próprias fazendas, conforme a idéia de João da Mata Toscano, porém com a exigência da contrapartida dos proprietários rurais. A SUDENE aprovou o novo modelo de trabalho para enfrentar a seca, garantindo para o Rio Grande do Norte recursos suficientes para a remuneração de mais ou menos 50 mil trabalhadores durante seis ou sete meses, tempo previsto de duração da estiagem.

Para explicar aos impacientes prefeitos do interior o funcionamento do novo esquema, o governador com alguns auxiliares passou a percorrer todas as regiões atingidas pela seca. Foram promovidas inú-



O ministro Mário Andreazza veio observar a seca do Rio Grande do Norte.

meras reuniões em cidades do interior, onde se levava ao conhecimento do povo e dos proprietários de terras a extinção das “frentes de trabalho” e o aproveitamento dos trabalhadores em serviços nas próprias fazendas. Em todos os lugares, a reação principalmente dos pequenos proprietários — foi a pior possível, pois eles alegavam a impossibilidade de participar das despesas com as folhas de pagamento dos trabalhadores. E, de fato, somente um número muito pequeno de fazendeiros aderiu ao plano, apresentando projetos de melhoria em suas propriedades e se inscrevendo nos escritórios da EMATER-RN. Diante do insucesso inicial, Lavoisier passou a lutar junto à SUDENE e ao próprio ministro do Interior, Mário Andreazza (que esteve em visita às regiões secas do Rio Grande do Norte), a cobertura de 100 por cento das despesas de mão-de-obra, o que finalmente foi conseguido.

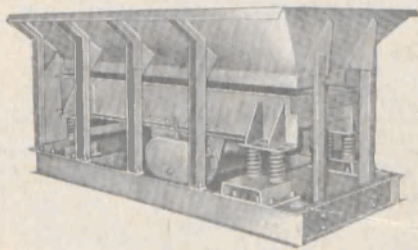
Entretanto, quando em todas as partes do Estado os proprietários de terras aderiram ao programa, passando a criar empregos para dezenas de milhares de flagelados, eis que começam a cair chuvas abundantes em quase todas as regiões de modo contínuo, confirmando um inverno bom, embora tardio. Logo a SUDENE anunciou sua disposição de suspender o programa contra a seca e reduziu de 244 para apenas 25 milhões de cruzeiros as verbas para o Rio Grande do Norte, o que está gerando violentas

críticas ao órgão.

OUTROS EPISÓDIOS POLÍTICOS

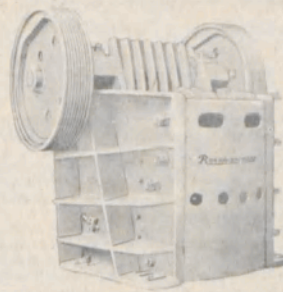
— É na área política onde o governador Lavoisier Maia tem tido maiores problemas, por conta de sua ligação com uma facção do MDB e do seu desentendimento com uma facção da ARENA. Não está sendo fácil ser de um partido e governar com o outro, pois isto está sempre resultando em crises constantes com setores independentes dos dois lados. Na ARENA, por exemplo, o senador Dinarte Mariz, os deputados federais Djalma Maranhão e Vingt Rosado, além de vários deputados estaduais e vereadores natalenses, não se curvam às vontades do governo e externam a cada dia mais disposição para criticar o acordo da família Maia com a Família Alves. Há também no MDB uma ala dissidente, disposta a continuar fazendo uma oposição radical a Lavoisier, contando com a necessária cobertura do *Diário de Natal*, jornal de maior tiragem do Estado.

Ao que parece, enquanto a aliança com Aluizio Alves parece dar a Lavoisier Maia uma base política razoável em termos locais, junto ao Governo Federal ela não tem sido entendida. Prova disso é que as indicações de nomes para os cargos de chefia nas repartições federais no Rio Grande do Norte estão sempre sendo feitas à revelia do Palácio Potengi, o que tem causado profunda irritação ao governador.



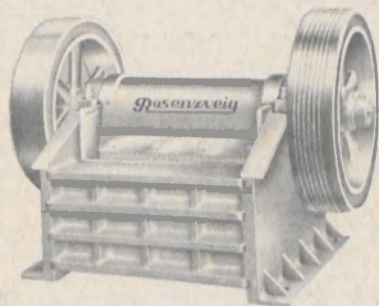
ALIMENTADORES VIBRATÓRIOS

Robustos, para alimentação dos
britadores primários.



BRITADORES DE MANDÍBULAS

Produções de 2 até 150 m³ por hora.



REBRITADORES DE MANDÍBULAS

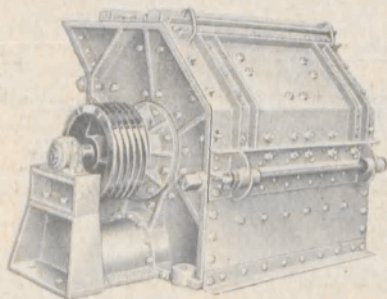
Em chapa de aço soldadas.
Robustos e económicos.



REBRITADORES GIRATÓRIOS

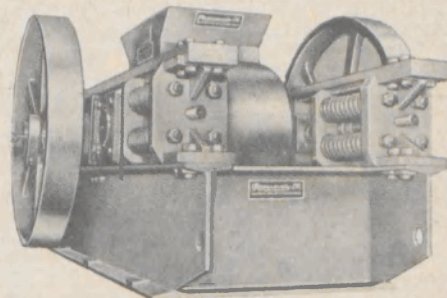
DE CONE LARGO — Série GR

Para Britagem Secundária.



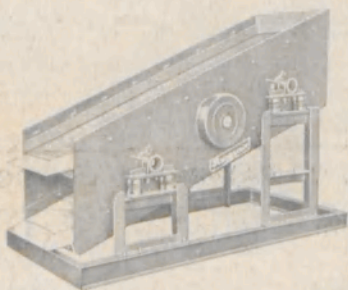
MOINHOS DE MARTELOS MÓVEIS E FIXOS

Para Moagem fina de Materiais Semi-Abrasivos.
Altos coeficientes de redução.



REBRITADORES DE ROLOS

Para redução fina.
Diversos tamanhos disponíveis.



PENEIRAS VIBRATÓRIAS

Até 9 metros quadrados de superfície.



®

COBRAZ

MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA.

AV. SALGADO FILHO, 2860
FONES: 231-1549 — 231-2725 — 59.000 — NATAL-RN.

SORIEDEM S/A CONFECÇÕES

AV. SALGADO FILHO, 2233 — POTILÂNDIA
C. G. C. 08.398.489/0001-03 — INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20002042-0

CAPITAL AUTORIZADO 150.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO 90.374.008,00

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo determinação legal e estatutária, apresentamos ao exame de V. Sas. os resultados do exercício social da Empresa, encerrado em 31 de dezembro de 1978, retratados no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados.

Tivemos a satisfação de ver confirmada, no exercício de 1978, a mesma dedicação de nossos funcionários, perfeitamente integrados aos objetivos da Empresa, e, ainda, a manutenção de irrestrito apoio das principais instituições Financeiras do País, permitindo-nos a obtenção dos resultados ora apresentados.

Cumpre-nos esclarecer aos senhores acionistas que a nova sistemática de apuração do seu resultado, prevista no Decreto-Lei 1.598/77, determinando o cálculo dos efeitos inflacionários sobre o patrimônio, resultou no registro de um prejuízo econômico da ordem de Cr\$ 21.309 mil, em decorrência do nosso baixo índice de imobilização do patrimônio líquido

de, apenas, 0,41.

Não obstante, em termos financeiros, o crédito positivo de nossas operações no exercício situou-se em torno de Cr\$ 6.081 mil.

Apesar da aparente desvantagem espelhada no nosso balanço, tivemos nosso patrimônio líquido enriquecido com uma valorização, em termos contábeis, de 19,5%.

Nossas esperanças estarão sempre voltadas para um porvir mais promissor, em que a estabilidade econômica, política e financeira do País permita à Iniciativa privada prognosticar os resultados de suas atividades sujeitando-se a oscilações conjunturais dentro dos limites admissíveis para períodos regulares de desenvolvimento.

Natal, 20 de fevereiro de 1979.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978 (NOTAS 1 e 2) QUADRO I

ATIVO		PASSIVO	
	Cr\$		Cr\$
CIRCULANTE	135.429.834	CIRCULANTE	65.931.760
Disponível	10.138.728	Bancos e Empréstimos (nota 7)	25.630.920
Caixa	55.275	Fornecedores	28.598.635
Depósitos Bancários à Vista	10.083.453	Obrigações Previdenciárias	2.134.841
Clientes	62.596.720	Obrigações Tributárias	7.542.467
Duplicatas a Receber de clientes	115.436.889	Adiantamentos de Clientes	891.156
Duplicatas Descontadas	(49.378.889)	Representantes e Vendedores — c/comissões	448.861
Provisão p/crédito liquidação duvidosa	(3.483.100)	Contas a Pagar	190.182
Outros Créditos	13.005.629	Credores por investimentos (nota 8)	493.689
Adiantamentos a terceiros	286.696		
Adiantamentos a Fornecedores	85.022	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.702.569
Adiantamentos a Funcionários	217.317		
Adiantamentos a Representantes e Vendedores	3.480.558	Banco c/ Empréstimo (nota 7)	3.400.000
Bancos c/Vinculada	6.021.920	Credores por investimentos (nota 8)	1.302.569
Depósitos Compulsórios	52.745		
Impostos a Recuperar	861.371	RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	1.584.895
Estoques (nota 3)	46.870.381	Receitas Diferidas	1.584.895
Despesas Diferidas	2.818.376		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	613.774	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Quadro III)	108.998.420
Bancos c/Vinculada (nota 4)	46.225	Capital Subscrito e Integralizado (nota 9)	90.374.008
Empréstimos Compulsórios	285.172	Reservas de Capital	37.004.904
Depósitos e Cauções	41.108	Correção Monetária do Capital Realizado	32.748.689
Depósitos p/investimentos c/incentivos Fiscais	441.289	Doações e Subvenções para investimentos	4.258.215
ATIVO PERMANENTE	44.972.036	Reservas de Lucros	1.100.536
Investimentos	1.559.896	Reserva Legal	1.100.536
Participação em outras Empresas	112.035		
Participação em coligações (Nota 5)	1.141.198	Lucros ou Prejuízos Acumulados	(19.483.028)
Participação na Própria Empresa	306.863		
Imobilizado (Nota 6)	42.065.197		
Custo Corrigido	57.201.255		
Depreciações e Amortizações Acumuladas	(15.138.058)		
Diferido	1.346.943		
Despesas de Organização e Administração	3.204.089		
Amortizações Acumuladas	(1.857.146)		
	181.215.644		181.215.644

Garibaldi da Cunha Medeiros
Diretor-Presidente
CPF: 003.674.274-00

Edmundo da C. Medeiros
Diretor-Superintendente
CPF: 003.673.544-20

Genival da Cunha Medeiros
Diretor
CPF: 010.972.884-04

José Wilson F. da Rocha
Diretor
CPF: 005.883.344-72

João Batista de Mello
Diretor
CPF: 011.780.054-72
Téc. Cont. Reg. CRC-RN-460

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

(Notas 1 e 2)		(Notas 1 e 2)	
	Cr\$		Cr\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	235.378.760	LUCRO OPERACIONAL	1.492.652
Vendas de Produtos	235.378.760		
Imposto Faturado (Nota 10)	(22.985.854)	RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	332.820
Devoluções e abatimentos	(14.873.504)	Incentivos	4.541.204
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	197.519.402	Ganhos e perdas de Capital	87.830
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	130.920.487	Lucros na venda de bens do Ativo Imobilizado	47.800
E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(66.598.915)	Doações e Subvenções p/investimentos	(4.258.214)
LUCRO BRUTO	66.598.915		
DESPESAS OPERACIONAIS	(49.678.180)	CORREÇÃO MONETÁRIA	(21.308.501)
Com vendas	(16.674.802)		
Administrativas e gerais	(33.001.378)	RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO	IMPOSTO DE RENDA
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(15.430.083)		(19.483.029)
Financeiras			
Despesas Financeiras	(16.406.050)		
Receitas Financeiras	1.983.230		
Outras despesas operacionais	(2.452.212)		
Outras receitas operacionais	1.423.465		
Dividendos de outros investimentos	21.484		

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(NOTAS 1 e 2) (Expressa em mil cruzeiros)						
RESERVAS PARA AUMENTO DE CAPITAL						
	Capital Subscrito e Integralizado	Correção monetária	Isenção do imposto de Renda Dec. 64.214/69	Subvenção ICM Dec. 4.669/77	Reserva estatutária	Lucros acumulados
Saldo no início do exercício	68.595	17.892	707	3.181	808	1
Correção monetária de imobilizações técnicas	5.584	(5.584)				
Correção monetária do capital de Giro	12.298	(12.298)				
Correção monetária do Capital	32.749					
Correção monetária de reservas					293	
Isenção Imposto de Renda DL 64.214/69	715		(715)			
Subvenção ICM — Dec. 4.669/77	3.181			(3.181)		
Apropriação do Lucro				4.256		(1)
Resultado do exercício			8			(19.483)
Saldo em 31.12.78	90.374	32.749		4.256	1.101	(19.483)

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 1978
(Notas 1 e 2)

ORIGENS	CR\$ MIL
Das operações:	
Lucro líquido do exercício	(19.483)
Valores que não afetam o Capital de Giro:	
Correção monetária líquida do ano	21.309
Depreciações e Amortizações	3.738
TOTAL DAS OPERAÇÕES	5.562
Realização do Capital	9
Redução nas contas do realizável a longo prazo	4.256
Subvenções p/investimentos	998
TOTAL DAS ORIGENS	10.825
APLICAÇÕES	
Aquisição de direitos do ativo imobilizado, exclusiva bens em operação	4.457
Adições ao ativo diferido:	
Gastos de implantação	156
Adições aos investimentos — subscrição	806
Transferência para curto prazo de empréstimo e financiamentos a longo prazo	14.899
TOTAL DAS APLICAÇÕES	20.318
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(9.493)
COMPOSIÇÃO DO AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE	
Ativo Circulante	28.717
Passivo Circulante	(38.210)
Capital Circulante Líquido	(9.493)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

NOTA 1 — LEGISLAÇÃO DE SOCIEDADE POR AÇÕES

No exercício anterior foram feitas as adaptações possíveis à Lei 6.404/76, facilitando a complementação do trabalho neste exercício. Com o complemento das exigências previstas no citado diploma legal e as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 1.598/77.

NOTA 2 — DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os principais procedimentos contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras anexas, estão a seguir sumariadas:

- a) **Apresentação das contas** — Ativos e passivos circulantes demonstrados, como no exercício anterior até 360 dias.
- b) **Provisão para devedores duvidosos** — Constituída até o limite máximo admitido como despesa dedutível pela legislação do Imposto de Renda, cujo montante é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas que possam decorrer da não realização das contas a receber de clientes.
- c) **Depósito de incentivos fiscais pendentes de liberação** — Nos termos do Decreto 6.311/74 a companhia goza até o exercício de 1978, da redução de 48% do imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). O montante equivalente à redução é depositado em conta bancária vinculada e considerado como receita do exercício. O valor correspondente às parcelas liberadas é apropriado aos lucros para constituição de reserva específica para aumento de capital.
- d) **Estoque** — Demonstrado ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o custo de reposição ou o valor de realização. Em virtude da mudança de procedimento quanto ao valor do ICM agregado aos estoques, previsto na Instrução Normativa nº 051 de 03.11.78 e Parecer Normativo CST nº 104, de 21.12.78, foi feita a segregação desse valor dos estoques, passando-se a contabilizá-lo em conta própria.
- e) **Investimentos** — Demonstrados ao custo de aquisição acrescido das correções monetárias calculadas com base na legislação em vigor.
- f) **Imobilização** — Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, devidamente corrigido de acordo com o Decreto-Lei 1.598/77. Com base no mesmo dispositivo legal foi feito o ajuste das depreciações, que por sua vez são procedidas pelo método linear, utilizadas taxas que levam em conta as estimativas de vida útil econômica dos bens.
- g) **Amortização** — Engloba as despesas de implantação, devidamente corrigidas, e a amortização feita pelo método linear na base de 20% ao ano.
- h) **Isenção do Imposto de Renda** — Decreto 64.214/69. A Empresa goza de redução de 50% do imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 64.214/69, prorrogado pelo Decreto nº 1.824/78, até o exercício de 1982, devendo, todavia, constituir reservas pelo valor equivalente ao da isenção e utilizá-la em aumento de capital no exercício seguinte.
- i) **Correção monetária** — Foi feita a correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido da Empresa, com apuração de saldo devedor de Cr\$ 21.309 mil, em decorrência dos seus elevados índices de capitalização e baixo grau de imobilização do capital próprio. Incluída a referida conta dentro as classificadas como de resultado, foi apurado um prejuízo inflacionário no valor de Cr\$ 19.483 mil.

NOTA 3 — ESTOQUES (Exclusivo ICM)	CR\$
Produtos acabados	20.480.797
Produtos em elaboração	3.663.580
Matérias-primas e outros insumos	20.493.870
Loja de varejo	622.428
Produtos em trânsito	1.156.218
Materiais Diversos	473.690
TOTAL	46.870.381

Estoque no montante de aproximadamente Cr\$ 24 milhões encontram-se apenhados como garantia da liquidação de financiamentos obtidos de instituições financeiras.

NOTA 4 — BANCOS CONTA VINCULADA — ART. 34/18

Saldo pendente dependendo de esclarecimentos do BNB para regularização.

NOTA 5 — INVESTIMENTOS

Apesar da existência de participação na SORIEDEM JARDIM S/A CONFECÇÕES, que futuramente se caracterizará como coligada, cujo projeto encontra-se ainda aguardando análise na SUDENE, todos os investimentos neste exercício foram considerados irrelevantes, adotando-se o critério uniforme de correção monetária com base na variação das ORTNs.

NOTA 6 — IMOBILIZADO (Custo Corrigido)

	1977	1978
Imóveis	13.399.843	18.903.808
Máquinas, aparelhos e equipamentos	14.246.283	22.378.595
Móveis e Utensílios	3.444.957	5.005.894
Terrenos	3.811.551	5.192.737
Veículos	265.238	320.254
Instalações	2.945.984	5.283.495
Marcas e Patentes	6.729	108.472
	38.120.385	57.201.255
Depreciações acumuladas	8.317.716	15.136.058
	29.802.669	42.065.197

NOTA 7 — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Estão registrados os seguintes financiamentos:

	Valor Contratado	Saldo atual até 360 dias	mais de 360 dias	Encargos financeiros
Banco do Brasil S/A	21.837.664	19.486.829	3.400.000	15% e 26% a. a.
Bco. Itau Investimento	5.000.000	6.144.100	—	22,882% a. a.
	26.837.664	25.630.929	3.400.000	

NOTA 9 — CAPITAL

O capital social da Empresa em 31.12.78 apresenta-se da seguinte forma:

	Quantidade		
	Autorizada	Subscrita	Integralizada
Ações ordinárias nominativas	95.000.000	47.901.329	47.901.329
Ações preferenciais nominativas	55.000.000	42.472.879	42.472.879
Classe A	19.000.000	18.707.947	18.707.947
Classe B	6.000.000	4.927.164	4.927.164
Classe C	30.000.000	20.837.568	20.837.568
TOTAL	150.000.000	96.374.008	96.374.008

NOTA 8 — CREDORES POR INVESTIMENTO

Investimentos efetuados nos termos do Artigo 13 do Decreto 55.334/64. Vencem juros de 12% ao ano e serão resgatáveis em prestações anuais não inferiores a 20% do principal, após cinco anos contados da data em que a Juízo da SUDENE o empreendimento alcançar a fase normal de funcionamento. A primeira etapa do projeto foi reconhecida pela SUDENE como concluída em 31 de dezembro de 1971. Devendo ser iniciada a amortização no exercício de 1979, foi feita a seguinte classificação:

Parcelas vencíveis — até 360 dias	493.689
Parcelas vencíveis — mais de 360 dias	1.302.569
	1.796.258

NOTA 10 — IMPOSTO FATURADO

	CR\$
IPI	8.583.856
ICM	14.421.998
	22.985.854

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Recebemos, para exame, relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados referentes ao exercício encerrado em 31.12.78 de SORIEDEM S/A CONFECÇÕES.

Examinamos, igualmente, toda a documentação que serviu à elaboração de toda a matéria.

Estamos convencidos de que não há mínimo reparo a fazer, razão pela qual somos pela sua aprovação pela Assembléia Geral.

Natal, 20 de Fevereiro de 1979.

GARIBALDI DA CUNHA MEDEIROS
PRESIDENTE
003.674.270.00

JEFFERSON CORREIA DE AQUINO
CPF 010.978.284-34

EDSON DA CUNHA MEDEIROS
CPF 003.673.704-88

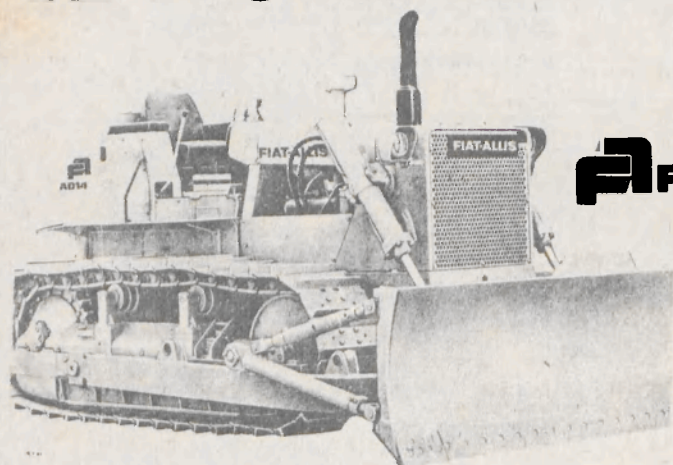
PARECER DOS AUDITORES

Examinamos o balanço patrimonial da SORIEDEM S/A CONFECÇÕES, levantado em 31 de dezembro de 1978 e as correspondentes demonstrações de resultados, da movimentação das contas do patrimônio e da origem e aplicação dos recursos do exercício findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria. Incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Somos de parecer que o referido balanço patrimonial e as correspondentes demonstrações de resultados, da movimentação das contas do patrimônio líquido e de origem e aplicação dos recursos são fidedignas demonstrações da posição financeira da SORIEDEM S/A CONFECÇÕES em 31 de dezembro de 1978 e do resultado das operações do exercício de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

TAMIRIS PELINCA DA COSTA
Auditor Independente
Membro IAB — Cadastro Nacional nº 350
Insc. na Comissão de Valores Mobiliários

A TURMA DA PESADA



FIAT-ALLIS



PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ESTEIRA "FIAT-ALLIS"

TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"



GUINDASTES "GALION" ATÉ 14 TONELADAS



Empilhadeira Valmet 3000E



MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"



TRATORES DE PNEUS E EMPILHADEIRAS "VALMET"

E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS



COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

R. TEOTÔNIO FREIRE, 218 - FONES: 222.1525 - 222.3778 - 222.4180 e 222-1554 - NATAL-RN

RUA ALFREDO FERNANDES, 5 - FONE: 321.5186 - MOSSORÓ-RN.

PROFESSORES DO RN APRENDENDO A REIVINDICAR

O movimento dos professores do Rio Grande do Norte não é político; é reivindicatório. Eles querem melhores níveis salariais e outras vantagens já fixadas em lei mas que o Estado não vem cumprindo. Existem milhares de professores ganhando menos do que empregadas domésticas, o que demonstra a que ponto chegou o descaso pela classe que tem a nobre missão formar as futuras gerações do País. Sem conseguir diálogo com o Governo, os professores poderão até chegar à greve.

A primeira impressão, foi de surpresa. Depois, de simpatia e, afinal, de apoio da opinião pública.

A surpresa ficou por conta do movimento reivindicatório — inédito em Natal nesses últimos quinze anos — e da classe mobilizada nas reivindicações: os professores da rede estadual de ensino. Contra todas as expectativas, os professores se uniram e protestaram contra a qualidade de seus rendimentos e contra a legislação que lhes tinha imposto o "Estatuto do Magistério", que consideraram um documento desatualizado, injusto e tecnicamente imperfeito. O movimento continua e, embora se perceba a cautela com que seus dirigentes evitam a palavra *greve*, esta deverá ser a consequência imediata ao não atendimento de suas propostas.

AS CAUSAS — A qualidade das

reivindicações é legítima — assim pensam os professores. Eles pretendem que os seus rendimentos sejam reajustados em níveis de 200 por cento sobre os padrões atuais de vencimentos e que a legislação que autorizou o "Estatuto do Magistério" seja revista e atualizada.

Segundo os professores, essas reivindicações não se confundem com política; estão acima dela, porque representam para a classe uma melhoria da qualidade de vida e, na maioria dos casos, até de sobrevivência. Quanto à reformulação do Estatuto da classe, este, já nasceu desatualizado, injusto e imperfeito — segundo opinião corrente entre os professores. Vão mais além, informando que o Estatuto foi decorrência de uma posição autoritária, cuja formulação sequer cogitou de buscar na própria classe a que se destinava, os subsídios técnicos ne-

cessários ao seu aperfeiçoamento.

Manuel Sérgio de Souza, membro da Comissão Central do movimento e um de seus mais destacados líderes, dá um exemplo dos descertos do Estatuto — o artigo 55: "O professor que contar com mais de quinze anos de serviço no magistério, e tenha 50 ou mais anos de idade, terá reduzida, progressivamente, a carga semanal de suas horas/aula, de conformidade com a seguinte escala: de 50 a 55 anos, redução de 1/6; de 55 a 60 anos, redução de 1/4; de 60 a 65 anos, redução de 1/3; de 65 a 70 anos, redução de 1/2. Quando um professor ingressa no magistério — explica Manuel Sérgio — esta com a idade média de 20 anos. Com cinquenta anos de idade, limite para gozar da regalia, já estaria solicitando aposentadoria, e esta condição — de ter o requerente cinquenta anos de idade, é indispen-

sável, pois a antiguidade de 15 anos referida no artigo, é condicionada à idade de cinquenta anos". Conclui o professor: "Por aí, já se pode avaliar os absurdos do Estatuto".

CONTRA SENSO — Manuel Sérgio informa ainda sobre as incoerências do Estatuto: "O artigo 52 diz que a Secretaria de Educação e Cultura adotará política de redução de 1/4 de horas/aulas. Como ficarão os professores de OSPB e Moral e Cívica que, para conseguirem um contrato de 24 horas, teriam de dar aulas, para pelo menos vinte turmas, o que seria impraticável?"

O Estatuto não promove por antiguidade, mas, apenas, por mérito e abnegação (pelo menos é assim que entende Manuel Sérgio). "Os artigos 47 e 48, que tratam da promoção, exigem que os professores tenham cursos de extensão e aprofundamento e como complementos de pesos ponderáveis, assiduidade, publicação de livros e trabalhos, participação em congressos de âmbito nacional ou internacional e exercício da profissão em locais inóspitos ou de difícil acesso". Ele concorda com



Arnaldo Arsênio de Azevedo deixou a tranqüilidade da direção da Escola Técnica Federal para se envolver com protestos e ameaças de greve.

os itens de "assiduidade" e "cursos de extensão", mas não entende porque o professor tenha de exibir abnegação e sacrifício como requisitos para promoção — desprezan-

do-se a antiguidade, condição consagrada pelo serviço público — se estas qualificações subjetivas não são exigidas das demais categorias profissionais. "O caráter de premiação — que parece ter sido a intenção do legislador — considerou o exercício da profissão em locais inóspitos ou de difícil acesso como condicionantes naturais da promoção. Essa premiação deveria ser extensiva à antiguidade, premiando a abnegação do professor, cujo trabalho, nas atuais circunstâncias já é um exemplo de sacrifício". E, explica: "Tome-se como exemplo outro requisito, o de publicação de livros e trabalhos, como o professor poderá encontrar tempo para publicá-los com a carga horária que é obrigado a assumir, para poder sobreviver. Mal tem tempo para preparar as lições".

A UNIÃO — O movimento nasceu dos próprios professores, sem coloridos ideológicos ou influências estranhas à classe. É evidente que o movimento dos professores em outros pontos do País encorajou a classe no Estado, mas — garantem os líderes locais — "todas as reivindica-

PROFESSORES — CLASSE SUJEITA À EXPLORAÇÃO POLÍTICA

Talvez a própria literatura tenha muito a vez com o descaso do poder público, com relação ao estado de penúria em que vivem os professores. Os memorialistas se referem sempre, dramaticamente, à professorinha, "tão abnegada, coitadinha, verdadeira heroína anônima". E a arte imita a vida. E a imagem do conformismo, da abnegação, do anonimato-quase-despersonalização, se estereotipa, se difunde — e se firma, como se real fosse: a vida imitando a arte. E assim, as gerações foram assimilando a imagem dos nobres profissionais do magistério, principalmente as "professorinhas" — como são chamadas no interior do Estado, pejorativa ou carinhosamente.

Ao professor, antes de qualquer outra coisa, tem de ser exigido o apostolado, o sacerdócio, o altruísmo, o sacrí-

fício, porque a imagem estereotipada se transformou numa imagem de consumo generalizado. O pior dessa ima-

gem é que engrandece apenas ao memorialista, porque depõe a extrema situação de sacrifícios de que foi capaz — apenas ele — para se tornar o grande homem que hoje transpira em suas memórias.

A quem convence esta imagem de sacrifícios? Certamente que não aos professores, a quem são cobrados exercícios de sobrevivência além de suas possibilidades e condições de sobrevivência a quem de sua capacidade de resistência. Afinal, apesar da aura romântica, da mística emprestada pela literatura, são humanos, gente, povo — embora da melhor qualidade de resistência moral. Precisam sobreviver.

O problema não é literário. É sócio-econômico. E cultural. O professor representa, nos tempos de transição da sociedade brasileira, o agente catalizador das mudanças, o responsável pela formação dos novos quadros sociais da nação brasileira.

A dialética da inflação não convence nem aos mais desinformados. Os salários vêm sendo controlados com mão-de-ferro desde a revolução tecnocrata, desde que atribuíram aos reajustes salariais, aceleradores inflacionários. Nem por isso a inflação diminuiu; ao contrário, continua no seu ofício.

A ascensão da elite tecnocrata ao poder, entre outros malefícios, criou uma estranha espécie de profissional, que se convencionou chamar de "versátil", à falta de melhor qualificação.

ções são de caráter classista e o movimento não pretende ser contestatório, mas simplesmente reivindicatório''.

Apenas dois políticos se envolveram diretamente no movimento: os deputados federais João Faustino (ARENA) e Carlos Alberto (MDB). O primeiro, pretendeu ser um mediador entre os professores e o Governo, mas terminou sendo caracterizado como *"negociador oficial"*, perdendo a confiança da classe. É também o deputado João Faustino o responsável pela elaboração do Estatuto do Magistério, ora contestado. O segundo, solidarizou-se com o movimento, embora nenhuma medida efetiva resultasse desse apoio, até porque o deputado Carlos Alberto, emedebista *"autêntico"*, não tem acesso ao *"sistema de forças"* interpartidário, que controla o Governo Estadual.

Para João Faustino, a falta de adesão ao movimento lhe custou preciosos dividendos políticos. É notório o apoio que a classe lhe ofereceu nas últimas eleições, havendo

até quem afirme que mais da metade de seus votos foi trabalho dos professores.

CONVERGÊNCIA E DIÁLOGO

— Tanto a Associação como o Sindicato dos Professores estão solidários com o movimento, embora a Associação tenha dado um apoio mais ostensivo. A explicação é dada por Manuel Sérgio, advogado do Sindicato dos Professores: *"Nosso movimento teria de partir da Associação. O Sindicato, apesar de apoiá-lo desde o primeiro momento, não pretende entrar ostensivamente na "briga" pois esta é dos professores da rede estadual, e o Sindicato congrega grande número de professores da rede privada de ensino"*. O presidente do Sindicato dos Professores é Einar Antunes de Lima e o da Associação de Professores é Iracema Brandão.

Mais de mil professores se reuniram em assembléia e daí resultou um protocolo em que expressavam suas reivindicações. Basicamente, pleiteam reajustes salariais e refor-



João Faustino, que se elegeu com o voto dos professores, perdeu a confiança da classe.

ma estatutária. O documento foi entregue ao secretário de Educação, Arnaldo Arsênio de Azevedo, para que o Governo o aprecie e se defina. O resultado desse expediente deverá sair em meados de maio, de acordo

São aqueles técnicos que se acham capazes de explicar e estruturar todas as coisas, a partir de sua própria (e *"genial"*) formação acadêmica pragmática. Eles opinam sobre matéria jurídica — embora não sejam juristas —, sabem dos melhores rumos para medicina — embora não sejam médicos —, e entendem com profundidade a problemática do magistério, apesar de nunca terem trocado idéias com o colegiado de professores. O Estatuto do Magistério, elaborado pelo Governo é uma dessas obras-primas do casuismo e da *"capacidade inventiva"* da tecnocracia.

Certamente o autoritarismo deve ter contribuído para esse estado de coisas. Quando as decisões são verticais, nascem de cima para baixo, o resultado é sempre um contrasenso. O Estatuto é um exemplo dessa constatação. Se os professores seriam a clientela diretamente tratada pela legislação, nada mais justo senão ouvi-los, argumentar com eles as propostas fundamentais, acatar sugestões, para, afinal, conciliados os interesses do Governo e da clientela, ser promulgada a decisão. É esse o comportamento democrático. E não

convence a idéia de que *"professores"* tenham colaborado na composição do Estatuto.

Quem representa o sistema, mesmo imbuído dos melhores propósitos de honestidade, proverá a defesa unilateral do sistema a que está agregado. Os interesses da classe terão de vir a reboque das prioridades governamentais. Ora, se o Governo considera o reajuste salarial uma medida inflacionária, por que então o seu representante trataria com isenção este tema? (Só para citar como exemplo).

A *"abertura"* ressuscitou o inconformismo — mesmo dos professores —, mostrou segundo o professor Manuel Sérgio *"que não estavam mortos"*. Discutir a legitimidade do movimento dos professores é contestar a própria abertura democrática, propósito inarredável do Presidente Figueiredo. É do diálogo que nasce o entendimento e a conciliação.

Há um aspecto prático que parece não ter sido absorvido pelos estrategis-

tas do Governo. O professor, pelo poder de persuasão, pela ascendência que tem na comunidade, pela credibilidade inerente à sua formação intelectual, é uma das maiores forças eleitorais do Estado. Será que não dá para o governador perceber que sua decisão será antes de tudo, uma decisão política? Justo na hora em que o **governismo** carece de bases populares...

O Estado tem uma função eminentemente social. É criação da sociedade e não o instrumento do sistema. Existe para promover a justa distribuição dos resultados sociais. As defesas de cunho tecnocrata que tratam de inflação, investimentos, inversões, poios de desenvolvimento, setores modernos e outros jargões econômicos, não convencem mais, se o custo social representa apenas o sacrifício de uma única parte envolvida no processo. É necessário que o sacrifício seja repassado, por exemplo, aos poderes públicos. É até salutar sacrificar uma parcela dos investimentos *"monumentais"* para servir a um segmento sócio-econômico fadado à insolvência, à extinção como força produtiva: os professores.

com reaprazamento concedido pela classe ao Governo, em função da *trégua* ocasionada pelo problema da seca que sensibilizou os professores. Todavia, a hipótese de greve não foi rechaçada, dependendo naturalmente da decisão do Governo. *"Parece claro que tentamos o diálogo — esclarece Manuel Sérgio — e até fomos mais pacientes do que a situação convinha. Mas não pode existir diálogo com preconceitos. Falar em reajuste salarial parece que é proibido. Logo, o Governo vem com alegação de que se pretende, com o "archo" dos salários, controlar a inflação"*. E sem revisão em seus rendimentos, o movimento continuará, provavelmente com a oficialização da greve. O Governo Federal já resolveu que não atenderá propostas de recursos, formuladas pelos Estados, para alimentar reajustes salariais.

O REQUERIMENTO — O documento que os professores apresentaram ao Governo tem cinco itens fundamentais, considerados irreversíveis pelos professores: 1) Operacionalização do Estatuto do Magistério, com enquadramento de todos os professores; 2) Criação da Taxa de Insalubridade; 3) Incorporação automática dos quinquênios ao salário; 4) Carga horária semanal máxima de 40 horas para todos os professores, sendo 24 horas para regência e 16 horas para atividade extra-classe; 5) Carga horária de 5 semanas, como garantia do repouso semanal remunerado. O Governo já está adotando providências para proceder ao enquadramento de cerca de 3.500 professores requerentes. Todavia, solicitou reforço de recursos ao Governo Federal para assegurar o atendimento de todos os professores que requeiram o enquadramento. Com relação à incorporação de quinquênios já determinou à Secretaria de Administração as providências necessárias para atender essa reivindi-

cação no menor espaço de tempo possível.

Resta, entretanto, três outros itens, considerados de substancial importância pelo movimento. A criação da taxa de insalubridade objetivava beneficiar professores que trabalham com substâncias alérgicas ou tóxicas. O giz escolar, por exemplo, é de efeito alérgico em determinadas pessoas. Relativamente à carga horária de 5 semanas, segundo Manuel Sérgio *"é um direito assegurado em lei — o repouso semanal remunerado. A carga de 5 semanas proporciona ao professor este benefício, aliás, assegurado pelo artigo 320, § 1º, da CLT"*. Já existe precedentes, conforme informa o professor: *"Os servidores estatutários do Estado gozam desse benefício"*.

O grande debate, será, entretanto, em torno da carga horária semanal pleiteada pelos professores.

AS PERSPECTIVAS — Os professores apenas concederam trégua ao Governo, sensibilizados pelo problema da seca, desgraça que atingiu de perto a muitos deles, que vivem no interior. Entretanto, a batalha apenas começou. *"Mesmo reconhecendo que há o problema da seca — e não podemos ficar alheios a esta realidade — acreditamos que nossa causa também é prioritária — pondera o professor Manuel Sérgio — e a definição do Governo não deve implicar numa demanda de tempo indefinida. De uma coisa nós, professores, estamos certos: conseguimos provar que não estamos mortos, apesar das dificuldades que enfrentamos"*. A iminência da greve é insinuada pelo líder classista: *"Continuaremos adotando a política do diálogo e só partiremos para soluções radicais — que ainda estão em nossos planos — caso o diálogo se esgote"*.

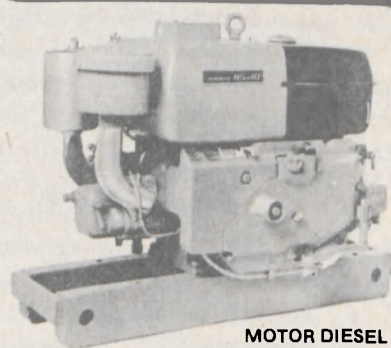
**DIVISÃO
AGROPECUÁRIA**

Comercial José Lucena Ltda.

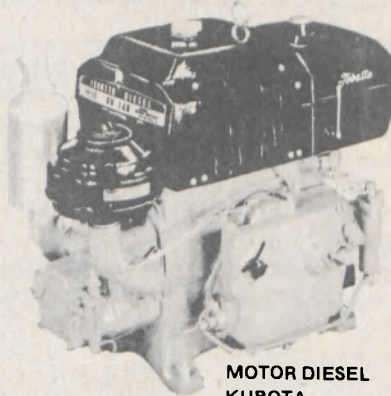


NOGUEIRA

"a máquina para a vida inteira"



**MOTOR DIESEL
YANMAR**



**MOTOR DIESEL
KUBOTA**



MOTOR WEG

Comercial José Lucena Ltda.
Matriz: R. Frei Miguelinho, 120
Tels.: 222-2304 — 222-1506 —
Natal-RN
Filial: R. Dr. Mário Negócio,
1470 Tel.: 222-0229 - Natal-RN



DINHEIRO DO BNH ESTÁ ESTIMULANDO “CÂMBIO NEGRO” NO MERCADO DE IMÓVEIS

O dinheiro do BNH, que deveria ter uma destinação exclusivamente social, às vezes tem servido para estimular a especulação imobiliária, fenômeno sem dúvida prejudicial aos interesses do povo. Um caso típico de especulação, até hoje não punido nem proibido — apesar da lei nesse sentido — é a “venda das chaves” das casas dos conjuntos financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação. Em Natal este tipo de transação é algo comum ao dia-a-dia do mercado de imóveis.

A especulação imobiliária atinge hoje, no País, níveis intoleráveis. Uma das faces dessa especulação, conhecida como a “venda das chaves”, é a mais notória porque mais exposta ao conhecimento público. Sua prática é clandestina, embora ela esteja ocorrendo num segmento do mercado sustentado com dinheiro do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), ou seja, com dinheiro público. Além de ser ilegal, de acordo com as normas vigentes no BNH, essa prática tem representado um risco para os desavisados usuários desse expediente, se bem que até hoje não consta que alguém tenha sofrido alguma pena.

Em Natal, esse tipo de especulação cresceu a partir da flutuação de unidades dos vários conjuntos habitacionais, programados principalmente pelo INOCOOP — como nos casos dos conjuntos *Mirassol*, *Candelária*, e recentemente, *Ponta Negra*. Mas foi a partir deste último que a “venda das chaves” ganhou proporções alarmantes, a tal ponto, que hoje se anuncia nos jornais — como se fosse uma operação imobiliária absolutamente legal, — a venda de casas de conjuntos, mediante a transferência do financiamento e pagamento de ágio que oscila de Cr\$ 40 mil até 100 mil.

O mercado imobiliário revitalizou-se com esse comércio, ou o volume de ofertas inflacionou o próprio mercado? O que pensam os repre-



João Eudes Ferreira: “A COHAB adotou medidas que reduzirão esse expediente”.

sentantes do BNH sobre esse tipo de negócio? Quais as soluções para regularizá-lo?

O SISTEMA — As corretoras anunciam pelos jornais da cidade que têm para transferência centenas de casas integrantes dos conjuntos habitacionais de Ponta Negra, Candelária e Mirassol, bem como de conjuntos da COHAB, por preços que variam em função do acabamento final dado ao imóvel pelo próprio possuidor. Atendendo à oferta, um interessado se apresenta e define seu interesse. O vendedor então

lhe informa sobre as condições de venda do imóvel. Geralmente, pleiteia o reembolso da importância paga como poupança pelo mutuário do BNH — correspondente, mais ou menos, ao desembolso da poupança *de fato*, mais as prestações pagas até aquela data, e o acumulado das despesas realizadas no imóvel, mais o ágio cobrado pela corretora — e o compromisso de transferência para o comprador, das prestações devidas ao agente financeiro do BNH. A poupança deverá ser paga a vista ou é financiada a curtíssimo prazo. Se o comprador exige, a corretora elabora um apressado contrato de promessa-de-compra-e-venda ou simples declaração de venda, — alegando que a casa não pode ser comercializada formalmente e que o compromisso formal será feito diante do agente do BNH.

O comprador é geralmente um imediatista. Primeiro toma posse da casa e só depois vai cuidar dos documentos para transferência. É quando tem a primeira surpresa: as prestações estão em atraso e já estão com o advogado para a execução. Neste caso, o comprador terá de liquidar as prestações, com juros, correção monetária e honorários do advogado. Depois de cumprida a obrigação, ele toma conhecimento que, se quiser transferir o imóvel para sua propriedade, será através de um contrato de subrogação de débito, para o qual, além de providenciar os

“papéis”, fará o pagamento de taxas de inscrição e expediente, de abertura de crédito, seguro, etc. — cujo valor acumulado representa, aproximadamente, dez por cento sobre o saldo devedor.

O COMÉRCIO NAS INSCRIÇÕES — Há casos justificados de desistência: impossibilidade de pagamento das prestações, motivos de viagens, aquisição de outro imóvel, etc. Mas a maioria dos casos se compõe de verdadeira especulação, como o dos “repassadores” habituais. São aqueles que se inscrevem sistematicamente em todos os programas habitacionais (ou através de testas-de-ferro) para negociarem as “chaves”, com usura.

Rosário Porpino, diretora do INOCOOP, afirma ter conhecimento de pessoas que já conseguiram enganar a fiscalização da entidade por até três vezes — inscrevendo-se, sucessivamente, para compra de casas nos conjuntos *Neópolis*, *Mirassol* e *Candelária* — sendo afinal flagradas quando se inscreviam no Conjunto Ponta Negra. Esses “repassadores” pagam uma simbólica taxa de inscrição e quando vence a carência, com os conjuntos já construídos, transferem imediatamente o imóvel a terceiros por valores que variam, dependendo da qualidade da construção.

Para coibir esses abusos — afirma a diretora do INOCOOP — conta-se com poucos recursos legais. Ressente-se, principalmente, da falta de uma legislação mais repressiva que permitisse aos órgãos promotores de programas habitacionais, como o INOCOOP, exercer uma ação mais objetiva. Por enquanto, resta-lhe, apenas, tentar relacionar os usuários desse expediente, para negar-lhes inscrição nos programas de habitação promovidos pelo INOCOOP. Mas o comércio é ilegal — enfatiza a diretora do INOCOOP — porque é proibido contratualmente desde a locação até a transferência do imóvel. Embora, continua Rosário, como todo ato disciplinar liberal, tenha uma válvula de escape que funciona como exceção para os casos justificados: o

CASAS PARA VENDER

CONJUNTO CANDELÁRIA
 2 quartos, 2 salas, cozinha, banheiro, área de estar, entrada p/ carro, quintal, esquadra. Cr\$ 200 mil e transf. (Op-027).

CONJUNTO P. NEGRA
 tipo "B", normal, com 3 quartos, sala, cozinha, banheiro social, terraço, ótima localização. Cr\$ 70 mil e 2.700,00 mensais. (Op-028)

CONJUNTO P. NEGRA
 normal. Tratar p/ fone 222.4836. (Op-1757)

CONJUNTO P. NEGRA
 transfere-se tipo "A" especial, sorteio próx. mês. Cr\$ 45 mil. Inf. p/ fones 222-5760-222.6011. (Op-1811).

Conj. Ponta Negra
 Compre-se a vista, transfere-se (chave), de todos os tipos. Inf. c/ Marcelo, R. Cons Brito Guerra, 1.312 fone 231 4279 (Op-1478)

Compre-se, vende-se, troca-se e aluga-se, casas, terrenos e aptos., novos e usados, em todos os bairros de Natal. Tratar c/ Bruno p/ fone 222 1308. No horário de 11:00 às 13:00 h. (Op-1785).

R. Gonçalves Dias, 44 Centro, garagem, área, 2 sals., 3 qtos., banh., coz., quintal. Tratar na mesma

ALENCAR, área, 2 salas, copa-cozinha, garagem, 3 quartos, alcatifada, banheiro social, gradoads. área de lazer. (Op-158)
 Tratar com Gepautu, à R. Ana Neri, 339 - Petrópolis. fones: 222.5348 e 222.8716.

DEOCLECIO VENDE

MIRASSOL, Cr\$ 230 mil
Rocas, Cr\$ 280 mil. Lagoa Nova, Cr\$ 1.100 mil. Lagoa Seca, com suite, Cr\$ 350 mil. Neópolis, reformada, Cr\$ 350 mil. permuta-se por terreno na capital. Tratar c/ Deoclécio, à R. Princesa Isabel, 581, - sala 106 - fone 222 5297. (Op-091)

JOCA VENDE

CANDELÁRIA, transfere-se tipo "B", e vende-se uma "E", quitada, bem localizada. P. Neópolis, e outros bairros. Tratar, diversos preços. Inf. com Joca na Princesa Isabel, 700 - 1º andar, sala 103. ou p/ fone 222.44. (Op-1799)

NOVA - Conjunto habitacional, de esquina, Cr\$ 150 mil, com parte financiada. (Op-080)

BRANCO, 3 quartos, 2 salas, coz., etc., tipo "B". Outra com 2 quartos. (Op-153)

NEÓPOLIS, toda reformada, tipo "A", armários embutidos, garagem, arborizada, de esquina. (Op-154)

NEÓPOLIS, 2 quartos, 2 salas, copa-cozinha, banheiro, área, jardim, quintal, dependência de empregada, garagem, fone (Op-155).

contrato de subgação de débito.

SOLUÇÕES CONTRA CLANDESTINIDADE — O diretor-financeiro da COHAB, João Eudes Ferreira, admite a presença da especulação e até a enfrenta com maior intensidade, porque os mutuários da COHAB são portadores de baixa renda, e portanto, mais sujeitos à rotatividade de transferências. São obrigados a transferir seus imóveis, na iminência de perdê-los por falta de pagamento em dia das prestações. Por isso, mais propensos a aceitarem ofertas de compra ou a simples intermediação, no caso das corretoras. Mas, prossegue Eudes, a COHAB adotou duas medidas que, na prática, reduzirão esses expedientes. Primeiro, para restringir a rotatividade nas transferências, estabeleceu uma taxa específica para os novos adquirentes de imóveis já financiados, que oscila em torno de Cr\$ 15/20 mil. Depois, como medida repressiva, os desistentes terão de enfrentar uma espera de até dois anos para serem incluídos num novo programa da COHAB.

PROBLEMA É DE CONJUNTURA

RA — Pedro Simões Neto, advogado, especialista em Direito Imobiliário, localiza o problema na própria conjuntura:

“A solução do problema envolve toda a conjuntura imobiliária. Desde os critérios sócio-econômicos dos programas habitacionais, até os cartórios de registro de imóveis, passando pelos repassadores de recursos do BNH”.

Qualquer medida isolada, segundo o advogado, solucionaria parte do problema, mas não extinguiria a anomalia: *“A solução não poderá ser unilateral — do ângulo do mercado imobiliário ou da função social dos empreendimentos. A solução terá de ser global, envolvendo o mercado imobiliário e os mutuários. Afinal, vivemos numa economia de mercado e o comércio de imóveis não poderá ser reprimido”.* Aponta soluções práticas: *“A exigência, por parte de todos os agentes financeiros do BNH, de certidão negativa de propriedade imobiliária — uma norma que, apesar de exigida pelo BNH não é obedecida por todos os seus agentes”.* E, com relação à salvaguarda dos interesses sociais: *“O BNH poderia criar uma unidade operacional que cuidasse das transferências dos imóveis integrantes do Sistema Financeiro da Habitação. Afinal, além de orientador e disciplinador da política habitacional, é gerenciador dos recursos do FGTS, cuja destinação é eminentemente social”.* E finaliza: *“O comportamento restritivo unilateral poderá trazer recessão ao mercado imobiliário, pois esse tipo de transação, de certa forma, agiliza o comércio imobiliário”.*

CAUSAS DA ESPECULAÇÃO — A especulação tem origem, principalmente, a partir da flutuação de unidades habitacionais. Acontece, quando determinados conjuntos habitacionais acusa um número elevado de desistentes. O alto número de desistentes, no caso específico do Conjunto Ponta Negra, foi motivada pela violenta inflação que atingiu a indústria da construção civil nos últimos anos, forçando grandes reajustes nos valores das prestações dos

mutuários do programa. Outros fatores determinantes da flutuação de unidades é o das transferências dos usuários para outros Estados — até porque Natal tem um elevado contingente de funcionários públicos civis e militares, habitualmente sujeito a mudanças. Merece registro, também, fato da elevação de renda dos mutuários profissionais liberais, cuja ascensão já impõe mudança de “status” com o conseqüente indicativo da nova posição social: a melhoria da casa própria.

A possibilidade de compatibilizar uma oferta de imóveis com as condições do mercado de Natal — explica Magno Wanderley, corretor de imóveis — não pode ser desprezada. *“Daí porque — continua o corretor — as casas de conjuntos residenciais são valorizadas por nós. Porque o preço ofertado é capaz de sensibilizar o candidato à casa própria, geralmente um pequeno poupador — como de resto, a média dos natalenses”*.

Indagado sobre a especulação, respondeu: *“Especulação? Eu não utilizaria este termo. Não somos nós, os corretores, quem arbitramos os preços do mercado. É o próprio mercado que os impõem. Experimente oferecer um imóvel cujo valor ultrapasse a expectativa do mercado e você verá se é possível vendê-lo”*. Para Magno, o comércio é legítimo. *“Nós não induzimos os compradores, nem desrespeitamos as normas do BNH. Apenas fazemos a intermediação do negócio. Quem, na realidade vende é o mutuário”*.

OS PREÇOS — Apesar das leis de mercado, no caso particular de Natal, há uma supervalorização na oferta de preços, se comparados com outras capitais do Nordeste. O fato é explicado de maneiras diversas. Há quem atribua à concentração de bases militares a oferta supervalorizada de aluguéis e de poupanças, no caso de “venda das chaves”. E explicam, baseando-se no fato de que os militares — geralmente vindos do Sul do País — sempre comparam as ofertas com as do seu Estado de origem, onde os valores são absurdamente altos. Se esta oferta — ain-



Magno Wanderley: “Os corretores não têm culpa pelo desrespeito das normas do BNH”.

da alta, pelo ângulo de Natal — é, em todo caso, bastante menor que a do Sul do País, o negócio é feito sem maiores discussões. Outra explicação corrente atribui à própria concorrência entre as corretoras essa supervalorização. No intuito de captar o cliente, uma corretora — ao ser informada que seu concorrente arbitrou determinado preço — sempre supera o valor da avaliação. E o próprio usuário já entrou no jogo. Mesmo que não tenha consultado qualquer corretor, “inventa” uma avaliação procedida pelo primeiro nome que lhe passa pela cabeça.

A Kontato Imóveis, consultada por telefone, ofereceu uma casa no Conjunto Mirassol, cobrando 240 mil cruzeiros pelas chaves, cabendo ao adquirente a obrigação de assumir o saldo devedor do financiamento de Cr\$ 80 mil, pelos quais seriam pagas prestações mensais de 850 cruzeiros. Tinha também casas para repassar em Ponta Negra (tipo “c”), por Cr\$ 40 mil, e no Conjunto Potiguar (tipo “A”) por Cr\$ 400 mil. A mais cara — *“uma casa especial, muito boa”* — no Conjunto Interlagos: Cr\$ 450 mil.

Macedo Imóveis, outra corretora, ofereceu casas no Conjunto Ponta Negra por preços que variavam de 60 a 70 mil cruzeiros. Perguntado sobre o risco da operação, um funcionário respondeu que o negócio era muito comum e *“até hoje nunca houve problemas”*.

OS RISCOS DO REPASSE — A operação de repasse, sem a intervenção do agente financeiro, pode

causar sérios prejuízos ao comprador.

O contrato original, firmado entre o mutuário e o agente financeiro, estabelece primeira e especial hipoteca do imóvel em favor do mutuante. E proíbe ao mutuário tanto a locação como a venda do imóvel financiado. Até se consumir a liquidação das obrigações do mutuário — dentro de 15 a 25 anos, em média — ele divide com o BNH a propriedade do imóvel. Este tem o domínio e aquele a propriedade.

Não bastasse esse simples fato para caracterizar como clandestino o comércio das “chaves”, existem os próprios riscos do negócio em si mesmo. A falta de documentos que comprovem a transação é um deles; a não exigência do recibo de quitação da última prestação paga pelo mutuário/vendedor ao BNH é outra. E, finalmente, a principal: deixar de providenciar a transferência junto ao agente financiador, através de um contrato de subrogação de débito. Se este cuidado não for tomado, o adquirente se sujeitará a ser mero detentor do imóvel exposto às “espartezas” do vendedor, bastando, para prejuízo do incauto adquirente, que o mutuário liquide as prestações do imóvel e pretenda retomá-lo. Ou que venha a falecer e o seguro liquide as obrigações junto ao agente financiador, entregando o imóvel livre e desembaraçado aos herdeiros do falecido. A melhor cautela é a informação junto ao financiador, para, só depois, consumir a operação.

Existindo o risco e o paralelismo — a própria clandestinidade — desse tipo de operação, o mais prudente é que o BNH dê ao problema o tratamento adequado, o que até agora não ocorreu, permitindo a suposição de que, ou convém ao Sistema a singularidade desses negócios, ou deles não se tomou conhecimento. Em qualquer das hipóteses, convindo aos interesses do Sistema ou se “permitindo” sua existência — (fingindo ignorá-lo) — é necessário institucionalizar medidas regulamentadoras, no interesse social, na preservação do próprio Sistema Habitacional Brasileiro, cujos propósitos são eminentemente sociais.

BARRAGEM DO AÇU: DEPOIS DO PROJETO CONCLUÍDO E OBRAS INICIADAS, O “DIÁLOGO”

O Governo Federal, através do DNOCS, planejou e já está iniciando a construção da “Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves”, na região do Baixo-Açu. Trata-se de uma obra que consumirá alguns bilhões de cruzeiros e que poderá beneficiar alguns milhares de agricultores por meio de um projeto de agricultura irrigada. As opiniões são divididas sobre a validade da barragem e reina um clima de insegurança entre os proprietários das terras que serão desapropriadas para dar lugar à obra. Só muito tarde o DNOCS aceitou dialogar com o povo e as autoridades da área a ser atingida, quando mais nada pode ser mudado.

Quando os técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra Secas — DNOCS, pensaram em mandar elaborar um projeto para melhorar as condições de vida da população humildemente instalada na região do Baixo-Açu, interior do Rio Grande do Norte, jamais poderiam imaginar que depois do projeto pronto e mesmo antes do início das obras, essa mesma população se rebelaria e se transformaria no maior obstáculo à construção da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves.

Hoje, às vésperas do início das obras, sente-se, ao contactar com habitantes da região ou com pessoas curiosas e estudiosas do assunto, que o aspecto social do projeto não foi analisado adequadamente e que o Governo também tem a sua parcela de culpa a partir do momento que procurou conter a divulgação das notícias referentes à fase inicial de elaboração. A notícia do início da obra chegou de supetão e apanhou a população do Vale de surpresa. Como são pessoas de nível cultural e social baixo, não foi fácil receber e aceitar um volume tão grande de informações que prometiam desde o aumento astronômico da renda familiar até o desaparecimento total da cidade de São Rafael (10 mil habitantes), que seria engulida pelas águas.

No entanto, mesmo sofrendo



O leito do rio Açu, visto a 2.000 metros de altura. Exatamente nessa área será construída a barragem. (Foto de Carlos Lyra).

apertos de um lado ou do outro, o DNOCS vai executar o projeto. Como o assunto é bastante polêmico, é comum encontrar diversos tipos de opiniões. A maioria defende, mas não faltam os que condenam e até lutam ainda com todas as armas para que o projeto não seja executado. Estes preferem continuar com a agricultura na sua forma primitiva, sem acreditar nas promessas de renda através das novas e modernas técnicas de agricultura irrigada.

O PROJETO — Segundo dados fornecidos pelo DNOCS, "o Projeto Baixo-Açu localiza-se no baixo Vale do Rio Piranhas, que toma o nome de Açu no seu curso inferior, entre as cidades de Açu e Pendências. O acesso à área do projeto é feito pela rodovia federal BR-304, asfaltada, que liga Natal a Fortaleza e passa a 2 Km da cidade de Açu".

As principais fontes hídricas do projeto serão o reservatório ou Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, com capacidade útil de



Moacyr Duarte: "O projeto é plenamente viável".

2,1 bilhões de metros cúbicos, a ser construída no Rio Açu, e 94 poços com vazão de 50 litros por segundo, a serem perfurados.

Com uma área irrigável de 22.000 hectares, nos quais serão instaladas 3.000 unidades agrícolas fa-

miliares, de 5 a 15 ha irrigados, estima-se que o projeto, na sua conclusão, venha a criar 10 mil empregos diretos permanentes, beneficiando cerca de 50 mil pessoas. A esse total dever-se-ia acrescentar, ainda, a mão-de-obra agrícola sazonal e os empregos indiretamente gerados nos setores secundário e terciário da economia.

Num ano de plena produção, o projeto deverá alcançar 300.000 toneladas de produtos agrícolas, mais de 33 milhões de litros de leite e perto de 10.000 novilhos para abate. Esta produção será destinada ao consumo *in natura* nos mercados nordestinos e nacional, e para industrialização. Após atingirem o estágio de plena produção, os irrigantes terão uma renda familiar, anual, em torno de 48 a 50 salários-mínimos regionais".

IMPORTÂNCIA — Na opinião de Moacyr Duarte, presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte, o projeto é o mais

Entregue a chave da sua máquina
a quem mais entende de
Som e Equipamentos

**EQUIPADORA
LÁZARO**

Av. Deodoro, 431
222-0284 • Natal-RN

importante formulado no Estado:

"Sabemos que a irrigação é imprescindível ao desenvolvimento agrícola do Baixo-Açu, que tem uma precipitação média da ordem de 570 milímetros mal distribuídos e com grandes flutuações de um ano para outro. Trata-se, também, de área rural onde predomina o sub-emprego. A par de sua importância para a economia e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, o projeto contribuirá, de forma significativa, para melhorar o abastecimento das principais cidades do Nordeste, substituindo importações e propiciando o estabelecimento de agro-indústrias. O estudo de viabilidade demonstrou que o projeto apresenta uma relação benefício/custo de 2,052, sendo, portanto, plenamente viável, mesmo sem considerar os benefícios indiretos e intangíveis".

E enfatiza o presidente da Federação da Agricultura:

"Este é, muito provavelmente, o mais importante projeto hidroagrícola formulado para o Rio Grande do Norte, em dimensões grandemente superiores aos projetos Cruzeta, Pau dos Ferros, Itans-Sabugi e Ceará Mirim. Influindo sobre a zona potencialmente mais rica do Estado, onde, infelizmente, sobrevive uma população que ainda se caracteriza pelos seus baixos níveis cultural e econômico, sem condições de, por si mesmo, superar o atraso secular a que se acha condenada, tem o projeto do Baixo-Açu, do qual a Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves constitui-se no primeiro segmento físico, a responsabilidade de promover a transformação da agricultura primitiva ali predominante em um sistema produtivo, eficiente, capaz de propiciar, a curto prazo, a elevação do padrão de vida de seus habitantes".

Para o professor Otto de Brito Guerra, conhecido estudioso e defensor da agricultura irrigada, também, o projeto do Baixo-Açu é altamente válido, embora ele reconheça que com essa afirmação vá discordar de muita gente:

"Tecnicamente, não tenho condições de opinar sobre o assunto. No



Otto Guerra: *"Tecnicamente, não tenho condições de opinar. Mas acho que o vale merece este projeto".*

entanto, posso dizer que a irrigação sempre foi um problema do Nordeste. Distribuir bem a água sempre foi o objetivo das autoridades ligadas ao problema da seca. Geralmente esses projetos de irrigação são implantados em áreas pouco povoadas, o que não ocorre no Vale do Açu. Isto gerou um problema muito sério mas não intransponível. Se olharem para a população e aproveitarem o pessoal que deve ser preparado para cuidar do novo solo, dando-lhes as-

sistência permanente e permitindo a que eles não fiquem entregues a eles mesmos, acho que tudo dará certo".

E concluiu:

"Mesmo sabendo que a carnaúba será sacrificada, acho que a produção vai compensar. O mundo está com fome de alimento e não de cera de carnaúba. Acho que o Vale merece este projeto. O futuro é quem dirá quem está com a razão. Sei que estou contradizendo muita gente, mas entendo que a construção de pequenos açudes não resolveria o problema, já que açude pequeno é como amigo infiel: quando mais precisamos dele, ele falha. Acho, finalmente, que a Igreja está com a razão quando procura debater o problema humano que realmente deverá ficar bem definido".

Outro que também está do lado dos que defendem a viabilidade do projeto, e não poderia ser diferente, é Eldam Vellozo, coordenador da Comissão Especial Executiva dos Projetos de Irrigação do Rio Grande do Norte:

"Como todo projeto de desenvolvimento, o projeto do Baixo-Açu objetiva a beneficiar uma área carente. Acho válido porque vamos atender uma população que necessita, proporcionando até a industrialização. Atualmente, o Estado possui uma economia incipiente. No Vale

comunique-se com o grupo executivo **GTE**

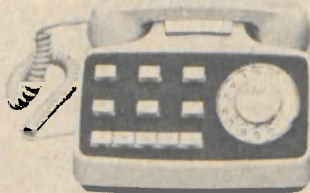


816
1 tronco — 6 ramais



829
2 troncos — 10 ramais

* (extensíveis a 20)



849
4 troncos — *10 ramais



860
6 troncos — 30 ramais

CESAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN.

do Açú não existe uma atividade econômica sólida, não tendo, portanto, possibilidade de desenvolvimento mais rápido. Ali se pratica uma cultura de vazante, altamente insegura, pois depende do nível das águas do rio. Com a barragem vai ser diferente. A evaporação vai permitir o aparecimento de faixas úmidas de terras, e boas terras por sinal''.

Sobre o problema da barragem praticamente extinguir a cultura da cera de carnaúba, Eldam Velozo destaca um dado importante:

''Fala-se muito na carnaúba. Tenho um dado a revelar: vivendo da carnaúba, que nasce e cresce normalmente, dispensando o trabalho mais demorado do agricultor, o lucro será de Cr\$ 500,00 por hectare/ano. Com a irrigação, esse lucro tem condições de se elevar a Cr\$ 150.000,00 por hectare/ano. É uma diferença muito grande''.

CONTESTAÇÕES — Mesmo provando com dados concretos a viabilidade do projeto, os técnicos do DNOCS são obrigados a enfrentar uma verdadeira descarga de contestações. É o caso, por exemplo, do documento que está no Ministério do Interior, fixando a posição do povo do Vale, dos seus líderes e de suas instituições representativas. No seu item 4, que trata das preocupações da comunidade frente ao projeto, diz o documento:

''As preocupações da comunidade podem ser sumariadas da seguinte forma:

a) se a obra de tão alto custo não será, como outras, subutilizada, comprometendo recursos tão importantes que poderiam ser empregados com maior benefício social;

b) a incoerência entre um dos objetivos do projeto, o de criar novas oportunidades de emprego no meio rural, contribuindo para diminuir o êxodo rural e a população deslocada;

c) o reduzido percentual de colonos que em outros projetos, instalados no Nordeste, alcançaram os níveis de renda previstos pelos estudos de viabilidade;

d) a total mudança na estrutura fundiária poderá trazer uma desor-



Eldam Veloso, do DNOCS, diz que *''com a irrigação, um hectare de terra poderá render Cr\$ 150 mil, por ano''.*

ganização social não condizente com o plano de desenvolvimento previsto para o Baixo-Vale;

e) a falta de previsão para a população deslocada, haja vista, haver um excedente no projeto do Baixo-Açú, de aproximadamente 40.000 pessoas, no confronto população alocada e deslocada;

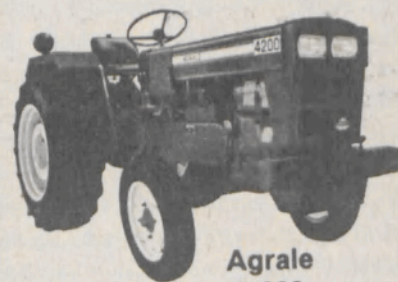
f) receio de que com a implantação do projeto, venha a região a sofrer transformações ecológicas negativas, de caráter irreversível''.

Além desses itens, o documento ainda se preocupa, por exemplo, com a *''possibilidade de recair sobre o Vale altos teores de salinização da terra, como vem ocorrendo na região de Morada Nova, no Ceará''* e *''o total abandono de outras alternativas já estudadas e discutidas, para a região, como o disciplinamento das águas, dentro de um método de construção de pequenas barragens''.*

O aspecto negativo da construção de pequenos açudes já foi abordado por Otto Guerra; no entanto é reforçado por Moacir Duarte, da Federação da Agricultura, que entende que o projeto deve ser visto com uma amplitude muito maior. Ele acha que o projeto não é somente a construção da barragem, mas que a barragem apenas faz parte de um con-

PAULIRMÃOS

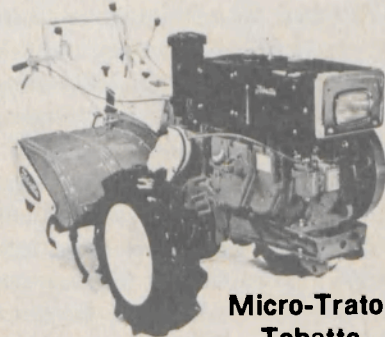
Tradição em máquinas agrícolas



Agrale
4.200



Agrale 4.100



Micro-Trator
Tobatta

Revendedor Autorizado para o Rio Grande do Norte, dos produtos:

AGRALE

Tratores e Motores

TOBATA

Micro-Tratores e Motores

AGRALE-TOBATA

Motores Marítimos e Estacionários

MARK

Bombas Hidráulicas e Equipamentos

p/ piscinas

HATSUTA

Pulverizadores, Atomizadores e Moto-Serras

CREMASCO - PENHA - NOGUEIRA

Desintegradores de Forragem

FACIT

Máquinas e Sistemas para escritório

FIEL - CONFIANÇA

Móveis de aço para escritório

WALNE

Móveis de aço e arquivos eletromecânicos



PAULA, IRMÃOS COMERCIAL LTDA

Praça Augusto Severo, 260 — C. Postal 207

Fone: PABX 222-0916 — Escritório:

222-1532 — Oficina: 222-4584 — NATAL — RN

texto maior, que é o projeto em si. Há uma série de outros objetivos:

“Não considero a construção da barragem fora do contexto maior, que é o projeto do Baixo-Açu. Este é, tipicamente, um projeto de múltiplas finalidades, não podendo ser confundido com uma simples obra de açudagem. Assim, como objetivos do projeto, podemos alinhar a regularização do Rio Açu, com o consequente controle das cheias; a piscicultura extensiva, na bacia de acumulação, com uma produção estimada de 2.500 toneladas/ano; a piscicultura intensiva, em viveiros fundados em áreas adequadas, atividade onde já se obtém, com tecnologia nacional, uma média de 6.000 quilos de pescado/hectare (em termos de pesquisa já foram obtidos até 31.000 quilos/hectare); agricultura de vazante com a oferta de mais de 2.000 hectares de área úmida; além de amplas áreas de agricultura irrigada e de sequeiro e de pecuária intensiva. Evidentemente, uma programação com tais dimensões não pode ser classificada de pouco arrojada”.

Sobre o problema do projeto de Morada Nova, citado no documento, Eldam Velozo disse que com salinização ou não *“eu vi Morada Nova nascer. Vi a implantação dos primeiros hectares. Só tinha uma escolinha e quase mais nada. Hoje tem até indústrias e nada menos do que 600 famílias são beneficiadas. Citaria outro exemplo: o de Curuparaipava. Em dois anos foram ocupados 2.000 hectares e 500 famílias já estão sendo beneficiadas”.*

POSIÇÃO DA IGREJA — Segundo folheto distribuído pelo DNOCS, o projeto do Baixo-Açu compreende terras de seis municípios: Açu, Carnaubais, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Alto do Rodrigues e Pendências. No entanto, existe outro município com uma população de 10 mil habitantes que é enfocado no folheto de forma diferente: *“Sim, a cidade do São Rafael e sua igreja vão ficar na saudade. Submersa num ponto qualquer dos 40 mil hectares que o rio vai cobrir”.*

Desse povo humilde e sofrido de São Rafael pode-se colher um depoi-



Dom Nivaldo Monte incentiva envolvimento da Igreja

mento como este: *“A barragem não vai ser construída, porque Deus não quer. E não vai cobrir a cidade, porque Deus não vai permitir”.* Talvez com o objetivo de defender esse povo que ainda não despertou para a realidade do projeto é que a Igreja resolveu tomar partido.

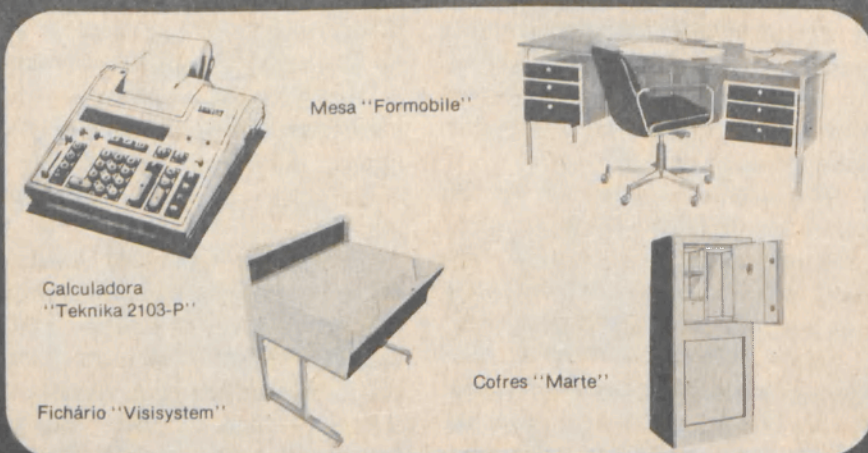
E um dos mais entusiastas desse movimento é o padre Francisco Canindé, vigário de Açu e residente no Vale desde 1966. Ele afirma que tem muita incerteza *“diante das arbitrariedades que vêm sendo praticadas, numa ação que só vem deixando o povo mais apreensivo à medida em que as decisões são tomadas sem que haja qualquer participação da comunidade”.* Disse ainda o padre, por ocasião de uma importante reunião que realizou-se em Mossoró e que contou com a presença de quase todo o clero do Rio Grande do Nor-

te, que *“o povo não estava educado para receber a barragem porque não havia sido educado pelo próprio Departamento Nacional de Obras Contra Secas”.*

No final do mês de abril, o Arcebispo D. Nivaldo Monte recebeu uma carta do diretor-geral do DNOCS, José Osvaldo Pontes. Na correspondência, ele apresentava cumprimentos aos bispos do Estado pelas sugestões apresentadas e informava que uma delas, a que trata da reformulação das tabelas de indenização das terras, foi aceita de imediato e que só se expedirá a ordem de serviço para o início das obras quando tiverem sido pagas as indenizações aos donos das terras, de forma justa e merecida.

Esta carta chegou a alegrar os religiosos envolvidos na questão. No entanto, segundo eles próprios, as preocupações continuam. A Igreja procura se deter exclusivamente no problema social do projeto. E é justamente aí onde existem algumas arestas a serem aparadas, como por exemplo: o problema dos agricultores com mais de 65 anos; o caso dos analfabetos; e o futuro dos trabalhadores rurais que não são proprietários de terras. É certo que os debates vão continuar e que o clero, liderado por D. Nivaldo Monte, ainda continuará resistindo e tentando de todas as formas estabelecer o diálogo com as autoridades governamen-

AS MELHORES MARCAS DE MÓVEIS E MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO ESTÃO NA COMSERV.



COMSERV — Comércio, Representações e Serviços Ltda.

Máquinas de Escrever, Calcular, Eletrônica, Móveis de aço, Sistema de Arquivamento Racional e Artigos of. Escritório. Móveis domésticos em geral. Rua Cel. Estevam, 1416/18 Fones: (842) 222-4042 — 222-3203 — Alecrim — Natal-RN.

tais que possam conduzir à solução de todos esses problemas.

A POSIÇÃO DO POVO — Apesar da maioria dos proprietários se manterem calados, há os que procuram enfrentar o problema e defender os direitos de todos. É o caso, por exemplo, de José Leônidas que aponta várias contradições do DNOCS. Entre elas estão as seguintes:

"A área da barragem: a informação é de que serão desapropriados 92 mil hectares, mas o DNOCS afirma que serão apenas 70 mil. Outra contradição é quanto ao prazo para o início da obra: o DNOCS afirma que não será de imediato, no entanto a construtora Andrade Gutierrez, vencedora da concorrência para a execução do projeto, já movimentou as suas máquinas nas proximidades de São Rafael".

IRREVERSÍVEL — Agradando a uns e desagradando a muitos, o projeto será implantado. Começará com a construção da barragem. A concorrência já foi realizada e a empresa Andrade Gutierrez foi proclamada, oficialmente, a vencedora; o Governo Federal já destinou uma verba inicial de Cr\$ 100 milhões e já estão depositados no Banco Mundial os Cr\$ 450 milhões do empréstimo internacional que torna a barragem auto-sustentável. Por fim, a empresa construtora já iniciou as obras de acesso e de construção do canteiro de obras. Só falta mesmo a voz de comando para que seja iniciada a construção da barragem que terá uma altura máxima de 40 metros, um comprimento da crista de 3.500 metros, uma acumulação de água de 2,4 bilhões de metros cúbicos, uma capacidade de tomada d'água de 25 metros cúbicos por segundo, uma área inundada de 40.000 hectares, um custo total de Cr\$ 500 milhões e um prazo de execução previsto para três anos.

O projeto de irrigação do Vale, segundo dados oficiais fornecidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra Secas, será executado em três etapas. Na primeira, denominada de fase experimental,

serão atingidos sete mil hectares e poderá ser concluído ainda este ano, dependendo do reajustamento do cronograma de obra. A segunda etapa deverá ser iniciada dentro de aproximadamente cinco anos e cobrirá mais oito mil hectares. Finalmente, os sete mil hectares restantes dos 22 que serão irrigados deverão ser trabalhados a partir do sexto ano de implantação.

Todo o projeto, depois de instalado, beneficiará uma população de 2.812 famílias de irrigantes, 9.420 trabalhadores agrícolas, 568 empregos na administração, 1.400 empregos em serviços indiretos, totalizando uma população beneficiada de 72.420 pessoas. No que se refere a ofertas de produtos agrícolas e agropecuários, os dados oficiais do DNOCS atestam que serão produzidas 300.000 toneladas/ano de produtos agrícolas, 33 milhões de litros/ano de leite e 8.400 cabeças de gado por ano, para abate.

SUGESTÕES/CRÍTICAS

Moacir Duarte, presidente da Federação da Agricultura, profundo conhecedor dos problemas agrícolas e pecuários do Estado, indagado se teria alguma sugestão ou faria alguma crítica no sentido de colaborar com os técnicos na execução do projeto, respondeu:

"Longe de mim essa pretensão.

Continuo fiel à sentença de Apeles que o sapateiro não deve ir além da sandália. Mas entendo, por conta própria, que a principal deficiência no encaminhamento da matéria tem sido o caráter sigiloso que o Governo emprestou à fase de formulação do projeto. O debate dos problemas existentes e das soluções aventadas, com ampla difusão de informações, possibilitaria, necessariamente, um melhor conhecimento do assunto pelos segmentos responsáveis da sociedade, sobretudo pelas populações interessadas, emprestando a imprescindível viabilidade política de que o projeto se nos parece carente. Se me fosse permitido sugerir, proporia uma modificação de atitude no que concerne ao aspecto negativo anteriormente apontado, democratizando-se a discussão. Convém chamar-se a atenção, ainda, para o cuidado com que deva ser tratado o problema da organização técnica e administrativa do empreendimento, a qual condicionará o desempenho do projeto. A preocupação para com o homem deve deixar de ser simplesmente retórica, para se materializar em ações objetivas que consubstanciem efeitos sociais e econômicos efetivamente determinantes da superação da condição de subdesenvolvimento prevalescente, com a elevação integral dos padrões de vida da família rural".



PRUDÊNCIO

Lojão das Baterias



COM AMPLO ESTACIONAMENTO



— QUALIDADE E GARANTIA VULCANIA

PRUDÊNCIO Lojão das baterias

MATRIZ: Av. R' o Branco, 786 — Fones: 222-1518 — 222-4643.

FILIAL: Av. Alex. de Alencar, 1046 — Fone: 231-6003 — NATAL-RN.



BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. - BANDERN

C. G. C. Nº 08321.952 / 0001-19

RELATÓRIO DA DIRETORIA

EXERCÍCIO DE 1978

SENHORES ACIONISTAS

É sempre com renovada satisfação que, anualmente, lhes damos conta da vida do nosso Banco, trazendo, mais uma vez, dados que comprovam o crescente desenvolvimento por que passa a instituição.

As metas para 1978, constantes do relatório do ano de 1977, foram todas alcançadas, principalmente, no tocante à interiorização do BANDERN, objetivando preencher vazios geográficos no que tange à distribuição de créditos e na elevação das aplicações globais.

Aos nossos clientes, para quem trabalhamos, as classes produtoras e aos nossos incansáveis servidores, com que nos identificamos em objetivos, atribuímos os resultados obtidos.

Os dados que lhes apresentamos neste relatório sintetizam os resultados das atividades do BANDERN.

1 — CAPITAL RESERVAS

1.1 — O patrimônio líquido foi elevado para Cr\$ 123.855.000,00, dos quais Cr\$ 50.000.000,00 de capital, Cr\$ 41.539.000,00 de reservas de capital, Cr\$ 9.912.000,00 e Cr\$ 22.404.000,00 de Reservas de retenção de lucros e lucros acumulados, respectivamente.

1.2 — É de se ressaltar que no ano de 1979, até 15 de março corrente, o capital será elevado para Cr\$ 100.000.000,00, com o aproveitamento de Cr\$ 25.000,00 de reservas e lucros acumulados.

EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E RESERVAS — 1974/78

Em Cr\$ mil

RECURSOS PRÓPRIOS	1974	1975	1976	1977	1978
CAPITAL SOCIAL	10.000	10.000	50.000	50.000	50.000
RESERVAS	5.777	9.367	23.387	30.381	41.539
TOTAIS	15.777	19.367	73.387	80.381	91.539

1.3 — O acréscimo neste grupo de contas do Patrimônio Líquido, no exercício, foi de Cr\$ 43.474.000,00, o que representa um crescimento de 54,06%.

2 — DEPOSITOS

2.1 — Apesar das dificuldades encontradas no período, por força da política de controle dos meios de pagamento, as captações de depósitos à vista e a prazo, elevaram-se de Cr\$ 337.118.000,00 para Cr\$ 437.743.000,00, registrando uma evolução de Cr\$ 100.000.000,00.

2.2 — Os depósitos do público, no final do exercício, atingiram o montante de Cr\$ 174.046.298,00, refletindo a confiança e a preferência grandeadas pelo estabelecimento, numa evolução crescente desde 1974, quando representavam a cifra de apenas Cr\$ 30.647.000,00.

2.3 — É de se destacar o desempenho dos depósitos das entidades públicas, cujos saldos, em 31.12.74, apresentavam Cr\$ 47.783.000,00, enquanto, no balanço encerrado em dezembro de 1978, elevou-se a Cr\$ 247.519.000,00, demonstrando uma perfeita identificação entre o Banco e o setor governamental.

EVOLUÇÃO DOS DEPOSITOS — 1974/78

ENTIDADES	1974	1975	1976	1977	1978
PRIVADAS	30.647	39.560	89.453	103.994	173.262
PUBLICAS	47.783	73.013	143.187	233.124	377.504
TOTAIS	78.430	132.573	232.640	337.118	550.766

3 — APLICAÇÕES

3.1 — As aplicações globais, em 31.12.74 representavam Cr\$ 135.827.000,00, evoluindo para Cr\$ 1.452.566.000,00 em 31.12.78, com um crescimento de 1.071%, numa demonstração, inequívoca, da dinâmica operacional posta em prática pela atual administração. O quadro abaixo revela a expansão das aplicações nos últimos cinco anos.

APLICAÇÕES GLOBAIS — 1974/78

ATIVIDADES	1974	1975	1976	1977	1978
INDÚSTRIA E COM.	45.545	76.341	334.350	468.374	890.498
AGROPECUARIA	30.978	27.212	28.814	44.268	50.972
ENTIDADES PÚBLICAS	39.720	45.975	122.068	237.317	375.551
DIVERSOS	18.383	24.159	53.976	103.444	185.544
TOTAIS	135.627	173.687	539.208	873.343	1.452.566

3.2 — O BANDERN incrementou substancialmente suas aplicações, seguindo, assim, as diretrizes básicas do Governo de cada vez mais potencializar o desenvolvimento da indústria e do comércio. Em 1974, elas se situavam em Cr\$ 45.546.000,00, elevando-se em 31.12.78, para Cr\$ 890.498.000,00, o que corresponde a um aumento de 1,072% nas aplicações da espécie.

3.3 — As pequenas e médias empresas têm encontrado no BANDERN um grande amparo financeiro para suas necessidades de investimento em capital fixo e circulante, através de empréstimos com recursos oriundos da Resolução 389, do Banco Central.

3.4 — Para suprir a deficiência de capital de giro das empresas do Estado, foi dada especial atenção ao Programa Especial de Crédito para Recolhimentos Compulsivos — PROCOM, cujos financiamentos para pagamento do ICM desartogaram o fluxo de caixa de inúmeras empresas locais.

3.5 — Não só o comércio e a indústria foram beneficiados com o crédito concedido pelo BANDERN, pois a ação financeira do BANCO estendeu-se por todos os setores vitais de economia do Estado, conforme detalhos.

3.6 — Participação em todas as Exposições-Feiras programadas pela Secretaria de Agricultura do Estado, nas cidades de Caico, Mossoró, Nova Cruz e Natal. Nesses certames, foram concedidos 567 financiamentos destinados à aquisição de animais (bovinos, equinos e caprinos) e implementos agrícolas (máquinas, equipamentos, etc.), no total de Cr\$ 25.332.000,00, a prazo médio e juros subsidiados.

3.7 — Aos órgãos de administração indireta do Estado e às Prefeituras, inclusive da Capital, foi permanente a assistência creditícia concedida pelo BANDERN.

3.8 — Dedicou o Banco especial atenção à comercialização de produtos do Estado, especialmente e algodão, sai, castanha de caju, entre outros.

3.9 — Apesar do crescimento das aplicações e do volume de créditos concedidos é de ressaltar que, no balanço de 31.12.78, o saldo da rubrica "Créditos em Liquidação" ou seja, considerados de difícil liquidação, representou apenas 0,14% do valor global aplicado.

4 — AVAIS E FIANÇAS

4.1 — Mesmo não caracterizando como linha de crédito, deve ser ressaltado o papel desempenhado pelo Banco na concessão de avais e fianças às empresas construtoras, de turismo e passagens, de consultoria técnica, de comércio e indústria e sociedades de economia mista, as quais alcançaram um montante de Cr\$ 22.641.189,32 ensejando uma receita adicional de Cr\$ 964.834,50. Essa prestação de serviço permitiu às nossas empresas construtoras, principalmente, participarem de licitação em quase todas as unidades da Federação, carreando recursos para o nosso Estado.

5 — RECURSOS

5.1 — Em consonância com a política desenvolvimentista adotada pelo Governo Estadual, o BANDERN canalizou recursos para obras de infra-estrutura do Estado, originários principalmente de repasses obtidos junto ao BNH, para o programa de saneamento básico. Esses recursos, durante o exercício de 1978 atingiram Cr\$ 408.368.000,00.

5.2 — Ainda no campo de repasses do BNH, foi significativa a evolução ao subprograma RECOM, destinado a financiar a aquisição de material para construção e reforma de imóveis residenciais. Durante o ano de 1978, foram aplicados recursos no montante de Cr\$ 36.277.000,00, financiando o programa a construção e/ou reforma e ampliação de 122 unidades residenciais.

5.3 — Continuou, no exercício, a campanha de captação de depósitos do público, que, somado aos recursos dos demais repasses (FINAME FUNDECE, FUNAGRI, BACEN e outros), permitiu o financiamento de novos empreendimentos de interesse da economia do Estado.

6 — RECURSOS HUMANOS

6.1 — Ao final do exercício o BANDERN contava com o apoio de 458 servidores, distribuídos em suas 21 agências, 5 postos de serviços e departamentos administrativos.

6.2 — Cumprindo o que determina o seu Regulamento interno, foram consignados, neste ano, mais 133 promoções, abrangendo todos os níveis do quadro de pessoal, além de reajustar o valor das letras e comissões do quadro de carreira, procurando, assim valorizar no máximo a capacidade de seus funcionários.

6.3 — A constante ampliação dos benefícios da Assistência Social ao funcionalismo, tem sido uma das principais metas da atual administração do BANDERN. Durante o ano de 1978, objetivando aprimorar a atuação do Serviço de Assistência Médica e Social (SAMSES), no atendimento aos servidores da casa, foi reestruturado o sistema de concessão de auxílios e empréstimos, cujos resultados positivos logo se fizeram sentir.

6.4 — Além das dotações específicas ao Serviço de Assistência Médica e Social, na medida do possível, o Banco vem destinando verbas para o Clube BANDERN Cultural e Desportivo, órgão responsável pela assistência cultural, recreativa e desportiva dos funcionários com a finalidade de tornar realidade a construção da sede própria do sodalício.

7 — ESTRUTURA FÍSICA

7.1 — Em decorrência do programa de interiorização a que nos reportamos no início, foram inauguradas as seguintes Agências:
I — Filial de Tangará em 09.06.78
II — Filial de Cangaretama em 07.07.78
III — Filial de São José de Campestre 23.06.78
IV — Filial de São Tomé em 14.07.78

7.2 — No mês de fevereiro de 1978 foi inaugurada a filial de São Paulo, objetivando a mobilização de forças produtivas além fronteiras do Estado e ao favorecimento do intercâmbio com o parque empresarial potiguar.

7.3 — Abertura de um Posto de Serviço na Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Natal, para recebimento de impostos e taxas devidos à Edilidade natalense.

7.4 — Início da construção da Agência de Carauabas, cuja inauguração deverá ocorrer até 15 de março corrente.

7.5 — Início dos serviços de adaptação da Agência CEASA, nesta Capital, a ser inaugurada na mesma época da Agência de Carauabas.

7.6 — Aquisição em dezembro de 1978, do prédio situado à Av. Pres. Getúlio, 375, no bairro do Alecrim, nesta Capital, a fim de ser realocada a nossa Agência daquele bairro, visando proporcionar conforto aos clientes e funcionários.

7.7 — Com vistas à melhoria da produtividade, estendeu-se o uso de computador a algumas Agências do interior do Estado e aos serviços executados por processos tradicionais.

8 — ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES

8.1 — Durante o exercício de 1978, foram em nº de 81 as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal, a saber:

Assembleias Gerais Ordinárias	1	
Extraordinárias	3	4
Reuniões do Conselho de Administração Ordinárias	2	
Extraordinárias	8	10
Reuniões da Diretoria Ordinárias	52	
Extraordinárias	5	57
Reunião do Conselho Fiscal	10	
Total		81

8.2 — Em consequência das decisões adotadas pelo Conselho de Administração foram expedidas 12 Deliberações. Em virtude das determinações da Diretoria e de soluções nas alçadas dos Diretores foram firmadas 08 Resoluções e 236 Portarias.

9 — METAS PARA 1979

- 1 — Financiamento da antecipação do Imposto de Renda.
- 2 — A instituição de cheque especial.
- 3 — Construção do prédio-sede do Banco, inclusive instalação da Agência Central.
- 4 — Reestruturação da Carteira de Crédito Rural, para operar com recursos repassados do Banco Central.
- 5 — Empréstimo com consignação (crédito pessoal).
- 6 — Ativação do PROCOM, possibilitando às empresas o pagamento de qualquer tributo, inclusive o Imposto de Renda.
- 7 — Continuação do plano de expansão da rede de Agências, através da abertura de novas filiais.

10 — CONCLUSÃO

10.1 — Desejamos, finalmente, agradecer a confiança de nossos clientes, a dedicação de nossos funcionários, a compreensão dos acionistas ao nosso trabalho, e o decisivo apoio recebido do Exm^o Sr. Governador Tarciso de Vasconcelos Maia, do Exm^o Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Artur Nunes de Oliveira Filho e do Conselho de Administração às diretrizes que nortearam nossas atividades durante o exercício de 1978.

Natal (RN), 08 de março de 1979

JOSÉ VALE DE MELO
Dir. Presidente

ISMAEL BENEVOLO XAVIER
Dir. Operações

IVANALDO ROSADO FERNANDES
Dir. Administrativo

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

(Expressa em milhares de cruzeiros)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

ATIVO	Cr\$	PASSIVO	Cr\$
CIRCULANTE	746.007	CIRCULANTE	709.424
Disponibilidades	70.279	Depósitos	437.743
Operações de crédito	503.681	A vista	418.914
Empréstimos e títulos descontados	507.113	A prazo	20.310
Financiamentos rurais	7.889	Menos: Despesas a apropriar	(1.481)
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(877)	Relações interbancárias e interdepartamentais	26.062
rendas a apropriar	(10.444)	Pagamentos e recebimentos a liquidar	4.480
Relações interbancárias e interdepartamentais	68.468	Cobrança efetuada em trânsito	7.767
Pagamentos e recebimentos a liquidar	56.565	Correspondentes em moeda nacional	1.829
Correspondentes em moeda nacional	6.389	Ordens de pagamento	11.986
Contas interdepartamentais no país	5.514	Obrigações por empréstimos	155.923
Créditos diversos	69.666	Redescontos e empréstimos no país	1.950
Banco Central — recolhimentos e depósitos	31.075	Obrigações por empréstimos no país	153.973
Outros créditos em moeda nacional	39.061	Obrigações por recebimentos — tributos e	

Valores e bens	
Títulos de renda variável	3.256
Títulos de renda fixa	27.787
Outros valores e bens	2.870
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	939.450
Operações de crédito	934.501
Empréstimos e títulos descontados	916.735
Financiamentos rurais	2.766
Créditos em liquidação	2.122
Menos: provisão para créditos em liquidação duvidosa	(2.122)
Créditos diversos	2.923
Outros créditos em moeda nacional	2.923
Valores e bens	2.026
Títulos de renda variável	2.014
Títulos de renda fixa	12
PERMANENTE	45.008
Imobilizado	36.980
Imóveis de uso	31.995
Equipamentos de uso	9.007
Imobilizações em curso	4.667
Almoxarifado	357
Sistema de comunicação, processamento de dados, segurança e transporte	541
Menos: provisão para depreciação	(9.587)
Diferido	8.028
Despesas de organização e expansão	8.028
Total do Ativo	1.730.465

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Obrigações por empréstimos	897.186
Obrigações por empréstimos no país	897.186
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	123.855
Capital social	50.000
Reservas de capital	41.539
Reservas e retenção de lucros	9.912
Lucros acumulados	22.404
Total do Passivo	1.730.465

Rendas de operações de crédito	128.693
Rendas de serviços bancários	9.635
Lucros com valores mobiliários	21.679
Outras rendas operacionais	19.399
Despesas operacionais	114.003
De depósitos	896
De obrigações por empréstimos	16.231
De serviços bancários	3.645
Administrativas	81.895
Patrimoniais	5.477
Outras	5.859
Resultado operacional	65.403
Receitas não operacionais	5.395
Lucro na alienação de bens	1.089
Outras	4.897
Despesas não operacionais	5.891
Resultado não operacional	105
Resultado da correção monetária	16.429
Resultado do exercício antes do imposto de Renda	48.979
Provisão para Imposto de Renda	7.797
Resultado do exercício após o imposto de Renda	41.182
Participações e contribuições estatutárias no lucro:	14.985
Empregados	14.389
Administradores	596
Lucro líquido do exercício (Cr\$ 0,52 por ação)	26.197

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO — EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

(Expressa em milhares de cruzeiros)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros				Total	
	Capital social	Correção monetária do capital	Manutenção do Capital de giro	Proveniente de correção monetária	Legal	Lucros a realizar	Outras		Lucros Acumulados
Saldos ao início do exercício	50.000		11.918		3.018		221	3.395	68.552
Correção monetária especial				5.231					5.231
Transferências para outras contas							(62)		(62)
Transferido de rendas em suspenso (Saldo em 31.12.77)						3.588			3.588
Correção monetária		18.118	4.377	1.815	1.229			1.230	26.849
Lucro líquido do exercício								26.197	26.197
Apropriação do lucro					1.278			(1.278)	
Reserva legal						640		(640)	
Reservas de lucros a realizar									
Dividendos distribuídos (Cr\$ 0,13 por ação)								(6.500)	(6.500)
Saldos ao final do exercício	50.000	18.118	16.295	7.126	5.525	4.228	159	22.404	123.855

JOSÉ VALE DE MELO
Dir. Presidente

ISMAEL BENEVOLO XAVIER
Dir. Operações

IVANALDO ROSADO FERNANDES
Dir. Administrativo

JOSE REIS DE OLIVEIRA
Ch. DEPT. Contabilidade
Téc. em Contabilidade-CRC-1181/RN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Para cumprimento do disposto no art. 163 nº II, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, esteve reunido, nesta data, na sala de sessões do Edifício-Sede, o Conselho Fiscal do BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. Tomando conhecimento do Relatório Anual da Administração do mesmo Banco, nos seus vários itens e dados, opina favoravelmente.

Natal (RN), 14 de março de 1978.

OTTO DE BRITO GUERRA

HUMBERTO NESI

SOLON RUFINO ARANHA

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 — PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) As demonstrações financeiras deste exercício foram preparadas na forma estabelecida pela Lei 6.404/76 e de acordo com o Plano de Contas dos Bancos Comerciais (COBAN), instituído pelo Banco Central do Brasil, através da Circular 367, de 20 de julho de 1978.

b) As principais práticas contábeis adotadas são as seguintes:

a) As receitas e despesas estão registradas em regime de competência.

b) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazos inferiores a um ano estão classificados como circulantes.

c) Os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras estão reconhecidos pelo registro da correção monetária sobre o ativo permanente e o patrimônio líquido, baseada nas variações de valor das ORTN's, sendo o produto líquido dessa correção computado no resultado do exercício.

d) As aplicações financeiras em títulos de renda fixa ou variável estão registradas pelo custo, acrescido de correção monetária ou de rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as disposições da Circular nº 319 de 08 de dezembro de 1976 do Banco Central do Brasil e do Plano de Contas dos Bancos Comerciais (COBAN). O saldo da provisão é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na cobrança dos créditos considerados como de realização duvidosa.

f) O imobilizado está registrado ao custo corrigido de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante a aplicação das seguintes taxas: 4% ao ano para as edificações; 10% ao ano para os equipamentos, sistema de segurança e sistema de comunicação; 20% ao ano para o sistema de transporte.

g) Os recursos aplicados no ativo diferido compreendidos por instalações efetuadas em prédios próprios e em prédios de terceiros

ocupados pelo Banco estão registrados ao custo corrigido monetariamente e estão sendo amortizados como segue:

— Instalações em prédios próprios — 10% ao ano;
— Instalações em prédios alugados — proporcionalmente ao prazo de contrato de locação.

h) A provisão para Imposto de Renda é constituída pela parcela líquida do imposto devido, após a exclusão das incentivos fiscais a aplicar.

NOTA 2 — MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Como resultado, principalmente, das modificações introduzidas pela Lei 6.404/76 e pelas novas normas e instruções do Banco Central do Brasil, foram utilizados determinados critérios e práticas que diferem dos que foram utilizados no exercício anterior. As principais mudanças foram as seguintes:

a) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis nos prazos superiores a um ano estão classificados como longo prazo; nos exercícios anteriores não era feita essa separação.

b) As despesas e rendas de exercícios futuros estão demonstradas como dedução das respectivas contas a pagar e a receber; até o exercício anterior as despesas e rendas de exercícios futuros eram demonstradas no ativo de resultado pendente e no passivo de resultado pendente, respectivamente.

c) As contas que registram os saldos ativos (Cr\$ 22.635 mil) e passivos (Cr\$ 217.121 mil) de operações interdepartamentais no país foram balanceadas sendo o valor líquido, devedor, apresentado no ativo circulante. Até o exercício anterior, os correspondentes valores eram apresentados separadamente no ativo e no passivo.

d) Foram eliminadas do balanço patrimonial as contas de compensação.

e) Rendas de cobrança incerta, no montante de cerca de Cr\$... 640.000 mil, foram absorvidas no resultado do exercício e apropria-

das à Reserva de lucros a realizar; até o exercício anterior, essas rendas eram diferenciadas, sendo apresentadas como Rendas em suspenso, no passivo de resultado pendente. O saldo daquela conta, existente ao início do exercício, foi transferido diretamente para a conta de Rendas de lucros a realizar.

f) Os efeitos da inflação foram reconhecidos no resultado do exercício mediante correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, pelo valor de cerca de Cr\$ 16.500 mil; até o exercício anterior esses efeitos eram reconhecidos pelo registro como distribuição do lucro, de reserva para manutenção de capital de giro que se calculada nesse exercício, resultaria no valor máximo de Cr\$ 20.000 mil.

g) Como medida inicial para aplicação dos dispositivos da nova legislação, foi registrada a correção monetária especial do ativo imobilizado ao início do exercício; o resultado líquido, no montante de Cr\$ 5.230 mil, foi creditado em conta de reserva de capital; até o exercício anterior o Banco estava legalmente dispensado de efetuar a correção monetária do seu ativo imobilizado.

NOTA 3 — GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo fianças, totalizam Cr\$ 13.180 mil.

NOTA 4 — CAPITAL

O capital social está representado por 50.000.000 ações ordinárias nominativas de valor nominal de Cr\$ 1,00, totalmente integralizadas, participando o Governo do Estado do Rio Grande do Norte com 97,75% do capital.

As acionistas estão asseguradas dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, após as deduções estatutárias.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilm^{as} Srs. Diretores do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S. A.

Natal - RN

Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S. A., levantado em 31 de dezembro de 1978 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos e, conseqüentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S. A. em 31 de dezembro de 1978, o resultado de suas operações e mutações do seu patrimônio líquido correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos para instituições financeiras e com os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior, exceto quanto às mudanças mencionadas na nota 2.

Recife, 12 de fevereiro de 1979.

BOUCINHAS, CAMPOS & CLARO S/C LTDA.
CRC-SP-5529-S-RN

Sérgio Brillante de Albuquerque
CRC-RJ-018.064-3-S-RN

ESTADO QUER CONCORRER COM SENAI NA FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Existe uma instituição consolidada e estruturada em todos os Estados do País, cuja função é formar mão-de-obra industrial. Trata-se do SENAI, órgão mantido pelas contribuições que as indústrias brasileiras lhe destinam. Mas o Estado do Rio Grande do Norte resolveu fazer concorrência ao SENAI e está construindo um Centro de Treinamento em Confeções (CETRECON), desprezando qualquer possibilidade de unificação de esforços e partindo para um dispersivo trabalho paralelo. Dos poucos recursos estaduais, muitos milhões serão gastos num trabalho que o SENAI pode fazer melhor e sem ônus para o Governo.

Apesar da tradição e da existência de uma estrutura bem montada no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) para formação de mão-de-obra industrial, a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado resolveu competir em atividade paralela, criando o CETRECON — Centro de Treinamento de Confeções, que consumirá, somente na primeira etapa do seu projeto, Cr\$ 7,7 milhões. A SUDENE garante o “cacife” da Secretaria da Indústria e Comércio, segundo declarações do ex-secretário Benivaldo Azevedo.

O projeto CETRECON, conforme explica seu coordenador, Adriano Fernandes de Miranda, “*objetiva a criação de uma estrutura técnica de apoio e suporte com vistas à formação de recursos humanos para o parque de confeções do Estado*”. Ao mesmo tempo, continua o coordenador, “*atuará — a médio prazo — na área de prestação de serviços técnicos ao setor*”. Garante Adriano que no próximo ano o CETRECON estará em funcionamento.

Conforme consta de publicação no Diário Oficial, o CETRECON é uma sociedade civil. E o próprio Adriano Miranda esclarece que “*não há nenhuma incompatibilidade em que um órgão público participe de uma sociedade civil — desde que esta sociedade não vise fins lucrati-*



José Albino, diretor do SENAI, entende que o CETRECON é desnecessário.

vos”. Cita como exemplo, o caso do CEAG (antigo NAE).

O projeto CETRECON foi aprovado pela SUDENE que, desde 1967, mantém convênio com o Governo objetivando sua instalação. Todavia, o discutível temor de certos setores, entre os quais a FIERN, pelo gigantismo da Secretaria de Indústria e Comércio, bem assim como pelo paralelismo das ofertas, tem concorrido para dificultar sua efetiva implantação. O gigantismo é justificado pelos opositores na medida em

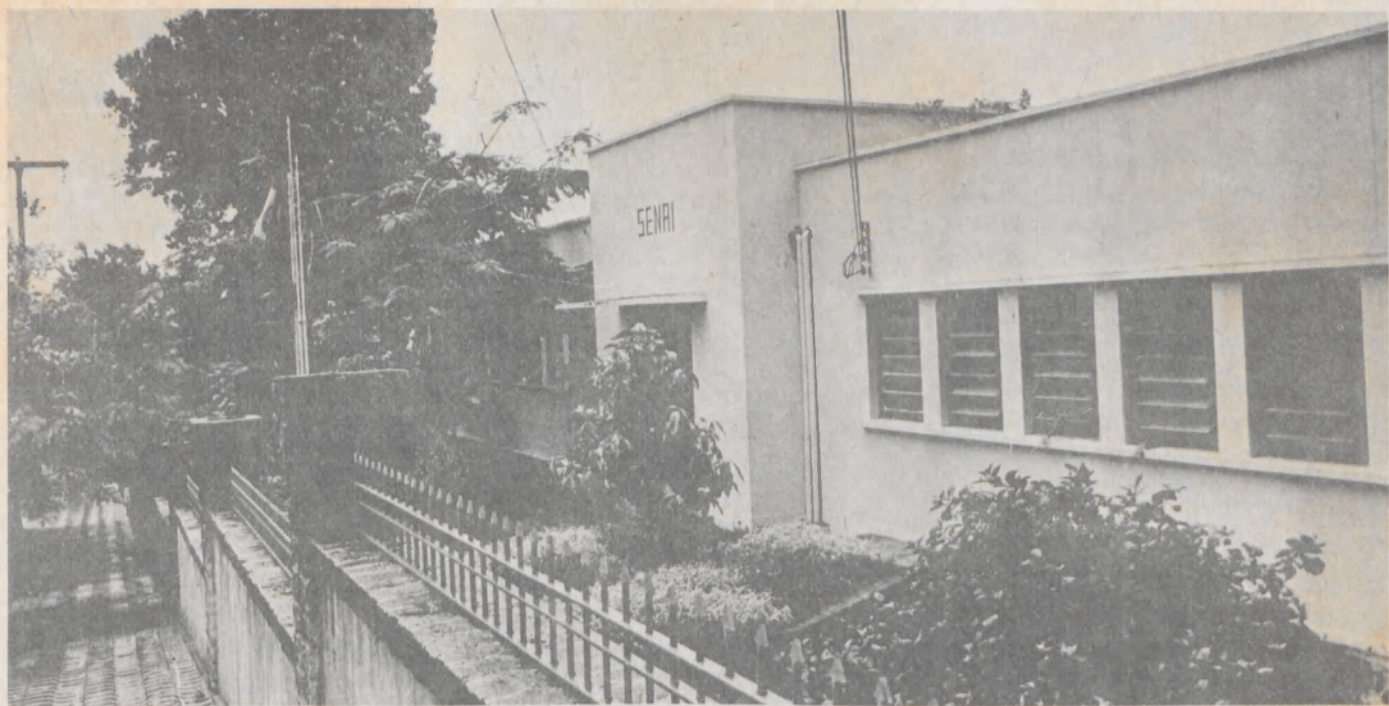
que a SIC tem penetrado até em setores tradicionais da iniciativa privada, como exploração de minérios (a BODOMINAS, por exemplo). E associam ao gigantismo, algumas iniciativas oficiais apressadas e mal orientadas, como a DATANORTE — além do fato notório de que o Governo Estadual não possui recursos para iniciativas desse porte.

FAIXA DESIMPEDIDA — Para o ex-secretário de Indústria e Comércio, Benivaldo Azevedo, a faixa operacional que o CETRECON se propõe a abastecer, estava desimpedida. Explica ele:

“*Desde 1975, o projeto foi iniciado com uma idéia que surgiu devido à necessidade do mercado que precisa de mão-de-obra especializada no setor de confeções — até porque, os órgãos que lidam com o assunto não vinham abastecendo suficientemente as indústrias de confeções com pessoal treinado*”.

José Albino de Oliveira, diretor do SENAI, porém, entende que o CETRECON é desnecessário. E explica porque:

“*O SENAI oferece os mesmos serviços propostos pelo CETRECON, com atendimento sistemático dentro da própria unidade solicitante. Além do mais, acreditamos ter o SENAI maiores condições de executar um programa dessa natureza,*



Quando o SENAI se transferir para o Centro Integrado, as suas atuais instalações serão transformadas em centro de formação de pessoal para as indústrias de confecções.

inclusive porque já possui um projeto similar ao CETRECON, que operará com recursos do Departamento Nacional. Ainda este ano, estará em funcionamento o Centro de Atividades Integradas SESI/SENAI, onde haverá condições para programas desse porte".

O confronto das declarações de Benivaldo e Albino resultaram em que as atividades serão concorrentes, porque atuam dentro de uma mesma área. Mas, a desvantagem parece ficar com o Estado, uma vez que, se já existe um órgão que supre as necessidades do setor, os recursos aplicados no projeto paralelo bem que poderiam ser canalizados para outra área, carente de atenção.

Esta é a opinião de Expedito Amorim, presidente da FIERN:

"Não fomos consultados sobre o assunto, o que logicamente deveria ter acontecido. Se isso acontecesse, nossa opinião seria contrária à implantação do CETRECON, uma vez que o SENAI — com uma experiência de 35 anos — tem toda capacidade para projetos dessa natureza. E, mais, nunca lhe faltarão recursos financeiros".

NÃO HOUVE RESPOSTA — O



Benivaldo Azevedo, ex-secretário da Indústria e Comércio, nunca consultou o SENAI acerca do CETRECON. Preferiu concorrer.

ex-secretário da Indústria e Comércio, discorda da colocação de Expedito Amorim:

"Na verdade, procuramos o SENAI, solicitando por escrito, a colocação do prédio que vai ficar desocupado à disposição do CETRECON. Esta solicitação foi em 1975 — e até hoje não merecemos nenhuma resposta oficial daquele órgão".

Continuando, Benivaldo explica:

"Nesse meio tempo, a SUDENE resolveu montar um sistema de núcleos especializados na região a exemplo do Centro de Couros e Curtumes na Paraíba e do Centro de Calçados, no Ceará — reservando para nosso Estado um Centro de Confecções. Nós levamos à SUDENE a idéia de aproveitamento do SENAI, que dela discordou inteiramente, sob alegação de que no SENAI a idéia não seria absorvida dentro dos moldes propostos, mas transformada em mais um dos seus cursos". Conclui, então, o ex-secretário:

"Como a SUDENE é fundamental para a instalação e operação do CETRECON, tivemos de abandonar as gestões".

Mesmo assim, Expedito Amorim e José Albino, insistem em que o projeto será um desperdício de recursos e divisão desnecessária de forças. José Albino recorda que *"há cerca de um ano e meio, quando fomos procurados pelo senhor Benivaldo, mostramos a ele a inviabilidade do projeto, porque — além de muito caro — era desnecessário, já*

que o SENAI se dispunha a fazê-lo. Entretanto, nossas ponderações não foram aceitas”.

A ESTRUTURA — Segundo Benivaldo Azevedo, o CETRECON não servirá apenas para formação de mão-de-obra. Diz ele:

“Seus objetivos são bem mais amplos. Pretende, por exemplo, se tornar uma Central de Prestação de Serviços e uma espécie de atelier de criação de modas. Essas atividades, como se poderá depreender, não são compatíveis com a estrutura do SENAI”.

Não obstante, Benivaldo assegura que o SENAI não estará fora da organização:

“Haverá representantes do SENAI no Conselho Deliberativo do CETRECON, e pretendemos utilizar ao máximo a sua experiência na área de treinamento profissional”.

José Albino não considera definida a participação do SENAI: “Esta participação só poderia ser integral. O meio-termo num projeto como es-



Expedito Amorim, da Federação das Indústrias, espera que o bom-senso prevaleça.

te não resolve nada. Se o SENAI, dentro de suas pretensões, for atendido, não realizará ali, apenas um curso com treinamento isolado, mas o atendimento integral de formação profissional/técnica da mão-de-obra”.

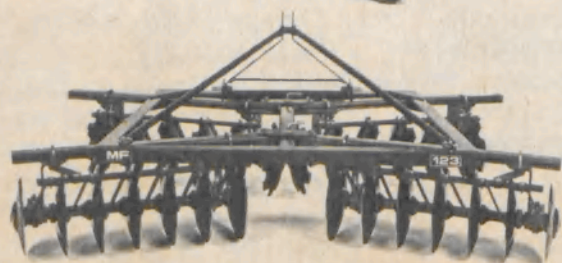
DECISÃO DO NOVO GOVERNO

— Entre os dois, SENAI e Secretaria de Indústria e Comércio, pode estar havendo um jogo de influências e competição. Enquanto isso, a importância do projeto vai sendo minimi-

zada. O presidente Expedito Amorim espera que “o bom senso prevaleça e que se reexamine o problema, evitando-se a prática do paralelismo”. E esta parece ser a opinião de todo o Estado, principalmente do setor industrial de confecções, beneficiária direta do projeto. Por que não aproveitar uma divisão natural de tarefas: ao CETRECON, a área de prestação de serviços técnicos, de vital importância para o setor, pela carência de ofertas no mercado e pelo alto custo que representaria a contratação de consultorias ou assessorias externas; ao SENAI, a formação profissional área em que já mantém larga experiência — através de convênio com o CETRECON? Assim, as divergências seriam superadas e o Estado poderia contar com o concurso efetivo e benéfico de ambos os organismos.

Resta conhecer a opinião do novo secretário, Getúlio Nóbrega, que, recém-empossado no cargo, trata de aparar as arestas dos inúmeros problemas de sua super-Secretaria.

A linha Massey Ferguson foi projetada para fazer a agricultura render!



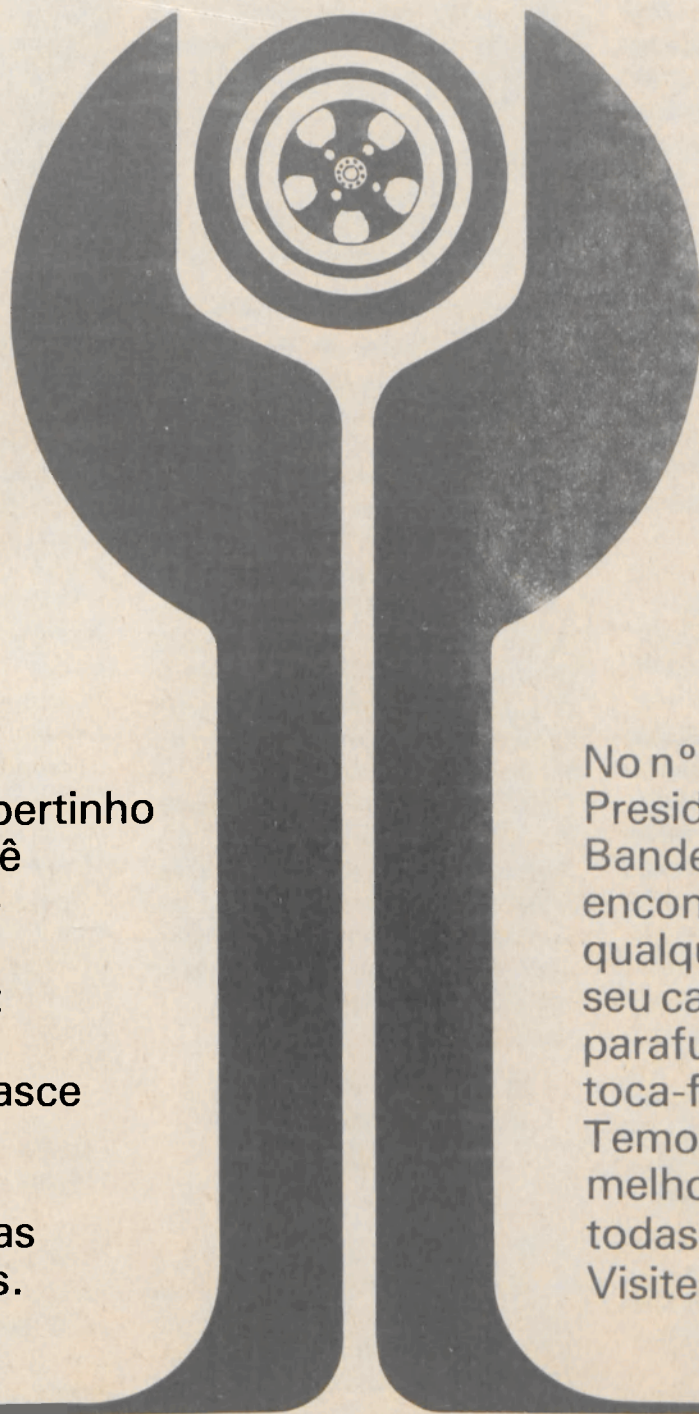
Revendedor Exclusivo no Rio Grande do Norte

JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

Matriz — Rua Teotônio Freire, 283 — Fone: 222-0710 — Natal-RN.

Filial — Rua Alfredo Fernandes, 4 — Fone: 321-2339 — Mossoró-RN.

Nasce uma nova Duauto!



Perto, bem pertinho de onde você sempre teve as melhores ofertas e fez os melhores negócios, nasce uma nova Duauto. É a Duauto Peças e Acessórios.

No nº 1244 da Presidente Bandeira você encontrará qualquer peça para seu carro, do parafuso ao toca-fitas. Temos sempre o melhor para todas as marcas. Visite-nos.

Duauto Peças e Acessórios Ltda.

Av. Presidente Bandeira, 1244 — Lagoa Seca — Natal-RN

INOCOOP AUTORIZA CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO RESIDENCIAL

O Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais — INOCOOP-RN, autorizou à Empresa Industrial Técnica — EIT, a iniciar as obras do seu primeiro conjunto residencial em Mossoró. Ele vai se chamar "Nova Betânia" e se localizará no bairro do mesmo nome, nesta cidade. Os adquirentes destas casas são os associados da COHAMO — Cooperativa Habitacional de Mossoró. O conjunto residencial constará de 169 residências, sendo 63 do tipo "A" e 103 do tipo "B". A empresa construtora já está com o seu canteiro de obras instalado no local e dando início aos trabalhos.

LUIZ PAULA & CIA. INAUGURARÁ NOVO DEPÓSITO

Está em fase final de levantamento pela Potycret o trabalho de edificação do novo depósito da organização Luiz Paula & Cia., detentora de parte do mercado de bebidas e refrigerantes da região Oeste. Esta firma, que é a distribuidora dos produtos Antártica em Mossoró, hoje é dirigida por Lauro Rosado Maia e José Roberto de Paula Martins. O novo depósito se localizará à rua Coronel Gurgel, permitirá a centralização das suas atividades, o que não ocorre atualmente, quando a empresa mantém seus escritórios e depósito em prédios distintos.

FITEMA QUER NEGOCIAR SEU CONTROLE ACIONÁRIO

A Fiação e Tecelagem de Mossoró S/A — FITEMA, que se encontra de portas fechadas há um ano sob concordata preventiva, vai voltar às suas atividades. Mudará apenas de denominação mas aproveitará toda a sua mão-de-obra atualmente ociosa, da ordem de 400 empregados. O

controle acionário da FITEMA está sendo negociado com a Cooperativa Central dos Produtores do Rio Grande do Norte, cujo presidente é o suplente de senador José de Souza Martins. O programa da Cooperativa Central prevê a instalação de núcleos de beneficiamento de algodão em Mossoró (através da FITEMA) e em Umarizal, partindo para a produção de fio e tecidos.

SÍLVIO MENDES ASSUME A LIGA DESPORTIVA

Sílvio Mendes de Souza, diretor-presidente da Indústria de Móveis SILVAN S/A, acaba de assumir a presidência da Liga Desportiva Mossoroense, prometendo lutar pela inclusão de uma equipe local no próximo Campeonato Nacional de Futebol. Outra importante meta sua é lutar pela conclusão do Estádio Leonardo Nogueira, o que já vem sendo feito através de uma campanha liderada pessoalmente por Sílvio Mendes, coletando cimento e ajudas financeiras para as obras. Além do fechamento do anel de arquibancadas do Estádio, há previsões de melhorias em todo o seu sistema de iluminação, além de outras obras que garantirão a modernização e capacidade de abrigar os grandes jogos do certame nacional.

BANCO ITAÚ INSTALA AGÊNCIA EM PAU DOS FERROS

O Banco Itaú S/A completou o seu primeiro mês de atividades na cidade de Pau dos Ferros com um movimento considerado muito bom. A princípio atuando apenas na linha de crédito comercial e com as contas de depósitos populares para pessoas físicas, o Banco Itaú registrou a abertura de 455 contas no seu primeiro mês de funcionamento. A administração daquela agência de crédito mostra-se satisfeita com os primeiros resultados.



Jorge Ivan Cascudo Rodrigues

BANORTE AUMENTA ATUAÇÃO EM MOSSORÓ

O Banco Nacional do Norte S/A passa a operar agora com todas as linhas de crédito do seu Sistema Financeiro na cidade de Mossoró. Como se sabe, a princípio este grupo atuava nesta cidade apenas com a Banorte Crédito Imobiliário e a Banorte — Crédito, Financiamentos e Investimentos. Agora, a empresa ampliou o seu leque de operações, colocando à disposição da praça 12 linhas de financiamento. Diretores regionais do Banorte estiveram em Mossoró para a sua inauguração, destacando-se o mossoroense Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, que foi o principal articulador para a consecução deste objetivo. Na agência do Banorte permanece Luiz Cavalcanti Filho.

CASA RÉGIO INAUGURA EM MAIO A FILIAL DE MOSSORÓ

A Casa Régio vai inaugurar em maio próximo a sua filial em Mossoró. O diretor-presidente da organização, Reginaldo Teófilo da Silva, esteve em Mossoró tratando dos detalhes finais. A data inaugural estava inicialmente prevista para o dia 5, tudo dependendo das adaptações no prédio conseguido em pleno centro do bairro da Paraíba, para onde se expande presentemente o comércio de eletrodomésticos da cidade, na rua Coronel Gurgel.

RÁDIO RURAL DE MOSSORÓ MODERNIZA EQUIPAMENTO

A *Rádio Rural de Mossoró*, visando acompanhar o modernismo da radiodifusão brasileira em termos de equipamentos de transmissão, acaba de incorporar ao seu acervo duas importantes aquisições. Foram adquiridas cartucheiras profissionais (cartridge system) do tipo *TOPJÚNIOR*, a última palavra em equipamento para operação de estúdio, o que garantirá uma maior agilidade ao seu sistema de programação. Também foi comprado um moderno sistema de reportagem externa volante em VHF, marca *Telefunken*, tipo *Telemark V*, cujo processo de solicitação para operação encontra-se sob apreciação na Delegacia Regional do *DENTEL*, em Recife. A próxima meta será a instalação de um transmissor de 5 kilowatts.

FALTA DE GIRO PREOCUPA O COMÉRCIO

A falta de capital de giro e a inexistência até agora de linhas de crédito especiais para atender à emergência da seca, no que toca ao setor comercial, vem sendo a tônica principal da preocupação dos empresários locais. O comércio de Mossoró, em que pesem as providências adotadas pelos organismos governamentais para o setor agropecuário, vive ainda a expectativa de um ano difícil, a partir da queda violenta no seu volume de vendas durante o mês de abril. Fala-se na elaboração de documento às autoridades monetárias do País reivindicando a abertura de novas linhas de crédito através dos bancos oficiais atuantes em Mossoró, sem o que, dificilmente sobreviverão principalmente as pequenas e médias empresas do setor, por causa da redução do meio circulante.



João Newton da Escóssia

SIGILO EM TORNO DO FUTURO DISTRITO INDUSTRIAL DE MOSSORÓ

Continua sendo tratado em termos sigilosos pelo gabinete do prefeito *João Newton da Escóssia* o assunto relacionado com a implantação do futuro *Distrito Industrial de Mossoró*. O próprio prefeito tem anunciado que o segredo é necessário, a fim de que não se crie especulação imobiliária. De qualquer maneira, confirma que o assunto está sendo estudado em seu gabinete e que o *D. I.* será implantado dentro em breve.

APROVADO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO GRANDE HOTEL

Acaba de ser aprovado, conforme expediente endereçado a *Díran Ramos do Amaral* pelo *Banco do Nordeste do Brasil*, o projeto de ampliação e modernização do *Grande Hotel de Mossoró*. A obra vai ser iniciada imediatamente, voltando-se os recursos para a criação de novos serviços hoteleiros e também para a implantação de um *shopping center*. A ampliação do hotel prevê a construção de piscinas e diversas sobrelojas, sem no entanto prejudicar as atuais linhas arquitetônicas do edifício, que foi o primeiro grande e bom hotel em Mossoró.

POSTOS AVANÇADOS DE CRÉDITO RURAL

A agência do *Banco do Brasil* em Mossoró, a quem estão jurisdicionados os municípios de Areia Branca e Governador Dix-sept Rosado, já enviou emissários a estas duas cidades com o objetivo de ampliar os contatos iniciais visando a instalação de *Postos Avançados de Crédito Rural*. Os entendimentos estão sendo mantidos com os prefeitos de ambas as cidades visando localizar as sedes destes postos, já chamados de "mini-agências" do *Banco do Brasil*. Haverá quatro funcionários em cada uma delas.

MINI-PREÇO INAUGURA EM MAIO A SUA FILIAL

Será em maio a inauguração da filial da loja do *Supermercado Mini-Preço* em Mossoró. Inicialmente previsto para fevereiro, o evento teve de ser transferido por vários fatores, inclusive por conta da preparação de sua mão-de-obra, recrutada mesmo em Mossoró, além de um ligeiro atraso no cronograma de obras.

GAXEIRO APERFEIÇA E AUMENTA PRODUÇÃO DE BLOCOS E MANILHAS

Raimundo Nonato Félix, diretor da *Gaxeiro Artefatos de Cimento*, anuncia a ampliação e aperfeiçoamento de sua fábrica, que passa a produzir agora em larga escala os blocos e manilhas para a construção civil. Liderando hoje o mercado de pré-moldados no Oeste do Rio Grande do Norte, a *Gaxeiro* parte agora decisivamente para a sua consolidação, buscando uma qualidade sempre melhor para os seus produtos e redução dos seus custos industriais. O ritmo de expansão da empresa inclui até mesmo a ampliação de suas instalações físicas localizadas no bairro Bom Jardim, em Mossoró.



guararapes

CONFECÇÕES GUARARAPES S.A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO - GEMEC/RCA - 200-76/97 - CGC 08.402.943/0001-52

RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

No desempenho de nossas atribuições e em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à sua apreciação as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 1978, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

De acordo com o balanço apresentado, a nossa Empresa atingiu um Faturamento Líquido de Cr\$ 1,4 bilhões, igual a um acréscimo de 60% sobre Cr\$ 876 milhões de 1977.

O resultado obtido em 1978 expressa-se num Lucro Líquido, após a correção monetária e a provisão para o imposto de renda, de Cr\$ 256 milhões (1977: Cr\$ 155 milhões) representando 18,3% sobre as Vendas (1977: 17,7%).

Conforme proposta a ser encaminhada à Assembléia Geral, haverá distribuição de um Dividendo de Cr\$ 0,08 por ação, correspondente a 28% do lucro ajustado de acordo com a lei, da forma seguinte:

Lucro líquido	Cr\$ 256.104 mil
Menos: deduções obrigatórias	
Parcela I, Renda p/ aumento capital — Lei 4239	Cr\$ 64.145 mil
Subvenções ICM, Idem, Decrs. 4116-RN e 9422-CE	Cr\$ 7.290 mil
Reserva Legal	Cr\$ 9.233 mil
Lucro líquido ajustado	Cr\$ 175.436 mil
Dividendos obrigatórios (25%)	Cr\$ 43.859 mil
Dividendos propostos	Cr\$ 49.572 mil

Dentro da nova sistemática da lei das S.A., a Empresa irá optar pelo congelamento das ações existentes, atualmente 619.650.000, e transformá-las em ações sem valor nominal. Não temos dúvida de que este é o melhor caminho e o importante é verificar que a Companhia está vivendo sua melhor fase e em franca prosperidade.

Os projetos de construção de 2 (duas) novas unidades industriais, com uma área total de 30.600 m², em Natal (RN) e Fortaleza (CE), já foram aprovados pela SUDENE, estando já em andamento as obras civis. O início das operações, de ambos os projetos, está prevista para 1980 e elevarão em 48% a nossa atual capacidade produtiva.

Obtivemos, a partir do exercício de 1978, e por um prazo de 10 (dez) anos, a isenção total de imposto de renda sobre as parcelas de crescimento de produção das fábricas de Fortaleza (CE) e Mossoró (RN) e os novos projetos em andamento.

Conquistamos, no ano de 1978, o título de Empresa do Ano, dentre as 2.000 maiores companhias do país, outorgado pela revista Exame, dentro de critérios absolutamente técnicos, num reconhecimento público aos esforços de todos os nossos 7.000 funcionários, e demais colaboradores, a cuja dedicação e eficiência GUARARAPES consagra o seu desenvolvimento.

Natal (RN), 26 de Março de 1979

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978 (Notas 1 e 2)

(Expresso em milhares de cruzeiros)

Ativo	31 de dezembro		Passivo	31 de dezembro	
	1978	1977		1978	1977
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixas e bancos	75.451	39.177	Fornecedores	3.252	43.911
Valores mobiliários	10.129	96.614	Instituições financeiras	56.200	50.831
	85.580	135.791	Impostos a recolher	42.149	23.029
Contas a receber de clientes	607.205	392.440	Imposto sobre a renda	29.538	17.212
Menos:			Encargos Sociais	15.392	9.420
Duplicatas descontadas	84.896	75.779	Credores diversos	45.074	12.411
Provisão para devedores duvidosos	12.144	7.848	Dividendos a pagar	49.572	27.110
	510.165	308.813	Total do passivo circulante	241.177	183.924
Depósitos compulsórios	22.409	1.102			
Depósitos vinculados, ao custo	17.795	4.709	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Depósitos para reinvestimentos, ao custo	24.898	4.655	Capital social subscrito e integralizado — ações ordinárias de Cr\$ 1 cada (nota 4)	619.650	387.281
Outras contas a receber	30.594	9.317	Reservas de capital		
Estoques (Nota 3)	277.520	196.204	Correção monetária do capital realizado	224.524	73.089
Total do ativo circulante	968.961	660.591	Correção monetária do imobilizado		95.297
			Manutenção do capital de giro		42.764
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Redução e isenção do imposto sobre a renda	42.764	19.425
Depósitos vinculados, ao custo	2.472	1.046	Reinvestimentos		
			Decreto 55.334/64	9.150	6.716
PERMANENTE			Redução ICM	7.134	9.394
Investimentos			Incentivos fiscais (FINOR)		4.360
Participações em empresas controladas	39.194	15.279	Artigo 23 — Lei 5.508	65.755	16.482
Participações em outras empresas	588	282	Outras reservas	8.450	6.873
Imóveis para renda	63.484	3.568	Reservas de lucros		
	103.246	19.129	Reserva legal	45.577	26.677
Imobilizado			Lucros acumulados	194.053	90.210
Imóveis	232.154	111.547			
Maquinismos e instalações	203.610	111.679			
Móveis, utensílios, veículos, marcas e patentes	27.294	18.221			
	463.058	241.447			
Menos: Depreciações acumuladas	89.438	52.432			
	373.620	189.015			
Obras em andamento	9.516	49.605			
	383.136	238.620			
Diferido					
Encargos diferidos	466	342			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978 E DE 1977

NOTA 1 — PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Reconhecimento dos efeitos inflacionários — Os resultados da companhia são apurados após a dedução dos efeitos de inflação, representados pela variação líquida da correção monetária das contas do patrimônio líquido e do ativo permanente, efetuada mensalmente com base em índices oficiais.

b) Apresentação das demonstrações financeiras — As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 1977 foram reclassificadas e ajustadas para fins de comparabilidade, face terem sido adotadas plenamente em 1978 as disposições da nova legislação societária e fiscal.

c) Circulante — Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulante.

d) Valores mobiliários — Os títulos vinculados ao mercado aberto são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos.

e) Provisão para devedores duvidosos — Constituída dentro do limite máximo admitido como despesa dedutível para fins do imposto sobre a renda.

f) Estoques — São demonstrados ao custo médio de compra ou de produção, que não excede o custo de reposição ou o valor de realização.

g) Investimentos — As participações em empresas controladas são demonstradas pelo custo corrigido monetariamente, mais bonificações decorrentes de aumento de capital efetivados até 30 de junho de 1978.

h) Imobilizado — Está demonstrado ao custo menos depreciação, corrigidos monetariamente. A depreciação é calculada de acordo com as seguintes taxas anuais fixas que considera o prazo estimado de utilização dos bens.

Maquinismos e instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%

i) Imposto sobre a renda — Nos termos da Lei 4239/63 a companhia goza até 1982, inclusive, da redução de 50% do imposto sobre a renda. A partir do corrente exercício foi obtida isenção [até 1987] de imposto sobre a renda sobre os lucros gerados pela ampliação das unidades fabris de Fortaleza e Mossoró. Todavia, deve ser constituída uma reserva pelo valor equivalente ao da redução e isenção e destinada a aumento de capital. As transações não contempladas pela redução e isenção estão sujeitas à tributa-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Notas 1 e 2)

(Expressa em milhares de cruzeiros)

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	1978	1977
Receita operacional bruta	1.588.171	985.832
Menos: Deduções de vendas	8.947	5.713
Impostos sobre vendas	181.179	103.622
Receita operacional líquida	1.398.045	876.497
Custo dos produtos vendidos	720.486	458.471
Lucro operacional bruto	677.559	418.026
Despesas operacionais		
Administrativas	69.975	37.165
Honorários da diretoria	9.945	7.034
Com vendas	94.577	65.084
Descontos concedidos (duplicatas)	38.306	30.185
Depreciação e amortização (menos Cr\$ 12.319 mil, incluídos no custeio de produção — 1977: Cr\$ 10.046 mil)	3.717	1.983
Financeiras (menos receitas)	11.434	9.943
	227.054	151.394
Lucro operacional líquido	449.605	266.632
Receitas não operacionais (menos despesas)	2.473	975
Correção monetária do balanço (Do patrimônio líquido Cr\$ 267.375 mil deduzidos de Cr\$ 100.940 mil do ativo permanente)	166.435	(*) 95.297
Manutenção do capital de giro		
Lucro antes do imposto sobre a renda	285.643	172.310
Provisão para imposto sobre a renda	29.538	17.212
Lucro líquido do exercício	256.105	155.098
Lucro por ação do capital social no fim do exercício	0,41	0,40

(*) Nas demonstrações financeiras do exercício de 1977 esse valor foi originalmente apresentado como apropriação do lucro líquido, (nota 1 b).

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS (Notas 1 e 2)

(Expressa em milhares de cruzeiros)

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	1978	1977
No início do exercício	90.210	35.683
Lucro líquido do exercício	256.105	155.098
Correção monetária do saldo inicial	23.967	190.781
	370.282	381.562
Apropriações:		
Dois lucros dos exercícios anteriores		
Aumento de capital	24.000	21.193
Reserva Artigo 23, Lei 5508 (recursos próprios)	11.227	
Dois lucros do exercício		
Reservas		
Legal	9.233	6.967
Isenção e redução do imposto sobre a renda	42.764	19.425
Reinvestimento — Redução ICM	7.290	9.394
Reinvestimento Artigo 23, Lei 5508	21.382	16.482
Reserva Artigo 23, Lei 5508 (recursos próprios)	10.691	
Dividendos propostos (Cr\$ 0,08 por ação do capital social no fim do exercício — 1977: Cr\$ 0,07)	49.572	27.110
	176.229	100.571
No fim do exercício	194.053	90.210

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS (Notas 1 e 2)

(Expressa em milhares de cruzeiros)

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	1978	1977
ORIGEM DOS RECURSOS		
Lucro líquido do exercício	256.105	155.098
Encargos que não representam desembolso de numerário		
Depreciação e amortização	16.036	12.029
Manutenção capital de giro próprio	166.435	95.297
Correção monetária do balanço	1.231	
Valor residual de bens baixados		960
Outros		
Total dos recursos provenientes das operações	439.807	263.384
APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Acréscimo (decréscimo) do realizável a longo prazo	1.426	(83)
Acréscimo de investimentos	67.330	2.026
Acréscimo do imobilizado	70.362	45.495
Decréscimo do exigível a longo prazo		
Dividendos propostos	49.572	27.110
	188.690	74.556
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	251.117	188.828
ATIVO CIRCULANTE MENOS PASSIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	727.784	476.667
No início do exercício	476.667	287.839
	251.117	188.828

NOTA 2 — MUDANÇAS DE DIRETRIZES CONTÁBEIS

- a) Efeitos da inflação — O patrimônio líquido e o ativo permanente foram corrigidos pela variação mês a mês dos índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional desde 31 de dezembro de 1977. Este novo procedimento de atualização monetária, além de abranger a atualização dos investimentos e diferido, alterou os seguintes procedimentos anteriormente adotados:
- Agregar diretamente a uma reserva de capital o produto líquido da correção monetária do imobilizado;
 - Computar os efeitos da inflação sobre o ativo monetário líquido, que eram determinados mediante a aplicação de índices oficiais à diferença entre o montante das aplicações em bens de capital e o patrimônio líquido no início do exercício.
- b) Dividendos — Os dividendos mínimos passaram a ser propostos por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras. Até o exercício anterior eram pagos à conta de lucros acumulados após a autorização da Assembleia Geral que aprovava as demonstrações financeiras. Para fins de comparação, os dividendos pagos referentes ao exercício anterior (Cr\$ 27.110 mil) foram apresentados nas demonstrações financeiras de 1977 como se propostos por ocasião do encerramento daquele exercício, (nota 1 b).

NOTA 3 — ESTOQUES

	1978	1977
Produtos acabados	41.008	43.236
Produtos em elaboração	67.304	40.826
Materias primas	107.065	72.738
Materiais diversos	42.662	36.640
Estoque em poder de terceiros	7.711	7.220
Materiais em trânsito e outros estoques	11.770	10.418
	277.520	210.878
Provisão para ICM nos estoques		(14.674)
	277.520	196.204

Estoque no valor de aproximadamente Cr\$ 136.000 mil (em 1977: Cr\$ 96.000 mil) acham-se apenhados em garantia de empréstimos obtidos.

NOTA 4 — CAPITAL SOCIAL

No decorrer dos exercícios de 1978 e 1977 o capital foi aumentado com os seguintes recursos:

	1978	1977
Lucros acumulados	24.070	21.193
Reservas		
Manutenção do capital de giro	95.297	78.613
Correção monetária do imobilizado	73.090	11.842
Redução do imposto sobre a renda	19.425	6.657
Reinvestimento-Redução ICM	9.549	7.754
Reinvestimento-incentivos fiscais FINOR	4.360	3.009
Outras	6.578	28
	232.369	129.094

De conformidade com o estatuto social os dividendos mínimos obrigatórios anuais são de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei 6404/76.

Natal, 23 de março de 1979

NEVALDO ROCHA
Presidente

HÉLIO DE ALBUQUERQUE ARAGÃO
Vice-Presidente

BENEDITO CLAYTON VERAS ALCÂNTARA
Vice-Presidente

NILSON ROCHA DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

FRANCISCO NÉLIO FERREIRA DO MONTE
Diretor Comercial

RAIMUNDO NONATO DA COSTA
Diretor Administrativo

PAULO FERREIRA MACHADO
Diretor Financeiro

NILZA PONTES MONTENEGRO
Técnica Contabilidade - CRC-873/RN

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Submetidos à nossa manifestação, em cumprimento à disposição estatutária, o relatório e as contas da Diretoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1978.

Os documentos examinados, não apenas atendem a exigências de ordem legal, como espelham resultados reais. Por isso, somos pela sua aprovação.

Natal (RN), 27 de março de 1979

NEVALDO ROCHA
Presidente

NELSON ROCHA DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

LUPÉRCIO SILVA DE MENEZES
Conselheiro

CARLOS DE SOUZA CARVALHO
Contador
CRC.RS 9314 "S" SP 101
CRC.RS 9314 "S" RN

São Paulo, 28 de março de 1979

PRICE WATERHOUSE AUDITORES
INDEPENDENTES
CRC. SP 160 "S" RN

Ilmo. Sr. Administradores e Acionistas

Confecções Guararapes S/A

Examinamos os balanços patrimoniais de Confecções Guararapes S/A em 31 de Dezembro de 1978 e de 1977, as correspondentes demonstrações do resultado, de lucros acumulados e de origem e aplicação de recursos dos exercícios findos nessas mesmas datas. Efetuamos nossos exames consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras são fidedignas demonstrações da posição financeira de Confecções Guararapes S/A em 31 de Dezembro de 1978 e de 1977, do resultado das operações, dos lucros acumulados e da origem e aplicação de recursos desses exercícios, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados. Esses princípios contábeis foram aplicados de maneira consistente, com exceção das mudanças descritas na Nota 2 da Administração às demonstrações financeiras.

NO MERCADO DE CARNE, O DESCONTENTAMENTO É GERAL

O povo se considera o principal prejudicado com a ascensão do preço da carne. Mas talvez o pecuarista tenha reclamações ainda maiores, pois apesar de alto, o preço da carne não está compensando. A criação de gado para o abate é uma atividade econômica que está inteiramente desorganizada no País, e mais ainda no Rio Grande do Norte. O Brasil tem um dos maiores rebanhos bovinos do mundo e no entanto falta carne na mesa do brasileiro.

O diagnóstico do comércio de carne bovina no Estado, pode ser definido como de descontentamento generalizado. O criador reclama do baixo preço alcançado pelo boi "em pé". O matadouro Industrial, da escassez de gado para abate. Os açougueiros, dos preços de seus concorrentes de carne resfriada. A SUNAB, da incompreensão dos varejistas. O consumidor peça fundamental no processo de comercialização protesta contra a alta constante de preços e contra a falta do produto.

O governo federal, através da SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento), visando a defesa do consumidor, coíbe reajustes de preços e fixa através de uma tabela os índices de lucratividade do produto, resolvendo uma pequena parte do problema, sem resolver a problemática integral. Como por exemplo, o aumento da população bovina, medida necessária para atender à demanda de consumidores e à própria sobrevivência econômica do pecuarista — ou a concessão de insumos necessários à fixação da agropecuária a nível regional.

O BOI DESAPARECE — No Brasil, onde há um boi para cada habitante, o problema do abastecimento de carne é dos mais graves. Imagine-se o caso especial do Rio Grande do Norte, onde havia até antes da estiagem — apenas um boi para cada dois habitantes.

Em meados do ano passado, a demanda de bois encaminhados ao



O que mais aparece na imprensa é a reclamação do consumidor. Mas, no mercado da carne, todos os segmentos estão descontentes.

abate no Matadouro Industrial, começou a decrescer. Nos últimos quatro meses de 1978, a redução foi calculada em 30% sobre o efetivo do primeiro semestre. Em novembro último, foram abatidos 3.480 reses. Em fevereiro deste ano, 2.884. A

previsão é de que, em maio, a redução sobre os números de fevereiro será em torno de 50%.

Enquanto isto acontece, o preço do produto aumenta em ordem geométrica, indiferente às tentativas de controle por parte dos órgãos de

abastecimento do governo. O preço médio registrado hoje no comércio especializado é de Cr\$ 90,00 o quilo de carne de primeira — quando é encontrada. O problema é nacional e porisso cada vez há menos excedente em outros Estados pra exportação — e o rebanho do RN é insuficiente para atender à demanda local, problema recentemente agravado pela forte estiagem nas principais regiões pecuaristas.

A CARNE RESFRIADA — Salomão Borges, diretor do FRIGONORTE (único matadouro industrial do Rio Grande do Norte), culpa a entrada de carne resfriada, originária de outros Estados — principalmente Sergipe, Bahia e Minas Gerais — como principal responsável pelo declínio do comércio de carne verde local. O problema atinge não somente o próprio FRIGONORTE, que se vê na iminência de se tornar deficitário, como do próprio comércio que se inicia pela aquisição do boi “em pé” até a comercialização pelos marchantes e varejistas em geral. *“O boi é abatido no local de origem e transportado em caminhões frigoríficos para o nosso Estado. O caminhão frigorífico pode transportar até 130 reses abatidas no mesmo espaço que transportaria 20 reses “em pé”. Consequentemente — continua Salomão — a carne resfriada já chega aos seus compradores com uma substancial redução nos custos, representada pelo frete”.* Assim mesmo, afirma Salomão Borges: *“é vendida quase pelo mesmo preço da carne fresca — nas feiras livres, o preço da chã-de-dentro é de 85 cruzeiros, costela a 50 cruzeiros e lombo a setenta. Nos supermercados, os mesmos produtos são revendidos a respectivamente, oitenta, cinquenta e setenta cruzeiros”.* Finaliza o diretor do Matadouro Industrial afirmando que *“os marchantes estão cogitando de trabalhar em outras atividades e a empresa, dentro em breve, terá de fazer “cortes” em seu quadro de pessoal para fazer face à crise”.*

SUPER-MERCADOS — A carne resfriada é adquirida, em maior



Salomão Borges, do FRIGONORTE, vê na importação da carne resfriada um perigo para o futuro da empresa.

quantidade, pelos supermercados — os quais, além da economia do frete, conseguem dos abatedores descontos especiais, em contrapartida pela quantidade comprada. A operação se faz, geralmente, à vista — outro ponto positivo para a “barganha” no preço.

Se a carne resfriada é mais barata e permite, por conseguinte, uma margem maior de lucros, por que então não aderir a esse tipo de produto? A resposta é simples: falta de capital. Para esse tipo de comercialização, os açougueiros e “marchantes” de uma forma geral teriam, não só que dispor de elevadas somas de capital, como também possuir uma infra-estrutura de armazenamento do produto. Ao invés, a compra de gado “em pé” ainda permitia a vantagem do crédito pessoal. Haviam até criadores que permitiam a açougueiros e marchantes de sua confiança, apurarem o preço da rês no abate, isto é, que pagassem o preço do boi depois de vendida a carne.

Os reflexos da entrada de carne refriada no mercado local se fazem sentir muito especialmente sobre o criador. O Rio Grande do Norte talvez seja dos Estados nordestinos o que menos possua tradição no comércio bovino e o que registra menor rebanho. A escassez do gado associa-se à falta de apoio oficial a



mostra porque está sempre na vanguarda.



Quem constrói em Natal desde 1962, conhece muito bem a SACI. Porque a SACI está sempre na vanguarda, revendendo os melhores materiais de construção produzidos no RN ou no País.



Além disso, a SACI não é somente uma loja de alto nível. É também uma indústria, produzindo lajes pré-moldadas, combogós, mosaicos e artefatos de cimento em geral.



**Pensou em construir
Pensou na SACI.**



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

atividade econômica. Daí que a falta de créditos oficiais, a estiagem e a concorrência oferecida por criadores do Centro-Sul do país onde a pecuária é mais desenvolvida — vêm contribuindo para desestimular e até provocar a insolvência entre pequenos e médios criadores.

ALGUNS PROBLEMAS — Um boi “em pé” está custando em torno de 50 cruzeiros o quilo. O rebanho norterio-grandense tem um padrão de peso que o situa, em média, pelas 12 arrobas, enquanto o gado importado da Bahia, por exemplo, pesa cerca de 16 a 18 arrobas. Entretanto, o FRIGONORTE desconhece esta particularidade, pois a taxa de abate é única, independentemente da pesagem do animal: 155 cruzeiros. Logo no abate, o gado importado é beneficiado, pois poderá diluir o custo do abate na maior quantidade de peso, na comercialização. A carne resfriada é transportada em caminhões frigoríficos em cargas de 130 animais abatidos. No mesmo espaço ocupado pelas 130 reses abatidas, o comprador de gado “em pé”, transporta apenas 20 reses. Logo, o frete também favorece o comerciante de carne resfriada, em prejuízo do varejista de carne verde.

Por outro lado, — segundo informaram Ubaldo Pereira de Araújo e Manuel Batista Júnior, ambos criadores — o Rio Grande do Norte é o único Estado da federação que exige a apresentação da nota fiscal de entrada do produto. Esta medida dificulta mais ainda o suprimento de carne à população pois, segundo os criadores “o homem do campo não se preocupa em adquirir talões de notas fiscais — mal sabe assinar o próprio nome” e, como a maioria do gado abatido em Natal provém de outras regiões “cada vez mais eles (os criadores) evitam vender o gado para nosso Estado, por causa dessa exigência absurda”.

Não bastassem todos estes problemas, os marchantes reclamam dos preços da carne nos supermercados. Segundo eles, como o supermercado é beneficiado por preços mais baixos e podem incorporar o custo de comercialização da carne ao



Genival Cândido, da SUNAB, acusa os comerciantes inescrupulosos.

custo total de todos os itens comercializados, não seria justo que revendessem a carne resfriada ao consumidor pelo mesmo preço da carne verde, vendida em açougues e feiras livres.

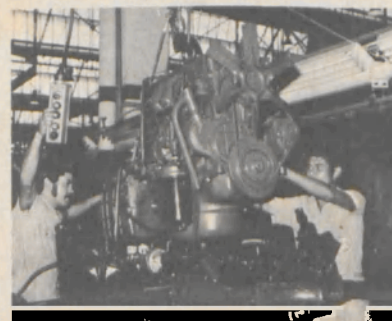
A GOTA D'ÁGUA — A SUNAB local, reuniu os marchantes da capital para fazê-los cientes das Portarias 092 e 093, que estabelecem a margem de lucro permitida na revenda da carne. Também ficou estabelecida que todos os que comercializassem com carne, teriam obrigação de manter contabilidade atualizada.

O Delegado Regional da SUNAB, Genival Cândido da Silva, enfatizou na reunião que “o objetivo das Portarias é o de proteger o consumidor”. A partir de sua vigência (1º de abril) “os comerciantes inescrupulosos não mais poderão lesar a população”.

De acordo com as portarias, quem comercializa com carne verde não poderá determinar preços de mercado aos seus produtos, mas terá que se sujeitar aos índices percentuais de lucros, baixados na portaria, partindo-se do preço de compra do animal. Para valer a determinação, todos os comerciantes de gado, deverão manter uma conta-

Só a DIVEMO assegura melhor assistência técnica ao seu Mercedes-Benz

Com uma boa assistência técnica, a qualidade dos produtos Mercedes-Benz se mantém por muitos e muitos anos. Em Natal, a DIVEMO garante um ótimo serviço de manutenção e assistência, através da sua oficina autorizada, com mecânicos treinados na própria fábrica. Além disso, a DIVEMO só faz reposição com peças genuínas. Acostume-se a procurar a oficina da DIVEMO e ganhe a certeza de uma vida longa para seu Mercedes-Benz.



Divemo S.A.
Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Matriz: BR-101 — Km 5 — Parque Vale do Pitimbu — Fones: 231-1355, 231-1356, 231-1359 — Natal-RN.

Filiais: Av. Alexandrino de Alencar, 561 — Alecrim — Fone: 222-2822
Natal-RN — Rua Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN

bilidade regular, de tal forma que a SUNAB possa fiscalizá-la, utilizando-a para conferir se o preço de venda ao consumidor/correspondente ao preço de compra do animal *mais* o percentual de lucro permitido.

A valer indiscriminadamente as Portarias da SUNAB, a carne resfriada será forçosamente mais barata, até porque o preço de compra do animal abatido é menor que o adquirido. "em pé" pelos varejistas.

AS MATRIZES — A falta de carne no comércio e as medidas de desestímulo ao criador, fizeram com que a maior parte dos fornecedores abatessem até suas matrizes. Foi grande o número de fêmeas abatidas, em elevado estado de prenhez. Muitas delas, segundo Bóris Marinho (um dos maiores comerciantes de carne de Natal) "davam cria na hora do abate". Afirma ainda o co-



Bóris Marinho, comerciante de carne, vê na falta de estímulo ao criador um perigo para a pecuária de corte.

merciante que "a crise pela qual passamos, em parte pode ser considerada como um reflexo da medida adotada pelo governo federal, de 1974 a 1977, tabelando o preço da carne em todo o país". Justifica,

entretanto, Boris: "na teoria, a lei estava perfeita, visto que ocorria a exploração constante do consumidor pelos eternos especuladores — mas, na prática a medida se revelou diferente porque ao par dessa regulamentação de preço, não se cogitou de medidas de proteção econômica aos criadores e comerciantes de carne".

O pecuarista Sydney Fonseca admite que uma solução para a preservação do rebanho nacional, seria "a criação de um sistema de crédito, oferecido pelo governo federal, que garantisse a retenção das matrizes. Desenvolvido este sistema o criador não mais pensaria em vender para o abate, fêmeas prenhes, como acontece". Segundo Sidney, o sistema partiria do compromisso do criador "com a agência bancária de penhorar o rebanho fêmeo, para saldar o débito com as crias".



Foi feito para você.



CONCESSIONÁRIO CHEVROLET

Natal Veículos e Peças S/A

BR-101 — Km 04 — Neópolis — Fones: 231-1226 e 222-0198 — Natal-RN

PROBLEMA INTERNACIONAL

— O FAO (Fundo das Nações Unidas para a Alimentação) baseada em pesquisas de nutricionistas, atentou que o consumo mundial da carne *deveria ser* de 3 milhões de toneladas, para um razoável balanceamento da dieta universal. Pois bem: esse consumo representou apenas *um doze avos* do previsto: 250 mil toneladas.

O problema é mundial. Ocorre que, em países industrializados, é compreensível, até porque o tipo de desenvolvimento escolhido não cuidou do setor primário. Mas em países de vocação agropecuária, como o Brasil, e especialmente o Rio Grande do Norte, cuja estrutura industrial é incipiente — não somente se torna incompreensível como pouco inteligente, em termos de estratégia desenvolvimentista, a falta de incentivos à pecuária. E exatamente na hora em que a exportação de gêneros alimentícios, principalmente a carne, é uma prioridade absoluta face à escassez do genero no resto do mundo.

O ministro Delfim Netto pretende *capitalizar* o campo, isto é, pretende que as atividades agropecuárias sejam exploradas *racionalmente* por via de empresas constituídas nos moldes capitalistas. Poderá ser um começo de solução, se esta proposta vier acompanhada dos insumos necessários à própria atividade. O governo não poderá exigir de um setor arcaico e desassistido, o mesmo desempenho de um setor moderno como o industrial, onde as técnicas já são uma constante. Será necessário, portanto, investir sem preocupações de ganhos — a fundo perdido até — para revitalizar a economia agropecuária, vital para o desenvolvimento integrado nacional, até que esta possa estabelecer sua auto-suficiência e harmonia com os

demais setores econômicos.

E OS PEQUENOS CRIADORES?

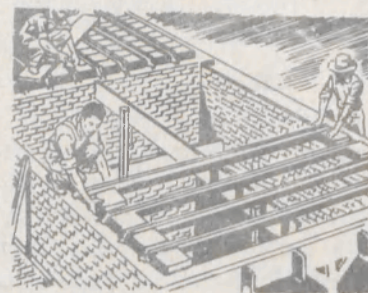
— Não obstante a previsão do programa de assistência governamental, cabe uma indagação que é a de todos os pequenos e médios criadores do país: e os pequenos rebanhos, que representam quase uma atividade de subsistência? E as disparidades regionais?

Certamente o Nordeste não poderá ter o mesmo tratamento dos Estados do Centro-Sul, onde, até mesmo a pecuária desenvolveu uma tecnologia razoável. A criação de empresas agropecuárias poderá su-
focar o pequeno criador, que não tem, por formação e condições econômicas, competitividade para enfrentar os grupos e empresas respaldadas por vultosos capitais. Uma coisa é certa: a defesa do consumidor é mais que correta, é oportuna. Mas, o criador não poderá ser responsabilizado pelos reflexos negativos da inflação, problema que decorre da própria conjuntura econômica nacional e internacional. A ele não podem ser repassados os efeitos da recessão, porque solucionar o problema do preço da carne, sem gado para abater, indica apenas um dirigismo sem causa, uma solução abstrata.

Se o governo intervém na iniciativa privada, em defesa do consumidor, alegando, justamente, corrigir distorções econômicas, igualmente deve atentar para o outro lado da questão — a existência de um setor econômico carente de auxílio e proteção para sobreviver em harmonia com os demais setores da economia brasileira. Regulamentar a atividade pecuária, sem criar condições de que esta subsista ao próprio regulamento, é gerar um problema futuro a troco de uma solução imediatista.



**economia,
simplicidade
e qualidade.**



Com Lajes VOLTERRANA você ganha tempo e dinheiro na sua construção. E tem a garantia de uma qualidade mundialmente reconhecida.



A SACI fabrica e mantém um estoque permanente de lajes e pré-moldados de cimento para pronta entrega.



Rua Pres. Bandeira, 828 — Fones:
222-1543 — 222-4677 — 222-3513
Av. Rio Branco, 304 — NATAL-RN

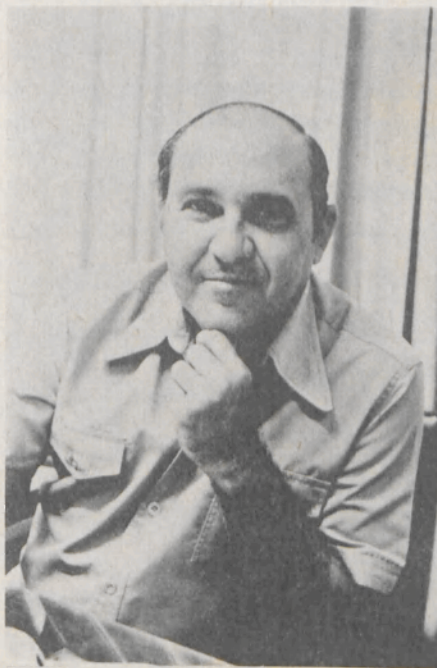
O QUE HÁ DE VERDADEIRO NA "CORRIDA DO FERRO"?

Em meio ao marasmo econômico em que o Estado tem vivido nos últimos cinco anos, surgiu uma notícia que parecia significar um novo motivo de esperanças para a população. Em fins de 1977, divulgou-se a descoberta de imensas jazidas de minério de ferro na região Seridó, tão grandes quanto as maiores do País. De saída, os próprios elementos do Governo davam conta de que a exploração e a industrialização do produto significariam uma fonte inesgotável de riqueza e a criação de oportunidades sem conta para a nossa mão-de-obra subempregada. Depois o assunto caiu no esquecimento e nada há de novo para dizer; nem mesmo se a descoberta tem importância econômica.

Há menos de dois anos, todo o Estado foi sacudido pelas notícias que davam como descobertas imensas jazidas de ferro na região Seridó. Logo, os tecnocratas procurados pela imprensa cuidaram de proclamar a nossa independência econômica — enquanto ambiciosos projetos de pesquisa e lavra eram propalados e contratados a peso de ouro. O povo inteiro começou a crer na nova e auspiciosa redenção econômica do Rio Grande do Norte. Hoje, a calma sucedeu ao excessivo otimismo. De concreto, sabe-se das potencialidades de dois projetos e da possibilidade de serem detectadas novas incidências de ferro. E absolutamente nada se sabe sobre a viabilidade e o início da exploração e industrialização do minério.

Tudo aconteceu no início do ano passado e, a julgar pelo que há de positivo, as notícias foram exageradamente otimistas e apressadas. Tanto assim que, oficialmente, apenas duas jazidas tiveram confirmados os seus potenciais ferríferos. E os direitos de exploração das duas já foram devidamente requeridos.

O major do Exército Joir Valle, ex-presidente da Companhia de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte — CDM/RN, dá conta de que "o minério existe, mas não nas proporções e grandezas com que foi anunciado. Em duas serras — Formiga, em Cruzeta, e Bonito, em Ju-



Joir Valle, ex-presidente da CDM/RN, explica que o minério existe, mas não nas proporções em que foi anunciado.

curutu — foi comprovada a existência de ferro. A primeira foi requerida em exploração por seu proprietário Ivo Nóbrega. A segunda, pelo Grupo Matarazzo, de São Paulo'.

Segundo técnicos da CDM/RN, a jazida da Serra do Bonito acusa pouco teor ferrífero, apesar da quantidade de ferro ser bastante ponderável. Já na Serra da Formiga, o potencial é tão apreciável que ofereceria con-

dições até para abastecer de matéria-prima uma metalúrgica de pequeno porte.

PROJETO DA SERRA DA FORMIGA — O primeiro projeto a dar entrada no Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte — (BDRN), em busca de financiamentos, foi o de Ivo Nóbrega, proprietário de cerca de 2 mil hectares de terras ao redor da Serra da Formiga, no município de Cruzeta. O projeto está atualmente em fase de estudos de viabilidade. Só o custo desse projeto inicial — que definirá a viabilidade econômica do empreendimento — ficará em torno de Cr\$ 1,2 milhão.

Definindo-se a viabilidade, será feito então o levantamento topográfico da área, para implantação das atividades extrativas. Ivo Nóbrega requereu junto à Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, assistência técnica e apoio financeiro. A primeira solicitação foi encaminhada à CDM/RN e a segunda dependerá das avaliações do BDRN, a partir dos estudos de viabilidade que estão sendo procedidos. Os estudos técnicos poderão estar concluídos em fins de 1980.

Para o ex-presidente da CDM/RN, Joir Valle, uma estimativa do potencial da jazida da Serra da Formiga se situa em aproximada-

mente 250 milhões de toneladas de ferro, "o suficiente para atender à demanda da indústria de construção civil, em vergalhões de ferro, por exemplo, no Rio Grande do Norte e Estados vizinhos" segundo os cálculos de Edgar Dantas, geólogo, técnico do Departamento de Análises do BDRN e membro da Associação Técnica de Crédito Mineral do mesmo banco. E prossegue Dantas explicando que "o que existe de ferro no Estado, com base nas análises e pesquisas feitas até agora, oferece boas perspectivas para a economia do Rio Grande do Norte, restando apenas, para um melhor posicionamento, aguardarmos os estudos de viabilidade econômica, quando então teremos meios de concluir se as ocorrências justificam um investimento maciço no setor".

APOIO DO GOVERNO — A Secretaria da Indústria e Comércio (SIC) administra um "Fundo de Minérios" que é constituído por recursos cedidos a fundo perdido, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Tais recursos se destinam à pesquisa e assistência técnica aos projetos de extração mineral elaborados pela CDM/RN.

Os recursos para a extração de minérios deverão ser gerados pelo próprio empreendedor e através de financiamento do BDRN. O setor mineral — ao contrário das demais atividades econômicas, não aceita imediatismos, nem pequenos investimentos. Os prazos de pesquisa são longos e só um estudo de viabilidade econômica numa área não muito grande é orçado em torno de Cr\$ 1,5 milhão. Entretanto, no caso específico do ferro, há interesse — inclusive do Governo Federal — em subsidiar o investimento, vez que o setor é prioritário, está estrategicamente situado entre aqueles que o Governo tem interesse vital em desenvolver, até porque propicia o surgimento de novas indústrias de base. Edgar Dantas aconselha os empreendedores:

"É necessário que os pretendentes de lavras disponham de um bom capital para investir, e sejam pacientes, pois o processamento, que vai



Edgar Dantas, geólogo, revela que realmente o ferro oferece boas perspectivas para a nossa economia.

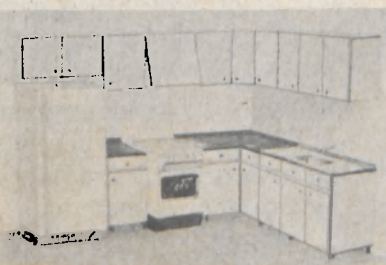
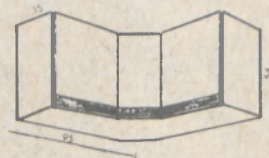
desde os estudos preliminares e a pesquisa até a autorização para implantação da infra-estrutura, é feito com muita lentidão e grande desem-

bolso de despesas — o que é uma característica do programa por ser um investimento a longo prazo".

OUTROS PROJETOS. PERSPECTIVAS — O Grupo Matarazzo requereu — e obteve — direitos minerais na Serra do Bonito, município de Jucurutu — onde, segundo Dantas, "existe uma grande jazida de ferro que é a maior até agora encontrada no Rio Grande do Norte". Ao contrário de Joir Valle que concede à Serra da Formiga o maior potencial, com 250 milhões de toneladas, Edgar Dantas calcula em aproximadamente 200 milhões de toneladas as reservas da Serra do Bonito. Divergem, também, Valle e Dantas, quanto à qualidade da jazida. O primeiro diz que o ferro é de baixo teor, o segundo assegura que é de bom teor o ferro da Serra do Bonito.

A despeito do entusiasmo e das incidências nas Serras do Bonito e da Formiga, a CDM/RN parece mais disposta a investir em outras atividades minerais. Atualmente, inves-

Você já tem onde comprar as cozinhas componíveis **TODESCHINI!**



As cozinhas **TODESCHINI** são componíveis e se adaptam a qualquer espaço. E dinheiro não é problema: você pode montar sua cozinha **TODESCHINI** aos pouquinhos, de acordo com as suas possibilidades.

CONHEÇA AS COZINHAS **TODESCHINI** NAS LOJAS DE

QUEIROZ OLIVEIRA

Av. Rio Branco, 185 — NATAL

Rua Cel. Gurgel, s/n — MOSSORO

te cerca de 40 milhões na Mina Bodo, em Cerro Corá, de propriedade do Governo, onde se pesquisa scheelita e tungstênio.

Edgar Dantas, contudo, acredita no setor ferrífero e entende até que há oportunidade para implantação de projetos siderúrgicos:

“Já se tem pensado em descentralizar da região Centro-Sul do País a produção de vergalhões, por exemplo — que poderiam ser feitos aqui no Nordeste. Agora, com as ocorrências de ferro no Estado, bem que o Governo poderia se adiantar aos demais Estados nordestinos com o projeto de uma indústria siderúrgica”.

ARROJO EMPRESARIAL — *“O que precisamos — enfatiza Dantas — é de empresários com mentalidade avançada, o suficiente para compreender a rentabilidade oferecida pelo setor, e capazes de investir com paciência e sem susto, pois os resultados demoram, mas são compensadores”.* Prossegue o geólogo,



A mineração é uma atividade de peso na economia do RN, mas se restringe quase que somente à scheelita.

destacando a importância de uma tomada de posição das classes dirigentes do Estado:

“O Governo do Estado tem hoje condições de implantar uma infraestrutura eficiente, que auxiliará ao desenvolvimento do setor, tanto na pesquisa e na lavra quanto na localização de recursos financeiros para projetos que objetivem — não ape-

nas a extração mineral, mas — e principalmente — a produção industrial. Uma siderúrgica já é um bom indicativo de potencialidade econômica”.

Destaca ainda Dantas, que *“uma indústria de base, certamente atrairia para o Estado, um sem-número de indústrias e atividades satélites. E a diversificação industrial, além*

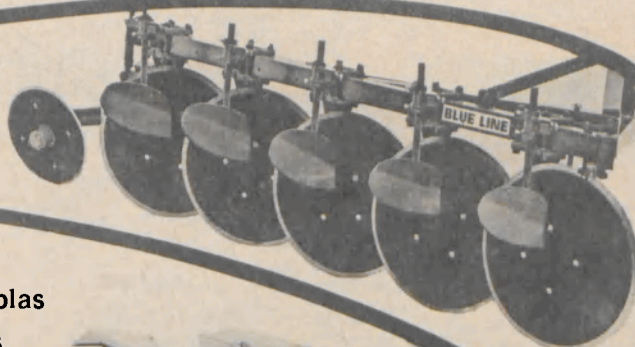
Granorte Veículos e Peças Ltda.

Av. Sen. Salgado Filho, 2810 — Fones: 231-3097 — 231-4272 — Natal-RN.
Departamento de Tratores.



ARADO FIXO

* Grande Robustez e Eficiência.



TRATOR FORD 4600

* O Trator de Múltiplas Aplicações.

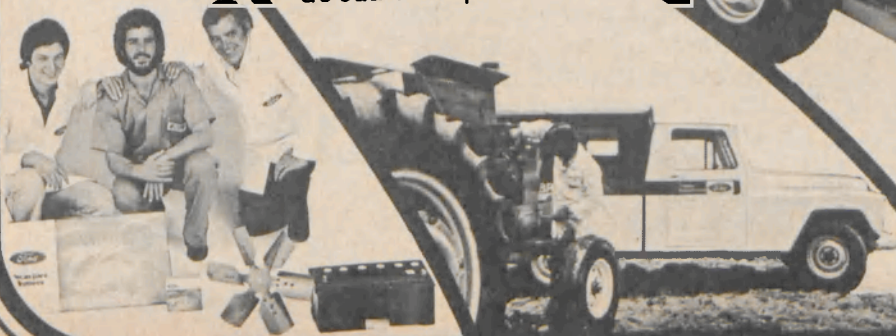


PEÇAS,
ASSIST
TECNICA

* O Apoio contínuo.

SERVIÇO
DE PROTEÇÃO
AO CLIENTE

* Garantia de sua Tranquilidade.



de gerar empregos e novas fontes de tributo, formará novos quadros de especialização da mão-de-obra industrial. De mais a mais — finaliza Dantas — o Rio Grande do Norte tem uma insuspeitada vocação mineral e, embora de forma rudimentar, a prática extrativa é hoje tão comum entre nós, quanto o trato da agricultura”.

NOVA UTILIZAÇÃO DAS FRENTE DE TRABALHO: MINERAÇÃO — O deputado Gilberto Lins, da Arena, propôs à Assembléia Legislativa do Estado uma nova destinação para as “frentes de trabalho” que são formadas durante a estiagem: o garimpo.

Justifica sua proposição afirmando que o Nordeste possui maior vocação mineira que até mesmo agrícola, segundo declarações do próprio ministro de Minas e Energia, o nordestino César Cals. Segundo o deputado arenista, ao invés de se abrirem frentes de trabalho “sem finalidade produtiva”, tentando ape-



Gilberto Lins, deputado, pede atenção para os garimpeiros e resalta importância do garimpo

nas ocupar o retirante da estiagem para justificar o auxílio financeiro recebido do Governo, melhor seria “carrear divisas para a Nação, através da exportação dos minérios extraídos”. E o Governo do Estado poderia participar deste empreendimento “financiando a longo prazo, sem juros, os instrumentos indispensáveis ao garimpo: um compres-

or de porte médio, um moinho e explosivos”. Ex-prefeito de Currais Novos, cidade tradicionalmente dedicada à mineração, Gilberto Lins afirma que um garimpeiro produz em média, sem nenhuma espécie de auxílio financeiro 100 quilos de minério por semana “recebendo ajuda do Governo, poderia produzir 500 quilos em média por semana, o suficiente para sua manutenção e para permitir emprego àqueles que se encontram parados por falta de inverno”. Revela que o Estado possui cerca de 300 garimpos, a maioria, improdutivos por falta de condições financeiras. No seu entender, a melhor alternativa para enfrentar o estado de emergência porque atravessa o Estado, em conseqüência da estiagem, seria “a promoção de incentivos à produção de minérios, através de organismos oficiais”. Finalmente, para demonstrar o acerto da proposição, lembrou que na seca de 1970, nas regiões onde era desenvolvida a atividade de garimpo, havia menos problema de fome e desemprego.

**COMPANHIA
DISTRIBUIDORA
DE FERRAGENS**

SKF
Rolamentos POP
- Rebites e
Rebitadores
SCHULZ - Co
- mpressores.
ELETELE - Re
ostatos e Resistências.
RIGID - Ferramentas
Pré-testadas
que Reduzem o Trabalho.



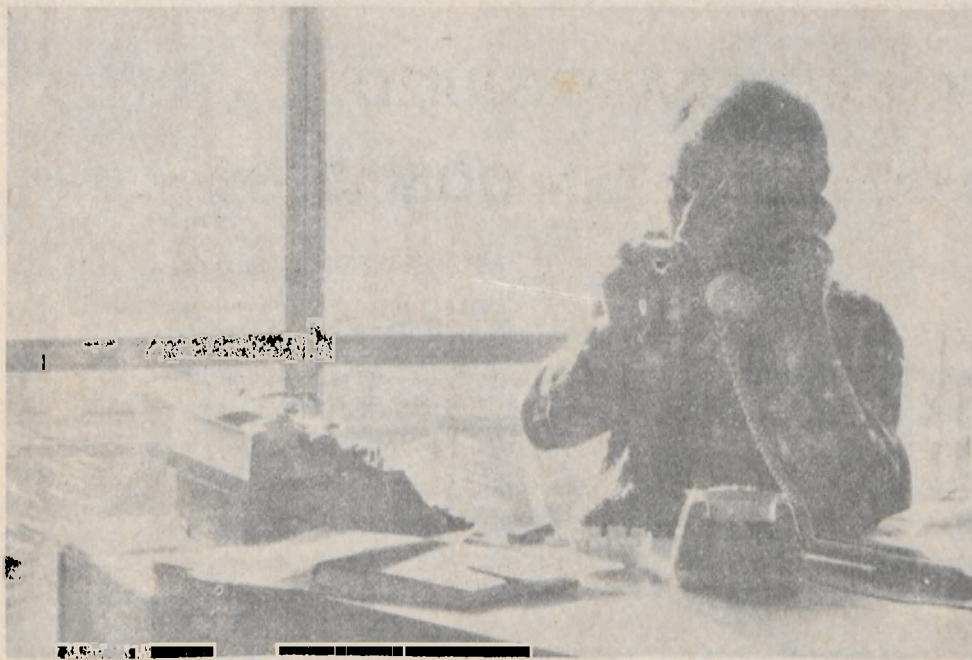
CODIF TEM:

Brasil S. A. - A mão de Aço para quem não é de Ferro.
TELEVOLT - Estabilizadores Automáticos de Tensão.
INVICTA - Tudo para Madeira. **WEG - O Motor Elétrico.**
OSRAM - Lâmpadas. **SIEMENS - Material Elétrico Industrial.** **HARTMANN & BRAUN DO BRASIL**
Transformadores de Corrente. **OK - Eletrodos.**
BACHERT - Tecnologia em Ferramentas.
ELIANE - Azulejos e Pisos. **COBEL**
Equipamentos para Lubrificação.

ADELCO - Transformadores.
ELETROMAR - Chaves Magnéticas. **STARRETT - Serras de Aço.** **BURNDY DO BRASIL**
Conectores e Válvulas. — Etc.

3M
Emen das Terminações.
PIRELLI - Fios e Cabos Elétricos. **3M**
PETERCO - Iluminação Comercial. **STANLEY - Ferramentas de Aço.** **BELZER**
-ITMA - Ferramentas do

CODIF
Matriz: Recife-PE
Filial: Natal-RN. R. Dr. Barata, 190
Tels.: 222.3571 - 222.8210
222.8033 — Natal-RN



desnecessário pelo simples inteligente.

O Fiat foi construído para resolver alguns dos problemas comuns no trânsito da cidade e não para criar outros.

Quem compra Fiat está valorizando seu dinheiro. E para quem faz questão de comprar conscientemente, isso é fundamental.

E aqui abrimos um pequeno parêntese para mostrar o que dizem alguns testes realizados

pelos principais revistas especializadas.

Pessoas inteligentes costumam chegar rapidamente à conclusão de que o carro ideal para elas é o Fiat. Porque essas pessoas compram carro muito mais pela qualidade que o carro tem do que por qualquer outra coisa. E elas têm toda razão: já que é para ter um carro, melhor ter aquele que oferece mais vantagens. Por isso, quando começam a analisar objetivamente todas as opções de carros que existem, acabam se decidindo pelo Fiat.

Ele é um carro que tem muito em comum com essas pessoas. É um carro inteligente. Seu projeto foi pensado e estudado detalhe por detalhe para que o resultado fosse um veículo prático, confortável e resistente. Seu desenho está inteiramente ligado à funcionalidade.

E é econômico no custo, na manutenção e no consumo sem deixar de ter excelente desempenho e agilidade. Com o Fiat, elas têm um carro avançado, bonito e seguro, trocando o luxo

	Fiat	Chevette	Brasília	VW 1.300
Consumo à velocidade constante de 80 km/h (km/l)	16,85	14,44	12,27	13,05
Capacidade do porta-malas em litros	352	321	204	141
Custo de manutenção em 30.000 km (Cr\$/km) Valor em dez/78	1,07	1,40	1,53	1,29

Quando você parar para pensar em tudo o que o Fiat oferece em segurança, tecnologia, conceito de automóvel, você vai entender por que pessoas que compram carro exclusivamente pelas **FIAT** qualidades que ele tem, **147** compram Fiat.



Fiat 147. Qualidade que dá valor ao seu dinheiro.

Concessionárias autorizadas no R. G. do Norte.

NAVONA

Av. Salgado Filho, 3540 — Tels.: 231-2122 e 231-5276 — Natal-RN.

FORCINO
POYER
VEÍCULOS

Praça Ulrich Graf, 100 — Tel.: 321-3377 — 59.600 — Mossoró — Rio G. do Norte.

DATANORTE DÁ PREJUÍZO.

O QUE O GOVERNO TEM COM ISTO?

No Governo passado, foi criada no Rio Grande do Norte uma sociedade de economia mista para prestar serviços de computação aos órgãos da administração estadual. Era a DATANORTE, que quase cinco anos depois de fundada ainda não atingiu as suas finalidades, com o agravante de apresentar, só no exercício de 1978, um prejuízo superior a Cr\$ 11 milhões. Por que a DATANORTE está fracassando e como ela poderá ser dinamizada? É o que responde um ex-diretor da empresa.

A DATANORTE — Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Norte, foi criada pelo Governo do Estado para modernizar os sistemas de registros e de informações de todos os órgãos da administração direta e indireta. Entre as justificativas para a sua criação como empresa estatal — além da modernização dos sistemas administrativos — estavam a economia de custos, a rapidez nas informações e, mais ainda, a reserva com que deveriam ser tratados os assuntos do Governo.

As justificativas parecem válidas ainda hoje, apesar de decorridos mais de dois anos de sua criação. Entretanto, elas não foram suficientes para garantir a saúde do empreendimento. Além de se defrontar com problemas de incompatibilidade com setores da administração indireta (sociedades de economia mista), que preferem se utilizar dos serviços de empresas particulares, a DATANORTE — talvez por isso — apresentou no exercício de 1978, um prejuízo de Cr\$ 11 milhões. O que o novo Governo tem com isto?

VIABILIDADE — Antes de criar a DATANORTE, o Governo do Estado solicitou do SERPRO — Serviço Federal de Processamento de Dados, um estudo de viabilidade econômica que atendessem a oportunidade do empreendimento, através de um modelo estatal. As con-



A DATANORTE possui toda uma estrutura montada para atender aos serviços de computação dos órgãos públicos estaduais. Mas são poucos os serviços que lhe chegam.

clusões do estudo favoreceram à criação da DATANORTE. Nesses estudos ficou comprovado que se poderia obter não somente uma redução substancial nos custos administrativos do Governo, como também era prevista uma receita capaz de tornar a empresa auto-suficiente em termos de recursos — embora esta estimativa fosse projetada a médio prazo, talvez dentro de dois anos a partir de sua implantação. Entretanto, para que a DATANORTE atingisse um ponto de equilíbrio financeiro, era necessário que o Governo a

subsidiasse financeiramente durante a fase de implantação e que tornasse compulsória a contratação dos serviços da empresa por todos os órgãos da administração direta ou indireta que utilizassem serviços de processamento de dados.

Passados dois anos, a DATANORTE, além de não ter atingido suas finalidades, é altamente deficitária. Alegam os diretores da empresa que grande parte das sociedades de economia mista não lhes encaminha serviços, preferindo entregá-los diretamente à IBM ou, em Natal, à

sua concorrente na iniciativa privada: a SISTEMA.

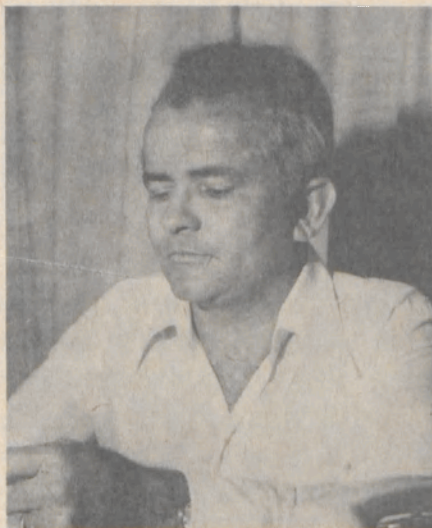
Enquanto isto acontece, a DATANORTE vem assumindo um custo operacional altíssimo e mantendo em ociosidade um sistema de computação dimensionado para o atendimento global de todos os órgãos do Governo.

Se a recomendação no estudo de viabilidade elaborado pelo SERPRO era a de que o Governo deveria apoiar o empreendimento em sua fase de implantação e de que deveria tornar compulsória por parte de todos os escalões governamentais a contratação dos serviços da empresa, a suposição é a de que há prevenção por parte dos naturais usuários ou que alguns setores do Governo não têm interesse em manter a empresa em funcionamento, preferindo esvaziá-la: Em ambas as hipóteses, há temeridade do Governo Estadual porque os recursos aplicados na DATANORTE provêm dos impostos arrecadados dos contribuintes, e estes não se satisfazem com a aplicação caprichosa e mal-feita de suas contribuições.

FALTA DE APOIO — Daniel de Menezes Lyra, um empresário experimentado, deixou a presidência da DATANORTE em 15 de março último certo de que fez o possível, dentro, naturalmente, das limitações naturais oferecidas por uma empresa em fase de implantação. Afirma ele:

“Onde não podemos atuar não foi por nossa culpa — mas, dentro do que nos foi dado participar, cumprimos rigorosamente as exigências da clientela”.

Quanto à rentabilidade financeira, Daniel explica que só não atingiu esse objetivo *“porque faltou, por parte do Governo, um apoio efetivo, que suprisse nossas necessidades de recursos, o que teria acontecido se as grandes sociedades de economia mista tivessem utilizado os serviços da DATANORTE”.* Mas, ainda admite que o objetivo econômico não seria a rentabilidade *“mas um ponto de equilíbrio, de auto-suficiência de recursos. Porque, pelas características de empresa estatal, a DATA-*



Daniel Lyra, ex-presidente da DATANORTE, mostra que faltou apoio efetivo do Governo.

NORTE não objetiva lucratividade”.

A falta de apoio, segundo o ex-presidente, foi fruto da incompreensão de alguns administradores. Dá um exemplo: *“O BANDERN não concordou em nos entregar seus serviços. Entretanto, prestamos o mesmo tipo de serviços que oferecemos ao banco estadual a duas organizações similares e, talvez, de maior importância no contexto nacional: BANORTE e BANESPA”.*

PROGRAMAÇÃO DE SERVIÇOS — *“O programa que oferecemos ao Governo é diversificado” — explica Lyra. “Compreende desde faturamento diário, controle de arrecadações, folhas de pagamento, controles patrimoniais, gerência de estoques, conta-corrente, carteira de títulos, FGTS e RECON, até os serviços usuais da administração direta, tais como a folha de pagamento do funcionalismo, cadastro de contribuintes, carnês de ICM, contabilidade geral e relatórios gerenciais”.* Para Daniel Lyra, o mais importante eram os subsídios oferecidos pela DATANORTE, para a composição de uma estratégia governamental: *“Através de nossas informações, o Governo tem condições de tomar decisões racionais, pois, essas informações são colocadas a nível de administradores e de administração superior”.* Além, conforme enfatiza, *“da segurança e*

da reserva aplicadas a estas informações”.

Esses serviços foram implantados com custo estrutural zero, utilizando-se a própria equipe técnica da empresa, sem interferência de nenhuma consultoria externa, o que, na opinião de Lyra, *“comprova a competência técnica da equipe”.*

Para atender à demanda da programação, a DATANORTE instalou um computador IBM modelo 30, cujo aluguel — conforme o ex-presidente — *“hoje, deverá atingir a cifra de cerca de 350 mil cruzeiros, equivalente a cerca de 45% do custo da empresa”.*

O FUTURO DA EMPRESA — Lyra acredita no futuro da DATANORTE:

“O governador Lavoisier Maia se mostrou sensível às soluções apontadas por nós, em relatório. Creio que, com o apoio dado ao plano de comercialização e ao programa de sustentação financeira, a DATANORTE chegará ao final deste exercício com um faturamento mensal de cerca de Cr\$ 3 milhões, o que equivale a dizer que o seu ponto de equilíbrio será alcançado”.

Murilo Diniz, o novo presidente da DATANORTE, integrante da antiga diretoria, não quis responder às perguntas de RN/ECONÔMICO e não permitiu que qualquer de seus auxiliares emitisse opiniões. Apenas declarou que está *“tomando pé da situação”.* Declaração, aliás, bastante incompreensível para um ex-diretor, supostamente conhecedor dos problemas da empresa.

Do ângulo simplista da lógica, parece faltar à DATANORTE apenas o devido apoio do Governo. Até porque o plano de comercialização proposto por Lyra revela o óbvio: que a empresa atingirá um ponto de equilíbrio financeiro se todos os órgãos governamentais se utilizarem de seus serviços. Só isto. E o que falta para tomar esta decisão, que evitará o fracasso de mais um empreendimento? Apenas a decisão do governador. E a consciência dos administradores de que, acima de preferências, caprichos e veleidades, está o interesse público.

ARTÊMIA: UM NOVO PRODUTO NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO RN

A *artêmia salinae* é um microorganismo que serve de alimento para peixes ornamentais e para camarões criados em cativeiro. O seu preço no mercado internacional atinge níveis extraordinários. Recentemente, descobriu-se a grande vocação das salinas do Rio Grande do Norte para a produção de artêmia em larga escala. E somente nesses dois últimos anos uma empresa local exportou 320 mil dólares do produto.

“Exportar é a solução” — anuncia uma já cansada e discutível campanha do Governo Federal. Os planejadores do desenvolvimento econômico estadual também acreditam que na exportação está a grande saída para a nossa economia, daí porque estimulam as iniciativas nessa área. No Rio Grande do Norte, excentuando-se minérios e a lagosta não há outro produto de peso em sua pauta de exportações. Mas agora, novas perspectivas são oferecidas pela artêmia — um micro organismo que se reproduz abundantemente em salinas — vêm sendo objeto de minuciosas pesquisas, tanto pelo Governo quanto pela iniciativa privada. É que a artêmia é um pequeno crustáceo rico em proteínas que tem larga aceitação no mercado internacional como alimento para peixes ornamentais e camarões criados em cativeiro.

A “*ARTEMIA SALINAE*” — Conhecida nos Estados Unidos como “Brine Shrimp”, tem o nome científico de “*Artemia Salinae*”. É um micro organismo cujo tamanho não ultrapassa dez milímetros e sua aparência lembra a de um minúsculo camarão. Tem movimentos comuns aos de qualquer espécie marinha viva e se reproduz mais especialmente nas águas das salinas.

Airton de Paula Torres, superintendente da CIRNE (Companhia Industrial do Rio Grande do Norte), faz considerações sobre a artêmia:



Airton de Paula Torres, da CIRNE, diz que a artêmia apresenta ótimos resultados econômicos.

“Sua reprodução é rápida — cerca de doze dias para se verificar a eclosão. As águas de salinidade mais acentuada favorecem sua sobrevivência, pelo fato de que, em tal densidade, não existe perigo de convivência com qualquer peixe — que fatalmente seria um seu predador. A melhor faixa de sobrevivência ocorre em águas com temperatura compreendida entre 25 e 31 graus centígrados. Quando o ovo está em água de maior salinidade, é hibernado, fica mais resistente e não eclode rapidamente, facilitando sua captura. Para se ter uma idéia do tamanho do ovo, basta

dizer que em uma única grama são encontrados cerca de 300 mil unidades de ovo”.

PESQUISA — O Governo do Estado, através da sua Secretaria de Agricultura e do Projeto Camarão, e a BRASCANNORDESTE (sociedade civil privada, de desenvolvimento e pesquisa, ligada ao grupo canadense BRASCAN) realizam pesquisas para averiguar a qualidade dos cistos da artêmia, nas salinas da CIRNE — em Macau — e outras salinas. O resultado das pesquisas tem sido bastante promissor: os ovos têm excelente teor de proteínas e período bastante rápido de eclosão, se comparados com índices dos similares americanos, principalmente.

A CIRNE já explora há bastante tempo o cultivo de artêmia, onde vem alcançando ótimos resultados econômicos: exportou, de 1977 até hoje, cerca de 16 toneladas de cisto para países da Europa e para os Estados Unidos, registrando um faturamento de 320 mil dólares.

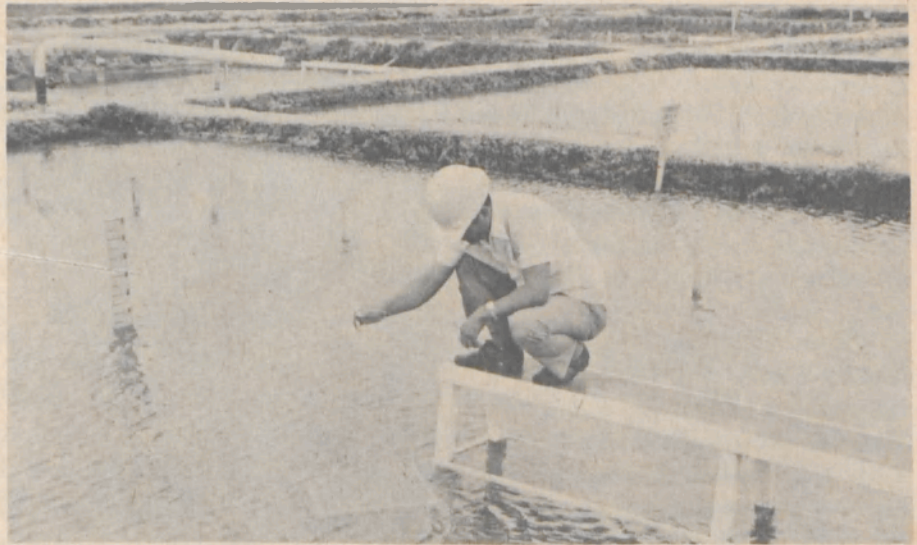
É de ser considerada, ainda, a economia de divisas para o País, vez que, com o cultivo de camarões em cativeiro, as empresas locais estavam pagando ao mercado externo cerca de Cr\$ 3 mil por 1,25 quilograma de cistos, o que, de certa forma, contribuía para aumentar o custo do próprio camarão no mercado internacional, acarretando, em consequência, maiores dificuldades na competição. Detalhe significativo e

bastante animador é que, atualmente, as empresas que se dedicam à exploração da artêmia só exportam o excedente da produção, sendo grande parte do produto absorvido no mercado interno, por empresas que criam camarões em cativeiro. A própria CIRNE é uma delas.

CIRNE PIONEIRA E LÍDER — A artêmia pode ser localizada, em estado natural, em qualquer das salinas de Macau. Porém a pioneira no cultivo e líder absoluta na produção de cistos, é a CIRNE. Principal exportadora de sal do País, a CIRNE possui imensas extensões de salinas (o que já lhe permite uma grande produção), como também desenvolveu "know how" que lhe permite beneficiar e acondicionar o produto de acordo com as técnicas mais modernas. O acondicionamento, por exemplo, é feito através de sistema a vácuo que garante ao produto manter-se conservado por cerca de vinte anos. O diretor-superintendente da CIRNE informa que "até a CIRNE entrar no mercado internacional, a produção mundial de artêmia era de 30 toneladas/ano. De 1977 até agora, exportamos a expressiva quantidade de 16 toneladas, volume que contribuiu muito para baixar os preços do produto, pois, de certa forma, gerou uma super oferta no mercado". E prossegue: "Atualmente, o quilô está custando em torno de 20 dólares".

Sentindo que a colocação do produto no mercado internacional tornou-se difícil em razão de sua falta de tradição e do próprio controle do setor por grupos multinacionais, a CIRNE adotou uma política inteligente e lucrativa para a economia regional: criou um programa de cultivo de camarões "o que nos leva a consumir grande parte de nossa produção, sem prejuízo de aviltamento de preços, que, certamente a concorrência desigual por mercados nos traria" — finaliza Airton, considerando que "o investimento foi pequeno e a rentabilidade está sendo muito boa".

TUPAN FOI O DESCOBRIDOR
— Segundo as afirmações de Airton



A exploração da artêmia resulta das pesquisas levadas a efeito pelo Governo do Estado, através do "Projeto Camarão".

de Paula, o descobridor, no Estado, da artêmia — bem como de sua utilização como nutriente, foi Tupan Ferreira de Souza, diretor-responsável pelo Projeto Camarão: "Em seguida à descoberta, Tupan convidou o biólogo holandês Renger Dijkema para desenvolver pesquisas mais objetivas que determinassem a melhor aplicação da artêmia — se como alimento para crustáceos ou peixes". O intento, ainda na opinião do superintendente da CIRNE, deu resulta-

dos positivos: "Hoje, os programas de cultivo são orientados por biólogos brasileiros e nossos camarões já se alimentam com artêmia".

Recentemente, o Projeto Camarão conseguiu, através da BRASCAN a vinda a Natal do belga Patrick Sorgeloos, PhD em Biologia Marinha, para ministrar cursos sobre as técnicas de cultivo da artêmia. Neste curso, os técnicos do Projeto Camarão ficaram conhecendo — entre outras técnicas — o pro-

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Cadeira "ESTIL"
Linha Diretor



Máquinas de escrever
"REMINGTON"



Mesa "ESTIL" Linha 90

RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.



MATRIZ: Rua Dr. Barata, 242
Filial: Praça Augusto Severo, 91
Fones: 222-1467 e 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
Rua Cel. Gurgel, 266
Fone: 321-1330

cesso de "descapsulação do cisto", que consiste em afastar o ovo de sua carcaça, para facilitar a alimentação do camarão. O biólogo belga visitou as salinas do Estado e reconheceu que aqui se possui um dos melhores "habitat" para o desenvolvimento da artêmia — em melhores condições que nos demais países que visitou.

Airton Fernandes de Negreiros Monte, diretor do Projeto Camarão, informa que em recente análise contida em relatório, elaborada por técnicos brasileiros e estrangeiros "os cistos importados dos Estados Unidos eclodem 200 mil "naupliu" (primeira fase de vida da artêmia). Aqui, nas salinas de Macau, a média é superior — eclodem cerca de 300 mil "naupliu". A respeito do intercâmbio entre o Projeto e a CIRNE, Airton Monte apenas declarou que tem conhecimento de que "entre o Projeto e a CIRNE, o comércio é feito em termos de troca de filhotes de camarões por artêmia". Apesar de não ser biólogo, Airton revelou um



Airton Fernandes de Negreiros Monte dá explicações técnicas sobre a criação da artêmia.

fato pitoresco, segundo ele colhido das reuniões de técnicos do Projeto: "A artêmia é andrógino (reúne os dois sexos), é bissexuado e vive para copular. Tem vezes que verificamos nos nossos tanques — o Projeto Ca-

marão também cultiva a artêmia para pesquisas — uma artêmia cerca da por três ou cinco outras, cobrindo e se deixando cobrir por elas".

O CAMINHO ESTÁ ABERTO — O exemplo da CIRNE, que provou com um pequeno investimento capacidade para obter uma razoável lucratividade, até no mercado externo, poderá ser imitado. A infra-estrutura está montada: o Projeto Camarão possui tecnologia para o cultivo, a CIRNE desenvolveu "know how" para beneficiamento e acondicionamento, e o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte e Banco do Nordeste, as duas agências oficiais de fomento econômico, estão aí, prontas para apoiar empreendimentos desse porte. Se exportar é a solução mais viável encontrada pelo Governo para promover nosso desenvolvimento econômico, está aí uma alternativa para o Rio Grande do Norte aumentar sua pauta de exportações. E economizar divisas para o País.

Conclusões do relatório da BRSCAN/NE

"O crescente aumento no consumo dos cistos de Artêmia Salinae, impõe um tratamento prioritário, que permita uma maior produção destes micro-organismos. Para uma boa eclosão, os cistos da Artêmia deverão ser submetidos às seguintes condições: temperatura — 28 graus C; salinidade — 35%; aeração que evite sedimentação dos ovos; exposição de luz 10' com intensidade de 2.000' Luz; densidade máxima: 10 g/l; Carboy de eclosão com forma adequada que evite sedimentação. Os ovos desidratados resistem a: variação de temperatura de — 270° C até 100° C por uma hora; variação de temperatura — 273° C até 80° C por vários dias; resistem ao vácuo ou à atmosfera de qualquer composição; continuam viáveis se submetidos a solventes orgânicos

e choques mecânicos.

"Para se preservar os cistos por longos períodos, estes deverão ser armazenados a vácuo ou em atmosfera de nitrogênio; a composição química, o tempo de eclosão, a espessura do córion, e o diâmetro dos cistos, varia de acordo com o local de origem; durante o período de reversibilidade (primeiras 15 horas de incubação), o metabolismo pode ser interrompido por desidratação, anaerobismo, ou aumento de temperatura, sem afetar a eficiência de eclosão".

"O uso do hipoclorito de sódio (água sanitária), numa concentração de 5,25%, dissolve o córion, tornando os cistos descapsulados; Nauplius no estágio I, é mais rico em vitelo que os estágios subseqüentes, é o me-

lhor alimento para larvas de peixes e crustáceos; quando o embrião atinge a fase de gástrula, pode ocorrer a diapausa, formando-se os cistos e lançando-os (oviparidade), ou continuar o desenvolvimento, nascendo nauplius livres (ovoviviparidade); em condições ideais as Artêmias começam a desovar depois de 12 a 15 dias de vida, continuando o ciclo reprodutivo em intervalos de 4 a 5 dias, durante 4 a 5 semanas; os ovos depois de expulsos precisam ser desidratados por, pelo menos, 24 horas para poderem continuar seu desenvolvimento; em condições ideais, são obtidos de 1 grama de cistos, 200.000 nauplius de Artêmia; a qualidade dos cistos é observada pelo número de nauplius obtidos a partir de 1 grama de cistos de um determinado local".

INICIADO O DIÁLOGO ENTRE O PREFEITO E OS EMPRESÁRIOS DE NATAL

O prefeito de Natal, José Agripino Maia, mesmo não possuindo as condições para iniciar um programa mais arrojado de obras, já começa a ser visto com simpatia pelos diversos setores da comunidade. Na área empresarial, por exemplo, a imagem que se faz dele é a de um homem público hábil e que sabe dialogar, capaz de absorver aparentes derrotas com humildade (como no caso da eleição da mesa da Câmara Municipal), aproveitando-as para atrair os vencedores para o seu lado. Líderes do comércio natalense levaram seus problemas ao prefeito e receberam dele a promessa de solução, além de um convite à colaboração mútua.

Um grupo de empresários natalenses fez uma visita de cortesia ao prefeito José Agripino Maia e foi surpreendido pelo que passaram a chamar de "pacto de ajuda mútua" — um excelente canal de comunicação entre a Prefeitura e as classes empresariais natalenses. O pacto prevê uma maior integração da iniciativa privada nos programas comunitários e apoio da Prefeitura às reivindicações da classe empresarial. No protocolo de intenções da visita, ficou acertado — informalmente — o compromisso da Prefeitura em executar determinadas obras de interesse direto do empresariado potiguar.

O prefeito José Agripino, em pouco mais de um mês de mandato, já conta com uma abertura que vinha faltando à maioria dos chefes de executivo que o antecederam: integração da classe empresária, como suporte, na execução de programas públicos. Mais que integração, confiança no diálogo como fonte de inspiração e auxílio na política de obras. É um bom começo, principalmente se considerando que a comunidade andava esquecida — e saudososa desse estilo.

AS REIVINDICAÇÕES — Na conversa informal, os empresários — estimulados pelo prefeito — fizeram algumas reivindicações



O prefeito José Agripino dialoga, promete atender e pede também a ajuda dos empresários.

de interesse comunitário e da classe que representavam. Basicamente, pleitearam a criação de "calçadas" na Cidade Alta, drenagem e a restauração do patrimônio histórico da Ribeira, além de saneamento básico para o bairro do Alecrim. Como medida complementar de estímulo ao comércio natalense, dotação de recursos para ornamentação das ruas e promoção de espetáculos populares nas festas tradicionais da cidade: carnaval, Reis Magos, Festa de Nossa Senhora da Apresentação, ciclo junino e ciclo natalino.

Zildamir Soares de Maria, presidente eleito do Clube de Diretores

Lojistas e dos primeiros a abordar o prefeito, diagnosticou a visita: "*Sentimos que o prefeito é um jovem cheio de idéias, disposto a trabalhar em perfeita integração com os empresários natalenses, procurando atender suas reivindicações, porque elas são do interesse da comunidade*". Sobre a participação da Prefeitura nos festejos tradicionais da cidade, por exemplo, Zildamir lembra que "*ano passado, a verba para toda a programação do período foi de Cr\$ 1,2 milhão. Duzentos mil cruzeiros foram consumidos em todas as festas, exceto o carnaval, que consumiu o milhão restante*". Para o líder lojista, atendidas as reivindicações, não apenas o comércio se beneficiará "*mas toda a comunidade natalense, pois reclamamos obras do maior interesse público, como por exemplo, a drenagem da Ribeira e obras de saneamento no Alecrim*". E conclui: "*Além do mais, as festividades tradicionais, com maior participação da Prefeitura trarão recursos para toda a cidade, porque a vocação turística de Natal, associada a um calendário bem elaborado de promoções, só poderá incrementar a atividade turística com excelente demanda de turistas de toda parte do Brasil, interessado em conhecer nosso folclore*".

LIMPEZA PÚBLICA — A preo-

cupação prioritária do prefeito com a limpeza pública o fez mobilizar tanto a iniciativa privada quanto os demais escalões do serviço público. Ainda hoje os natalenses dos bairros periféricos da cidade comentam a ação de uma retroescavadeira do Exército removendo toneladas de entulho. A operação de limpeza pública se iniciou pela remoção do lixo acumulado principalmente nos subúrbios da cidade e prosseguirá com um planejamento cuidadoso da coleta domiciliar de lixo.

Daí porque o primeiro passo concreto do "pacto de ajuda mútua" foi dado pela Soriedem S/A Confecções, indústria que se colocou à disposição da Prefeitura para auxiliá-la no serviço de limpeza pública de uma área da capital, respondendo pelos custos desse trabalho. Em troca, os garis da Prefeitura que operarão neste setor, trarão anúncios da empresa em seus fardamentos. Operações semelhantes em outros setores da administração municipal poderão ser acionadas, com auxílio da iniciativa privada.

REIVINDICAÇÕES SÃO VIÁVEIS — A Comissão, composta de dirigentes do Clube de Diretores Lojistas (Airton Costa, Antônio Gentil, Habib Chalita, Olavo de Gusmão e Zildamir Soares) teve a garantia do prefeito de que suas reivindicações seriam atendidas, todavia "sem prazo ajustado, pois é necessário conseguir recursos a fundo perdido para execução dessas obras, vez que os recursos próprios da Prefeitura estão comprometidos com programas plurianuais. Mas até o final do mandato realizarei as obras".

José Agripino achou a pretensão dos empresários não apenas viável mas "necessárias à comunidade". Pretende começar pela Ribeira, que considera um bairro de mal aspecto e abandonado. Garante que até o final do mandato a Ribeira estará totalmente modificada em seu aspecto urbano. "Mas, primeiro, teremos de concluir as obras de drenagem — atualmente, apenas iniciadas". Em seguida, pretende restaurar os casarões que fizeram a própria história de Natal — "natural-

mente, guardando o estilo original" — arrematando a obra de restauração com a execução de pavimentação e calçadas. "Pretendo fazer da Ribeira um bairro bonito e com o comércio revitalizado. E isto só será possível com o esforço conjugado do poder público e da iniciativa privada". Assegura o prefeito que a segunda etapa das obras de drenagem será iniciada o mais breve possível.

O CALÇADÃO — Prometido há cerca de dois anos pelo então prefeito Vauban Bezerra, o "calçadão" é o principal requerimento dos comerciantes da Cidade Alta. Segundo o prefeito, "é uma obra barata, mas difícil de ser executada em Natal, por gerar problemas de tráfego". Mesmo assim, promete que a obra será feita — por etapas. Na medida em que for executando as etapas ouvirá as partes diretamente interessadas: comerciantes e consumidores, "para me posicionar em termos de oportunidade da obra e de sua extensão" — explica Agripino. "As-

instalação todos fazem.



Mas sonorização mesmo só na Lázaro.

Instalar som no seu carro até que é fácil. Agora, sonorizar é negócio da LÁZARO. A LÁZARO faz sonorização perfeita há muito tempo. Nossos técnicos são especializados. Damos 6 meses de garantia para a instalação do seu equipamento de som. Além da sonorização, você encontra na LÁZARO, os melhores equipamentos para instalação no seu carro. Amplificadores, toca-fitas, rodas em vários estilos, bancos, buzinas, relógios, vidros fumé ou degradê, enfim, tudo que vai deixar seu carro uma máquina invejável. Agora escolha. Se você quiser apenas instalar som no seu carro e pendurar coisinhas nele, tem mil lugares para isso. Mas se você quiser sonorizar e equipar mesmo só tem um lugar:

EQUIPADORA LÁZARO GARANTIA DE SUA TRANQUILIDADE

Avenida Deodoro, 431 — Natal-RN
Telefone: 222-0284
Amplio estacionamento.

sim estarei seguro de haver conciliado o interesse de ambos e haver evitado ao máximo, problemas de tráfego”.

SANEAMENTO NO ALECRIM

— Os comerciantes colocaram como problema de higiene e saúde pública o saneamento básico do Alecrim. José Agripino aceitou a colocação e definiu o programa como prioritário. O Alecrim, segundo o prefeito, “*será um dos primeiros bairros a ser beneficiado com obras de esgoto, pois esta é uma obra da maior utilidade para a comunidade alecrinense*”.

FESTEJOS TRADICIONAIS —

A Prefeitura poderá contribuir para a promoção de festividades populares tradicionais, mas isto é agora assunto da EMPROTURN (Empresa de Turismo do Estado). A Secretaria Municipal de Turismo será extinta e incorporada à EMPROTURN, convertendo-se em uma de suas diretorias. A providência, segundo opinião de Agripino “*poderá bene-*

ficiar a política de turismo, até porque a EMPROTURN opera com verbas federais — da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) — com maiores recursos financeiros para incrementar, de fato, o turismo”. Mas prometeu estudar proposta dos lojistas no sentido de dar mais ênfase às potencialidades turísticas de Natal — inclusive proporcionando um calendário oficial de festividades, a exemplo do que ocorre com Salvador.

Para Zildamir, “*Natal possui uma vocação turística irresistível, com a mesma potencialidade de Olinda, por exemplo*”. E com uma vantagem sobre as demais cidades turísticas brasileiras, segundo o dirigente lojista: “*Não existe aqui um sub-produto do turismo chamado especulação*”. Além disso, continua Zildamir, “*temos muitas alternativas para o tipo de turismo procurado principalmente pelos brasileiros do Centro-Sul: o lazer puro, ainda não poluído e com uma boa infraestrutura hoteleira e de entretenimentos*”. Resta apenas, no entendimen-

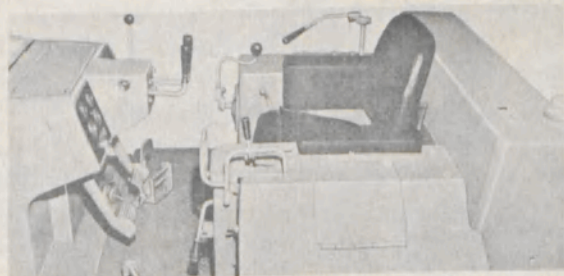
to de Zildamir, a promoção oficial dessas oportunidades e a divulgação de um calendário de festejos.

A ARTE DO DIÁLOGO — Além da contribuição do empresariado para melhoria da vida comunitária, é da maior importância o exercício do diálogo entre um governante e líderes da comunidade. A prática estava esquecida, desde quando no âmbito estadual alguns governantes resolveram adotar o modelo absolutista de certos monarcas de antigamente, em oposição à consulta às bases do seu Governo. E houve um deles que, sempre que se referia aos empresários potiguares, era para taxar os seus representantes de incompetentes ou inidôneos, por isso mesmo não merecedores da atenção do poder público.

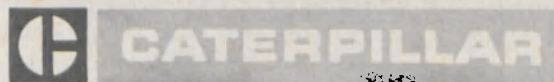
Seguindo o bom exemplo do prefeito José Agripino, resta agora ao governador Lavoisier Maia, na área estadual, abrir as oportunidades de diálogo com os setores mais representativos da sociedade norte-riograndense.

Parecia impossível fazer o D6 mais produtivo. Mas a Caterpillar conseguiu!

Aperfeiçoar um Trator como o D6C parecia realmente uma tarefa muito difícil. Mas os Engenheiros de Projeto da CATERPILLAR conseguiram a proeza, através do novo D6D, a máquina do seu porte que dá maior produção, seja nos campos de cultivo, construindo estradas, canais, açudes, barragens, enfim, todas as benfeitorias necessárias.



O Trator da esteira D6D, fabricado no Brasil, é de operação e manutenção ainda mais fáceis, possibilitando maior produtividade e economia.



marcosa s.a. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

NATAL — R. G. do Norte
Trav. das Donzelas, 311

J. PESSOA — Paraíba
BR-101, nº 235

FORTALEZA — Ceará
Rua João Moreira, 359

**TEMOS TUDO
PARA LHE
SERVIR BEM.**



Galvão Mesquita Ferragens S/A



Casa Lux S/A

Rua Dr. Barata, 217/219 — Fones: 222-2968, 222-2983, 222-4145, 222-4142 e 222-2819
Rua Dr. Mário Negócio, 1451 — Fone: 222-2149 — Rua Segundo Wanderley, 651 — Fone: 222-2850
Rua Dr. Barata, 194/200 — Fones: 222-0048, 222-2785 e 222-3008 — Rua Amaro Barreto, 276
Fone: 222-1500 — Av. Rio Branco, 643. — Fones: 222-2841 e 222-3034.



Anotações para uma nova ética (2)

AUSTERIDADE: BOA PALAVRA, PÉSSIMOS EXEMPLOS

O vocabulário anti-inflacionário incorporou uma nova palavra de ordem: austeridade. Significa, positivamente, parcimônia nos gastos públicos, exclusão do supérfluo, proscricção de mordomias e privilégios de representação — até a seletividade nos subsídios financeiros das agências oficiais de crédito.

Vamos por etapas.

Se a austeridade utilizada como estratégia significa, fundamentalmente, racionalização dos fatores escassos no País, principalmente recursos internos de capital, tudo bem. Melhor ainda, se os investimentos públicos aceitarem a disciplina do vocábulo. Como a palavra de ordem partiu do Governo, este deve tomar a dianteira, exemplificando.

O CAPITALISMO IMPRODUTIVO — Primeiro, promovendo-se o saneamento do mercado financeiro, para evitar a impunidade de um tipo de capitalismo improdutivo, nocivo ao desenvolvimento econômico integrado, cujos efeitos já se fazem sentir nas disparidades entre os resultados dos esforços produtivos e a mais desavergonhada especulação. Empresas como a Copersucar, por exemplo, que registrou um prejuízo de 1,5 milhão de cruzeiros em resultados operacionais, teve um lucro líquido de 100 mil cruzeiros. Mágica? Nada disso: aplicações no mercado financeiro, cujos resultados — lançados como receita não operacional — atingiram Cr\$ 1,6 milhão, o suficiente para absorver o prejuízo e ainda oferecer lucro.

Os apressados até poderão imaginar que a alternativa é boa, porque rentável. Mas não é. Ao contrário, é de péssima qualidade para o País. Imaginem se todos os empresários brasileiros raciocinassem da seguinte forma: meu capital está comprometido com um negócio produtivo, mas muito arriscado — porque sujeito aos caprichos do mercado, além de se envolver com inúmeros compromissos sociais e fiscais, assumidos com o Governo e a sociedade. Contrariamente aos riscos naturais do negócio, e toda soma de obrigações, existe uma possibilidade de fazer meu capital trabalhar sem problemas, desobrigado, numa si-

tuação de rentabilidade comparável ao lucro líquido oferecido pelo negócio: aplicá-lo no mercado financeiro. Conclusão: a agiotagem compensa — ao contrário do esforço produtivo. É o capitalismo fisiológico, aniquilando todas as esperanças de compromisso com uma função socializante. E ainda, levando ao fracasso os propósitos de produtividade programados pelo Governo. Nesse caso específico — de aplicações na chamada “corrente da felicidade” — os mecanismos tributários funcionariam como desestimulantes, através da aplicação de elevadas alíquotas de Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, incidentes ao investidor. E por que o Governo não adota esta providência, preferindo-a, ao invés utilizar-se de mecanismos tributários para redistribuir a renda, uma empreitada desde já fadada ao insucesso? E tais mecanismos tributários não poderão vir desacompanhados de decisão que estabeleça valores fixos para cobrança de juros sobre empréstimos e financiamentos.

A ESTRATÉGIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO — Segundo: reexaminar-se os objetivos políticos da estratégia econômica, eliminando-se a proposta hegemônica — que parece ser o maior objetivo dos estudos Geopolíticos. O “sistema” pretende que o Brasil seja uma potência mundial. Pelo menos, esta é uma proposta dos estudos Geopolíticos desenvolvidos pelos generais Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos. E a tese é justificada pelo “destino manifesto” na Nação brasileira, pelo papel que ora desempenha e que sempre lhe foi conferido por seus vizinhos, de líder continental — apesar dos protestos argentinos. Não discutimos a tese, nem dela discordamos. Afinal, todos os brasileiros sonhamos com a glória, somos ufanistas. Discordamos é de sua oportunidade, no momento em que procuramos o equilíbrio social, em que o modelo econômico, a despeito da euforia de 1968/74, serviu para realçar mais ainda nossas desigualdades sócio-econômicas internas.

Encher as panelas do povo tem um sabor mais realista, não fosse também mais humano. E

mais coerente com o momento de conciliação nacional, apenas para dar razão a Ludendorf e Robert McNamara, ambos estrategistas. O primeiro, apesar de responsabilizado pela derrota alemã na Primeira Grande Guerra, transferiu a culpa para o próprio povo alemão, porque a guerra seria "a ação total do povo inteiro". Onde não há consenso, portanto, não poderá haver expectativa de vitória. O segundo, ex-secretário da Defesa dos Estados Unidos, é atualmente, presidente do Banco Mundial. Apesar de ideólogo do Pentágono, compromete-se com problemas de estratégia do desenvolvimento. Para ele, sem desenvolvimento não poderá haver segurança, porque a própria miséria produz a insurreição. Daí porque, louvados nas teses mais insuspeitas para o "sistema", preferimos a alternativa de encher as panelas. Tal como na colocação de Félix de Athayde: "Uma pátria grande não faz, necessariamente, seus filhos mais felizes... é melhor criar galinhas para o guisado ou para a canja. Só quem está com a barriga cheia tem a sensação de ser potência".

ANGRA DOS REIS — A proposta hegemônica não tem características de austeridade. O "Projeto Angra dos Reis" não é exatamente o tipo de investimento que se poderia definir como compulsório, a bem do interesse público. Há quem afirme — inclusive cientistas atômicos — que a capacidade energética instalada no País, contando-se com a Hidrelétrica de Itaipu, é suficiente para atender às necessidades de consumo do Brasil até o final do século. Naturalmente, sem contar com o potencial energético inexplorado. O que significa dizer que as Centrais Atômicas de Angra dos Reis atendem a um propósito eminentemente político — de hegemonia nacional, de equilíbrio de forças com a vizinha Argentina que possui, já em funcionamento, instalações similares.

E aqui fazemos um parêntesis para lembrar que não confundimos — ninguém deve confundir — expansionismo com soberania, nem hegemonia com desenvolvimento. Nunca é demais, entretanto, repetir que não discordamos da proposta hegemônica, afinal, um dos sub-produtos do desenvolvimento econômico, mas o objetivo do desenvolvimento é o homem. Portanto, a questão se resume em hierarquizar a estratégia, dando prioridade ao "manifesto destino" do homem: sobreviver.

A "VIA COSTEIRA" — Terceiro: se valer o compromisso de austeridade no trato das coisas públicas, apregoadó é recomendado pelo Governo

Federal, como estratégia anti-inflacionária, sequer se cogitaria em obras **monumentais** (na melhor expressão textual). Por exemplo, a "Via Costeira", aqui, no Estado. Uma obra faraônica, muito boa para Acapulco ou Bahamas, desaconselhável para o Nordeste. O mais curioso é que esta maravilhosa estrada, cujo projeto somente já vem custando dezenas de milhões de cruzeiros, segundo o humor popular, liga **daqui** a **acolá**.

E quanto será o custo total da obra? Certamente muitas vezes maior que o custo da residência oficial do Governo (cerca de Cr\$ 20 milhões), coincidentemente, na mesma região. Todavia, a isenção com que devem ser tratados os assuntos de interesse público nos recomenda uma justificativa: os recursos para construção da "Via Costeira" serão dotados pelo Governo Federal. É pegar ou largar. Certo. Mas, por que a alternativa da majestosa estrada, se é uma obra que tem recebido da comunidade — a quem supostamente serviria — as mais severas críticas? Por que não foram "descobertos" recursos, por exemplo, para urbanização da Avenida Bernardo Vieira, um eixo de desconcentração de tráfego tão importante quanto a Avenida Prudente de Moraes — esta sim, uma obra da maior importância. Será porque a destinação da "Via Costeira" é **monumental**?

O MONUMENTALISMO — É difícil aceitar num governante nordestino a vocação para realizações "monumentais". Mas que existem, existem. Os adeptos do autoritarismo têm uma concepção bastante particular do interesse público. Quem define "interesse público" em última instância, é a comunidade. Principalmente quando os governantes não recebem o referendo popular aos seus programas, através do voto.

O monumentalismo tem uma mística irresistível nos países pobres — e nos novos-ricos — pela versatilidade de seus objetivos: cartão de visitas "para turista ver" e vender a imagem de fartura do novo-rico; perpetuar, no concreto e no aço, a memória do governante de plantão; dar forma às realizações apregoadas em praça pública, na época de eleições. Esta última, é uma razão mais honesta, porque mais verdadeira principalmente nos feudos do Nordeste. O povo assimila melhor o trabalho de seus governantes, a partir de uma estrutura de concreto, ou de um traçado de asfalto, porque **vi** **sentiu** e **testemunha**. **É difícil e dar testemunho de obras de saneamento básico, de medicina preventiva ou de alfabetização. Embora o depoimento de várias gera-**

ções — a própria memória nacional — dependa desses programas.

O MODELO AMERICANO — Concluintes da Escola de Engenharia da UFRN (da turma de Fernando Bezerra, diretor da Ecocil), de volta de uma excursão aos EEUU, trouxeram de lá um depoimento inesperado: as universidades que visitaram eram construções austeras, com salas de aula separadas até por tabiques. Mas, possuíam todos os equipamentos necessários à pesquisa e ciência aplicada.

Uma das características das instituições públicas americanas é o despojamento. O que se vê de suntuosidade, de grandeza, de monumental — pelos filmes e na televisão — são empreendimentos de natureza privada. A megalomania estrutural é muito mais uma característica da sociedade americana — o famoso “american way of life”. O Governo pretende a hegemonia, o que é outra estória.

Entretanto, apesar do “monumentalismo” do cidadão americano, este é profundamente avarento quando se trata da aplicação de seus impostos. Aí, a coisa muda. A conscientização do contribuinte americano, no que concerne à destinação de seus impostos, é estória já conhecida. Pois bem, um ditado irônico, muito em moda nos anos sessenta (“O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”) deveria ser praticado hoje. Por que só copiamos o pior, dos modelos americanos?

Talvez por isso, a pátria preferencial da democracia e dos direitos civis tem tantos opositores no Brasil. A fórmula capitalista liberal, por exemplo, só encontra fundamento na nação americana — talvez porque só tem servido seus interesses em além-mar. Mas isto é outro assunto.

GOVERNO E CUSTO DE VIDA — Quarto: a austeridade nos investimentos públicos deve corresponder a uma austeridade nos custos dos serviços públicos, igualmente, como receita anti-inflacionária.

Sandra Cavalcanti, ex-deputada e ex-candidata ao Senado pela Arena carioca, descobre novos aceleradores inflacionários. E onde estão localizados tais “aceleradores”? Nos serviços públicos. Também não atinamos com a idéia até que a ex-deputada começasse a explicar que os compo-

nentes mais pesados no orçamento popular são as tarifas de energia elétrica, água, telefone, impostos e prestações do BNH.

E desafiou a população brasileira a fazer os cálculos para comprovar sua denúncia, inclusive, estabelecendo comparativos com os índices de aumento dos demais componentes, até de alimentação. Para Sandra Cavalcanti, o Governo fala de “barriga cheia”, com inteiro conhecimento de causa.

Diante dessa afirmação, é importante absorver o sentido do alerta que vem fazendo Cassiano Arruda, em sua coluna do Diário de Natal, sobre os lucros nas sociedades de economia mista.

CAPITALISMO DE ESTADO — É realmente uma anomalia, um serviço de utilidade pública operar em função de lucros. Pior ainda, se faz habitualmente aplicações das contribuições públicas no mercado financeiro. A expectativa de lucros, sistemática, programada, só é compreensível em empresas públicas, num modelo de capitalismo de Estado.

Sempre pensamos, talvez por coerência com as lições dos publicistas, que a função empresarial do serviço público só se justificasse se fosse dirigida ao interesse público, para atender a uma função social. Nesse sentido, é evidente que o lucro poderia ser um evento acidental, como resultado do eficiente desempenho da empresa. Mas, nunca proposital. Este objetivo é da iniciativa privada.

E o propósito do lucro se evidencia nos repasses freqüentes aos usuários, de reajustes decorrentes de aumento nos preços e compatibilização com a taxa inflacionária. Se a pretensão dos repasses fosse a de manter uma situação de equilíbrio financeiro, já não seria o ideal, porque equilibrar receita e despesa denota um certo imobilismo em termos de investimento, mas, seria aceitável. Agora, repassar os excedentes para manter resultados lucrativos de exercícios anteriores é, no mínimo, especular com as contribuições do público usuário dos serviços. Daí porque, objetivar o lucro em prejuízo do orçamento do consumidor, enquanto serviço de utilidade pública, a serviço da sociedade, é um contra-senso e uma inversão de princípios de austeridade.

T. BARRETO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

C. G. C. 08.320.244/0001-63 - CAPITAL AUTORIZADO Cr\$ 250.000.000,00 - Av. Salgado Filho, BR-101, Km 2

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Atendendo ao que estabelecem as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à aprovação e deliberação dos Senhores Acionistas, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados Financeiros, bem como, o Parecer do Auditor Independente relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1978.

Nesta oportunidade, desejamos esclarecer que as referidas peças contábeis atendem, integralmente, às exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e, ainda, terer ligeiros comentários, julgados oportunos, quanto à gestão dos negócios da empresa durante o exercício que passou.

O faturamento apresentado, embora pequeno, resultou de um esforço no sentido de disciplinar as vendas, garantindo um

retorno bem melhor do que nos exercícios anteriores, haja vista o melhor índice de liquidez apurado.

Do ponto de vista de capitalização, ou seja, no sentido de melhorar o giro da comercialização dos nossos produtos, tivemos a satisfação de contar com um acréscimo de capital social, integrado com recursos próprios dos acionistas, bem como, uma parcela ponderável oriunda do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, o que, certamente, garantirá maior flexibilidade operacional no exercício seguinte.

Ao finalizarmos as nossas apreciações, não poderíamos esquecer o apoio moral e financeiro recebidos em nossa caminhada, externando nossos agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Norte, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao Banco do Brasil S. A., ao Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ao

Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S. A. (BDRN), ao Banco do Estado do Rio Grande do Norte S. A. (BANDERN), ao Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), à rede bancária particular, aos demais órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e Entidades de Classes Produtoras, à nossa distinta clientela, aos nossos fornecedores, aos auxiliares e colaboradores de todos os níveis que, com maior ou menor parcela de responsabilidade, nos ajudaram na consecução dos nossos objetivos; e ressaltar, enfaticamente, a confiança com que nos honraram todos os acionistas, para os quais continuamos ao inteiro dispor, a fim de prestar-lhes quaisquer informações, porventura, julgadas oportunas.

Natal (RN), 20 de março de 1979

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

ATIVO		PASSIVO	
1 - ATIVO CIRCULANTE	202.829.171	4 - PASSIVO CIRCULANTE	87.238.490
DISPONIBILIDADES	12.363.529	CREDORES DIVERSOS	85.830.085
Bens Numerários a vista	1.994.799	Credores por Duplicatas	33.441.413
Bens Numerários em Bancos	8.374.903	Bancos com Empréstimos	36.276.562
Bens Numerários em Trânsito	1.993.827	Bancos com Financiamentos	15.430.000
DIREITOS REALIZÁVEIS	190.465.642	Contas a Pagar	399.418
ESTOQUES	95.510.988	Dividendos a Pagar	282.892
Almoxarifado	18.977.973	RESPONSABILIDADES TRANSITÓRIAS	1.408.405
Produtos em Elaboração	33.588.915	Contribuições a receber	317.833
Produtos Elaborados	42.964.100	ICM a Recolher	307.321
CRÉDITOS	60.148.429	IPi a Recolher	673.408
Devedores p/ Duplicatas	90.942.793	Imposto de Renda na Fonte	110.043
- Títulos Descontados	32.883.476	5 - PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	42.144.910
- Provisão p/ Risco de Crédito	2.728.283	CREDORES DIVERSOS	42.144.910
Títulos e Valores Mobiliários	3.870.299	Bancos c/ Financiamento	42.144.910
ICM a Recuperar	637.518	6 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	191.947.101
Importação em Andamento	23.582	CAPITAL SOCIAL	145.982.533
Adiantamentos a Fornecedores	288.000	Capital Autorizado	250.000.000
DIFERIDO	34.806.225	- Capital a Subcrever	103.233.592
Despesas de Exercícios Seguintes	34.806.225	- Capital a Realizar	783.875
Despesas a Apropriar	34.806.225	RESERVAS DE CAPITAL	40.685.718
2 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.359.140	Reservas de Corr. Monet. do Capital	40.685.718
DIREITOS REALIZÁVEIS	2.359.140	RESERVAS DE LUCRO	5.278.850
CRÉDITOS E ESTOQUES	2.359.140	Reserva Legal	1.786.859
Depósitos Vinculados	784.581	Reserva p/ Aum. de Capital Lei 3922/71	2.916.890
Obrigações de Eletricidade	284.713	Reserva p/ Aum. de Capital Lei 4238/83	575.101
Títulos e Valores Mobiliários	388.271	3 - ATIVO PERMANENTE	116.142.190
Terrenos a Comercializar	921.575	IMOBILIZADO	86.625.722
3 - ATIVO PERMANENTE	116.142.190	Terrenos	414.026
IMOBILIZADO	86.625.722	Obras Preliminares e Complementares	7.739.889
Terrenos	414.026	Construções e Edificações	51.898.434
Obras Preliminares e Complementares	7.739.889	Instalações	17.070.514
Construções e Edificações	51.898.434	Máquinas e Equip. Nacional	19.313.483
Instalações	17.070.514	Máquinas e Equip. Estrangeiros	790.577
Máquinas e Equip. Nacional	19.313.483	Veículos	1.168.054
Máquinas e Equip. Estrangeiros	790.577	Móveis e Utensílios	4.224.098
Veículos	1.168.054	- Depreciações Acumuladas	15.789.131
Móveis e Utensílios	4.224.098	DIFERIDO	29.516.488
- Depreciações Acumuladas	15.789.131	Despesas de Implantação	29.516.488
TOTAL DO ATIVO (1 + 2 + 3)	321.330.501	TOTAL DO PASSIVO (4 + 5 + 6)	321.330.501

NATAL (RN), 31 DE DEZEMBRO DE 1978

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 1978

1 - RECEITA BRUTA OPERACIONAL	128.885.209	(-) Impostos de Renda pago no período	575.101
1.1 - Venda de Produtos	128.885.209	10 - RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA	911.855
1.2 - (-) Anulação de Vendas	3.753.919	(+) Reversão de provisão p/ Devedores Duvidosos	2.578.248
1.3 - (-) Impostos Faturados	4.204.783	(-) Constituição de provisão p/ Devedores Duvidosos	2.728.283
2 - RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	118.908.507	11 - DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
(-) Custos dos Produtos Vendidos	59.424.705	Resultado da Correção Monetária	21.357.175
3 - LUCRO BRUTO	59.481.802	12 - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(20.597.356)
4 - DESPESAS OPERACIONAIS	58.070.249	13 - COMPENSAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
4.1 - Comercial	17.692.480	Reserva de Correção do Patrimônio Líquido	5.473.248
4.2 - Administrativas	13.826.541	Reserva de Correção Monetária do Ativo Imobilizado	15.124.108
4.3 - Tributárias	8.545.690	NATAL-RN, 31 DE DEZEMBRO DE 1978	
4.4 - Financeiras	14.878.051	TELMO BARRETO	WANDA LUSTOSA DA CÂMARA BARRETO
4.5 - Outras	1.327.507	Presidente	Diretor Administrativo
5 - DEPRECIAÇÕES	3.728.798	CPF 002838864-04	CPF 002838784-87
6 - RECEITAS FINANCEIRAS	1.317.425	FERNANDO CYSNEIROS JÚNIOR	TELMO BARRETO JÚNIOR
7 - LUCRO OPERACIONAL	1.000.182	Diretor Técnico	Diretor Comercial
8 - RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	486.775	CPF 019938844-53	CPF 071950054-34
9 - RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	1.486.956	JOSÉ MARQUES DE FARIAS	ITAMAR ANDRADE SALES
		Diretor Financeiro	Téc. Cont. CRC-CE n.º 2589 T RN
		CPF 002017664-34	CPF 010127703-20

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO — EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.78

GRUPO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			OUTRAS RESERVAS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Capital Integralizado	Correção Monetária do Capital Realizado	Reservas de Correção Monetária	Reservas Voluntárias p/ aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva Compulsória Lei 4236/63	Reserva p/ Manutenção Capital de Giro		
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	100.091.188	—	15.568.158	154.243	1.311.583	607.177	657.810	2.058.376	208.486	120.655.019
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES										
Redução de I. Rende Lei 4239/63	—	—	—	—	—	575.101	—	—	—	575.101
Redução de ICM Lei 3922/71	—	—	—	—	—	—	—	2.916.890	—	2.915.890
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL										
Recursos do FINOR	27.000.061	—	—	—	—	—	—	—	—	27.000.061
Recursos Próprios	1.791.514	—	—	—	—	—	—	—	—	1.791.514
Reservas Acumuladas	18.891.286	—	(13.415.680)	(154.243)	—	(607.177)	(657.810)	(2.058.376)	—	—
Crédito de Aclon. Aumento de Capital	208.486	—	—	—	—	—	—	—	(208.486)	—
CORREÇÃO MONETÁRIA ESPECIAL (LÍQUIDO)	—	—	8.948.854	—	—	—	—	—	—	8.948.854
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	—	46.158.966	4.022.778	—	475.278	—	—	—	—	50.657.018
COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS LEI 1.598	—	(5.473.248)	(15.124.108)	—	—	—	—	—	—	(20.597.356)
SALDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	145.982.533	40.685.718	—	—	1.786.859	675.101	—	2.916.890	—	191.947.101

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO CR\$ 1,32

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS

1. ORIGEM DOS RECURSOS	78.757.335	Diferido	(376.974)
Lucro Líquido do Exercício	(20.597.356)	Ativo Realizável a Longo Prazo	
Despesas que não representam desembolso de numerário:		Acréscimos	2.090.543
Depreciações e Amortizações	5.465.253	Passivo Exigível a Longo Prazo	
Correção Monetária do Balanço	59.605.872	Decréscimos	16.984.464
Realização do Capital Social			
Recursos do FINOR	27.000.061	3. AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	22.820.039
Recursos dos Aclionistas	18.891.286		
(-) Capitalização de Reservas	17.089.772	AUMENTO DO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	
Constituição de Reservas	3.491.991		
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	53.937.296		
Ativo Permanente			
Investimento	(401.477)		
Imobilizado	35.640.740		

VARIACÃO	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FIM DO EXERCÍCIO	VARIACÃO POSITIVA
Ativo Circulante	139.637.343	202.829.171	62.991.828
Passivo Circulante	47.068.701	87.238.490	40.171.789
Capital Circulante Líquido	92.770.642	115.590.681	22.820.039

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

NOTA 01 — PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os princípios e procedimentos contábeis mais relevantes adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas podem ser sintetizados como segue:

01.1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras

Elaboradas de acordo com os princípios contábeis de Legislação em vigor, classificando-as consoante os dispositivos da Lei 6.404 (Sociedade por Ações) em que foram feitas adaptações e outros procedimentos que facilitarão a sua apresentação, ajustadas para fins de comparabilidade, face terem sido adotadas em 1978 as disposições da nova legislação societária e fiscal.

01.2 — Circulante

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis no prazo de um ano estão classificados como circulante.

01.3 — Estoques

São demonstradas ao custo médio de compra ou de produção, que não excede o custo de reposição ou o valor de realização.

01.4 — Provisão p/ Risco de Crédito

Constituída dentro do limite máximo admitido como despesa dedutível pela legislação do Imposto de Renda, cujo montante achamos suficiente para cobrir as possíveis perdas que poderão decorrer da realização de devedores por duplicatas.

01.5 — Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, mais correção monetária, baseada em normas e coeficientes oficiais. A depreciação é calculada de acordo com as seguintes taxas anuais fixas pelo método linear e absorvida diretamente nos resultados.

Instalações, Máquinas e Equipamentos	— 10% a a
Veículos	— 20% a a
Móveis e Utensílios	— 10% a a

01.6 — Despesa de Implantação

Deverão ser amortizadas pelo método linear com base em 5 anos e absorvidas diretamente nos resultados.

01.7 — Imposto de Renda

Nos termos da Lei 4.239/63, a companhia goza até o exercício de 1978, prorrogado até 1983, a redução de 50% do Imposto de Renda sobre os resultados das vendas de produtos de fabricação própria devendo, todavia, constituir reserva pelo valor equivalente ao de isenção e utilizá-la em Aumento de Capital.

As transações não contempladas pela redução e isenção estão sujeitas à tributação normal.

NOTA 02 — MUDANÇAS DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Como resultado, principalmente, das modificações introduzidas pela Lei nº 6.404/78 e Decreto-Lei 1.598/77, foram determinados critérios e práticas semelhantes aos utilizados no exercício anterior. As principais mudanças foram as seguintes:

- a) As despesas e receitas de exercícios futuros estão demonstradas como dedução das respectivas obrigações a pagar e a receber, até o exercício anterior às despesas e receitas de exercícios futuros eram demonstradas no ativo de resultado pendente e no passivo de resultado pendente, respectivamente.
- b) Teóricas de Inflação

O Patrimônio Líquido e Ativo Permanente foram corrigidos pela variação mês a mês, dos índices das Obrigações Realizáveis do Tesouro Nacional, desde 31 de dezembro de 1977.

Este novo procedimento de atualização do Imobilizado e Diferido, alterou os procedimentos anteriormente adotados. Reclassificar diretamente a Reserva de Capital o Resultado Líquido da Correção Monetária do Imobilizado; e computar os efeitos da inflação sobre o ativo monetário líquido, que eram conhecidos mediante a aplicação de índices oficiais a diferença entre o valor das aplicações permanentes e o Patrimônio Líquido no início do exercício.

NOTA 03 — CAPITAL SOCIAL

O Capital Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 1978, está representado por 36.233.442 AÇÕES ORDINÁRIAS; 23.771.439 AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "A"; 7.999.399 AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "B"; e 77.978.283 AÇÕES PREFERENCIAIS CLASSE "C", todas no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzreio). O Capital Autorizado é de Cr\$ 250.000.000,00.

No decorrer dos exercícios 1976, 1977 e 1978 o capital foi aumentado com os seguintes recursos.

SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	1976	1977	1978
Recursos dos Aclionistas	200.000	15.800.000	1.791.514
Recursos de 34/18 e FINOR	29.056.373	10.065.000	27.000.061
Reservas Manut. Capital de Giro	2.000.000	—	657.810
Reserva de Cor. do Ativo Imobiliz.	1.144.078	2.290.405	13.415.680
Reserva Compulsória Lei 4.239/63	296.810	413.950	807.177
Reserva p/ Aum. Capital Lei 3.922/71	1.624.788	1.242.811	2.058.376
Outras Reservas de Lucros	38.930	1.121.336	382.729
Aumentos	34.920.877	34.982.302	45.891.347

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ilm^{as}. Srs. Diretores
T. BARRETO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Examinando o Balanço Patrimonial de T. Barreto Indústria e Comércio S/A, levantado em 31 de dezembro de 1978, e as correspondentes Demonstrações de Resultados, Origem e Aplicação de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido correspondentes ao exercício findo naquela data. O exame foi efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos e, conseqüentemente, inclui provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários, segundo as circunstâncias.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira de T. BARRETO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, em 31 de dezembro de 1978, o resultado de suas operações e mutações do seu Patrimônio Líquido, Origem e Aplicação de Recursos do exercício findo, de conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e com os padrões estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários — CVM e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

Natal, 13 de março de 1979

IVANILDO ALVES MESSIAS
Auditor Independente/PP
Conselho CRC-691-RN
CPF 011.438.754-00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Submetidos à nossa manifestação, em cumprimento das disposições estatutárias, o Relatório e as Contas da Diretoria, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1977, cumpre-nos informar que, baseados nas notas explicativas e exaustiva análise procedida pelo Auditor Independente, os documentos examinados refletem, não apenas as exigências de Ordem Legal, como também espelham resultados reais.

Pelo exposto, nos manifestamos pela sua aprovação.

Natal-RN, 23 de março de 1979

TELMO BARRETO
Presidente

SEBASTIÃO FIGUEIREDO DA SILVA
Vice-Presidente

FRANCISCO LEOPOLDO DA SILVEIRA
Conselheiro

J. MOTTA

UM EXEMPLO DE QUE A UNIÃO FAZ A FORÇA

J. Motta Indústria e Comércio é hoje uma das mais sólidas empresas do Rio Grande do Norte, comandada por um homem que, aos 84 anos de idade, continua dando lições impressionantes de vivacidade empresarial. Como uma sociedade eminentemente familiar (João Francisco da Motta, sua mulher, seus 13 filhos e 52 netos detêm 87 por cento do capital social), a indústria tem crescido graças ao espírito de união e de luta. Agora, visando fortalecer ainda mais essa união familiar na empresa, João Motta está doando a cada filho 1 milhão de ações e mais 50 mil para cada neto. O seu grande desejo é que, lutando unida, a família continue alcançando objetivos cada vez mais altos.

Consolidada por uma atuação constante desde 1935 em Natal J. Motta Indústria e Comércio S/A é hoje uma das maiores e mais conceituadas empresas do Rio Grande do Norte. A mentalidade de seus dirigentes comandados por um "velho-moço" altamente capacitado, que aos 84 anos de idade continua dando aulas de vivacidade empresarial, tem feito da empresa um exemplo de organização e de dinamismo.

BREVE HISTÓRIA — "Ao ser implantado no ano de 1935 às margens do rio Potengi, o então Curtume São Francisco não passava de uma simples fábrica onde os recursos eram próprios e os "incentivos" eram a fé e confiança na capacidade realizadora dos nordestinos" — é o que afirma Roberto Coutinho da Motta, do Setor Administrativo da empresa, que continua seu relato: "No local onde inicialmente foi implantado o Curtume, trabalhou-se até o ano de 1970. A partir desse ano a empresa passou a ocupar, ao invés de uma área de 12.800 m² como era a anterior, uma nova área de 15.000 m², ainda às margens do Potengi, mas no Km 6 da estrada Natal/Macaíba, onde, entre empregados e dependentes são beneficiados direta e indiretamente cerca de 1.500 pessoas".



João Francisco da Motta:
"Com união, alcançamos muito cedo os objetivos desejados".

ÁREA SOCIAL — Na realidade o setor de assistência social da empresa, sob a orientação de competente profissional, está sempre atuante, oferecendo completa assistência médica, fornecendo medicamentos através de convênios, bolsas de estudo para servidores e seus dependentes através do sistema de salário-educação, formação profissional através de cursos, estágios e treinamentos, e ainda prêmios de frequência e produtividade para todos os empregados.

MERCADO — O mercado interno brasileiro absorve cerca de 60% dos couros produzidos no País, sen-

do a produção restante exportada sob o regime de cotas fixadas pela CACEX.

No Nordeste, o mercado interno consome apenas 2 a 3% da produção, um percentual ínfimo, que tem sua explicação através de João Antônio Coutinho da Motta, um dos dirigentes da firma:

"Por falta de um polo calçadista na região Nordeste, somos obrigados a comercializar a parte destinada ao mercado interno da região, nos polos do Sul, principalmente nas praças do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul onde mantemos nossos armazéns de distribuição. Lá enfrentamos forte concorrência dos demais curtumes que se encontram localizados praticamente às portas das grandes fábricas de calçados, em Estados onde há abundância de couros (matéria-prima) e indústria química desenvolvida. Foi assim pela necessidade de concorrer nos grandes centros calçadistas do Sul que resolvemos instalar Armazéns de Distribuição nos Estados onde o fluxo de venda é grande" — afirma João Francisco da Motta, que conclui:

"Há 40 anos temos armazém no Rio de Janeiro. Hoje são dois armazéns, um dos quais em prédio pró-

prio; em São Paulo mantemos há 30 anos um armazém de distribuição, também em prédio próprio; e em Novo Hamburgo instalamos há alguns anos um armazém para atender à grande indústria de calçados existente naquela cidade gaúcha''.

O que realmente equilibra e beneficia as indústrias que lidam com o tratamento e beneficiamento do couro é sem dúvida alguma a exportação. É através da exportação que as empresas obtêm negócios individualmente maiores, melhores conhecimentos de "know how" e lucro que o mercado interno não pode oferecer. João Francisco da Motta reconhece isso:

"A partir de 1969, quando o Governo permitiu a exportação do nosso produto, as coisas começaram a mudar, para melhor; as exportações vêm salvando o negócio e se essa permissão do Governo, embora com cota fixada indistintamente para cada exportador, vier a cair, tenho certeza que ocasionará prejuízos enormes para a maioria dos curtumes, notadamente os da região Nordeste''.

DIVISAS — O desenvolvimento constante que vem acontecendo com a crescente procura dos produtos da empresa *J. Motta Ind. e Com. S. A.* por parte do mercado importador, principalmente dos Estados Unidos, Canadá, Japão e toda a Europa, tem resultado em divisas para o Rio Grande do Norte. No ano de 1978 as exportações dos produtos deste Curtume alcançaram 2,4 milhões de dólares, representando 9,7% das exportações totais do Estado e 31,6% das exportações gerais de manufaturados.

Os números bem demonstram a contribuição atual e o que muito significa para o Estado essas exportações. *"Para se alcançar um bom índice de aceitação nessas exportações é necessário cumprir alguns itens importantes que cumprimos estritamente, como sejam: a boa qualidade das mercadorias, pontualidade na entrega, classificação correta e peso certo. Isto tudo é fundamental para alcançar a preferência do mercado externo onde há 15 anos vimos*

atuando e gozando de um conceito inabalável'' — explica João Francisco da Motta.

MATÉRIA-PRIMA — O couro bovino, a pele de caprino ou de ovinos são as matérias-primas usadas pelo Curtume de *J. Motta Ind. e Com. S/A.* Para a atual produção, apenas 34 a 40% das matérias-primas são supridas pelo mercado do nosso Estado, sendo o restante adquirido em outros Estados nordestinos, desde Minas Gerais ao Maranhão.



João Coutinho da Motta considera que a falta de um polo calçadista no Nordeste obriga o Curtume a buscar os mercados do Sul do País e do exterior.

CRÉDITO — Longe estão os tempos das crises pelas quais passou a empresa nos anos de 1937/38, quando a falta de capital e de transporte levaram-na a uma situação difícil, somente contornada com um trabalho dobrado de todos para levar adiante o empreendimento. Recorda bem João Francisco da Motta que, após 60 anos de lutas e ainda em plena atividade, acha as circunstâncias atuais muito mais propícias para o desenvolvimento das indústrias do que em tempos anteriores. A sua vitória como industrial é explicada através de simples palavras:

"Para vencer no ramo não é necessário simplesmente ter dinheiro. Esta é uma indústria muito complexa e difícil de se trabalhar. É preciso que se tenha conhecimento profundo, disposição para ganhar pouco trabalhando muito e paciência para esperar alguns anos até conseguir se

impor no mercado através da perfeição dos produtos e corretismo na direção dos negócios. Hoje tudo está mudado, para melhor, e nossa Empresa dispõe de crédito ilimitado, efetuando transações com quase toda a rede bancária da nossa praça, que sempre nos ofereceu crédito quando necessitamos, especialmente o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco do Estado de São Paulo''.

FAMÍLIA — *J. Motta Ind. e Com. S/A* é uma sociedade anônima diferente; 87% do seu capital subscrito e realizado pertence à família Motta (João Francisco da Motta, sua esposa, 13 filhos e 52 netos, todos eles acionistas da Empresa). *"Esta união de todos para um só ideal foi o que contribuiu para que a firma chegasse à excelente situação atual''* — é o que afirma com justificado orgulho, o patriarca da família e fundador da empresa, João Francisco da Motta, que recentemente, visando continuar com essa agregação familiar na empresa, acaba de fazer uma significativa doação de 1 milhão de ações para cada filho e de 50 mil ações, para cada neto. *"Família que é unida permanece unida, e a união na administração de uma empresa é tudo. Graças a Deus, todos nós que somos da família e acionistas da empresa, trabalhamos unidos pelo seu desenvolvimento e devido a esta união alcançamos muito cedo os objetivos desejados''* — afirma satisfeito João Motta.

SITUAÇÃO — É excelente a situação atual da empresa em todos os setores. Com um Capital de Cr\$ 122 milhões e 500 mil (dos quais Cr\$ 107 milhões pertencem à família Motta), com crédito corrente em toda rede bancária e com um cronograma de produção para 1979 já totalmente alcançado de 1.000 couros bovinos e 1.000 peles de caprinos/ovinos por dia, *J. Motta Indústria e Comércio S/A* partiu também para sua expansão administrativa, iniciando a construção do edifício-sede da sua administração, para atender às necessidades de espaço e melhor localização de todos os seus serviços.

AGENDA DO EMPRESÁRIO

OBRIGAÇÕES PARA O MÊS DE MAIO

O empresário deve observar os seguintes prazos para atendimento de obrigações fiscais e sociais:

Dia 2 — Inicia-se a entrega da relação nominal de empregados à Delegacia Regional do Trabalho, obrigatória para todas as empresas e para autônomos, ainda que sem empregados, quando neste caso deverão apresentar uma declaração negativa;

Dia 10 — Último dia para recolhimento do *PIS/Faturamento* referente a novembro/78, assim como *PIS/Folha de Pagamento* referente ao mesmo mês;

— Prazo final para entrega do DRC solicitando os DIPIS necessários ao cadastramento dos empregados admitidos em abril, ainda não cadastrados no PIS;

— Último dia para remessa das 2^{as}. vias das notas fiscais ao IBGE, referentes às operações interestaduais do mês anterior;

Dia 31 — Prazo final para recolhimento ao INPS dos valores descontados nas folhas de pagamento dos empregados, acrescidas da contribuição patronal sobre a remuneração paga ou devida no mês de abril;

— Recolhimento, à título de contribuição, pelas empresas que remuneraram trabalhadores autônomos: 8% sobre o que exceder o seu salário base até o limite do teto máximo de contribuição, relativas ao mês anterior;

— Prazo final para entrega do ISTR ao Banco do Brasil.

RURALNORTE

A *Secretaria da Agricultura* firmou convênio com a *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte — EMATER/RN*, no valor de Cr\$.... 1.120.000,00 para a execução do *Programa de Desenvolvimento de Áreas do Nordeste — RURALNORTE*, objetivando a contratação de pessoal. O convênio foi assinado no dia 2 de abril e publicado no Diário Oficial no dia 24.

DÉBITOS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

De conformidade com a Portaria 36 da Fazenda Nacional, foram alterados os limites máximos em valor originário e também o número de parcelas de débitos inscritos como dívida ativa da União. Por delegação de competência, os Procuradores-Chefes da Fazenda Nacional podem autorizar da seguinte forma:

a) nos Estados do Rio e São Paulo: Cr\$ 3 milhões para 5 milhões, mantido o número de 60 parcelas;

b) nos Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio Grande do Sul: de Cr\$ 1 milhão para 3 milhões, mantido o número de 48 parcelas;

c) nas demais unidades federativas: de Cr\$ 500 mil para Cr\$ 1 milhão, passando de 36 para 48 parcelas.

CAERN

Foi publicado no Diário Oficial do dia 25/04, o Balanço Patrimonial da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte — CAERN. O resultado final apresenta um prejuízo líquido de 15 milhões e 647 mil cruzeiros. Segundo o relatório da diretoria, “a região metropolitana contou para o equacionamento do seu crônico problema de abastecimento de água com a execução de importantes obras como as adutoras do Jiquí II e Extremoz, as quais foram orçadas em 150 milhões de cruzeiros, estando as mesmas em estado de conclusão”. Diz ainda o relatório: “Abastecimento de água de pequenas comunidades: foram beneficiados 25 municípios, atendendo a uma população de 48 mil habitantes; abastecimento d’água às comunidades médias e grandes: no presente programa foram aplicados recursos da ordem de 166 milhões de cruzeiros e beneficiada uma população de 695 mil habitantes”.

CONTA VINCULADA: MOVIMENTAÇÃO

Embora a Autorização para Movimentação (AM) de Conta Vinculada possa ser preenchida com o uso de carbono, as assinaturas, às quais se destinam seus campos 28, 35, 44 e 45, não mais podem ser reproduzidas por esse meio, de acordo com Circular nº 01 da Coordenadoria Geral do FGTS. Os bancos depositários devem devolver o documento ao sacador quando o preenchimento do mesmo não atender às novas exigências.

AGRO-INDÚSTRIA

Através do Decreto nº 7.556, de 16 de fevereiro de 1979, e publicado no Diário Oficial de 04 de abril de 79, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte concedeu à empresa *Mossoró Agro-Industrial S/A — MAISA*, estabelecida no Km 306 da BR-304 o incentivo fiscal previsto na alínea “a” do inciso I do artigo 3º da Lei nº 4.669, de 12 de setembro de 1977 (dedução de ICM para investimento), que se estende até 31 de dezembro de 1982. O incentivo de que trata este decreto, restringe-se à industrialização de sucos e nectares puros e em forma de “bland” de caju, ata, manga, abacaxi, melão, cajá, graviola, maracujá, tamarindo, pitanga, mamão e goiaba, bem como de doces cristalizados de caju, goiaba, manga, jaca, mamão e abacaxi.

VIA COSTEIRA

O contrato firmado no dia 13 de março de 1979 entre o Estado do Rio Grande do Norte, através de sua *Secretaria de Planejamento e Burle Marx e Cia. Ltda.* foi publicado no Diário Oficial de 06.04.79. O objetivo do contrato que atingiu o montante de Cr\$ 1.580.000,00 é a execução dos serviços paisagísticos da *Via Costeira*, que interligará as praias de Areia Preta e Ponta Negra, em Natal.

LIVROS: O MERCADO PODERIA CRESCER MAIS SE OS PREÇOS NÃO FOSSEM TÃO ALTOS

Embora venha se registrando um aumento médio de 10 por cento ao ano no volume de vendas de livros em Natal, ainda assim as nossas livrarias são forçadas a ingressar no ramo de papelaria e materiais de expediente para poderem sobreviver. De uma forma geral, os livreiros natalenses culpam o alto preço do livro como uma das causas principais do achatamento do mercado, que poderia ser muito mais amplo.

O comércio de livros, em Natal, tem crescido muito pouco, considerando-se a expansão populacional da cidade nos últimos anos. O hábito da leitura, pouco disseminado no Estado, reduz qualquer possibilidade de sobrevivência de uma livraria voltada apenas para o comércio de livros — daí a atividade paralela, e preponderante em termos de faturamento, da *papelaria*, que vende artigos escolares e material didático de uma forma em geral. O preço elevado dos livros — à parte a especulação com livros didáticos, por exemplo — é consequência da baixa tiragem (a pequena quantidade de volumes editados), o que encarece o custo de produção, e, conseqüentemente, o preço de venda. As soluções até agora apontadas para o problema do encarecimento dos livros, demonstram apenas a superfície da questão, encarando o fato como simples especulação dos livreiros, sem maiores considerações pelos problemas editoriais, por exemplo — ou a falta de estímulos capazes de baratear o produto, tais como campanhas institucionais que criem o hábito da leitura, ou incentivos oficiais para o comércio livreiro.

MATERIAL DIDÁTICO — O período de aulas começou há dois meses. Mas ainda é grande o movimento de procura de material escolar nas livrarias. Intenso também é o movimento que se insurge contra os preços dos livros escolares, e que



Gilson Pereira admite que o comércio de livros em Natal está "atingindo a maioria".

insinua a existência de uma "mafia" formada por editores, livreiros e professores, visando a especulação mais criminosa contra o consumidor. Houve pelos jornais natalenses, até casos de denúncias fundamentadas em que se provava o boicote à reciclagem de determinados livros escolares, uma vez que nas suas próprias páginas deviam ser redigidos os exercícios práticos que o inutilizavam para reaproveitamento futuro, forçando as famílias com mais de uma criança por exemplo, a adquirir o mesmo livro no ano seguinte. Segundo modismo recente, os acusadores afirmavam que grupos mul-

tinacionais estariam por trás de toda a especulação.

A verdade é que o comércio de livros tem apenas um pique nas vendas: a abertura do ano letivo. E nessa época, os editores pretendem se ressarcir dos custos não reembolsados, acumulados por todo o ano, porque a realidade é que a atividade editorial voltada para a publicação de livros não didáticos está fadada ao insucesso por falta de seu componente mais importante: o consumidor.

E o livreiro vai a reboque porque, afinal, este é o seu artigo.

PERTO DA MAIORIDADE — Gilson Pereira, diretor do grupo Walter Pereira — que concentra as Livrarias Universitária, Moderna e Ismael Pereira admite que em comparação com o pioneirismo de seu pai, o livreiro Walter Pereira, o comércio de livros "está atingindo a maioria porque, há vinte anos atrás, o movimento se mantinha praticamente inalterado. Hoje já se pode contar com uma taxa de crescimento anual de consumidores à base de dez por cento". Reconhece que ainda é pouco, mas "*bem melhor que registrar uma posição de manutenção apenas*". A dificuldade de sobrevivência das livrarias é para ele "*um fato comprovado. Os custos operacionais são bastante elevados e o produto tem uma comercialização muito complexa e lenta. Os livros técnicos, por exemplo, exigem do*

vendedor um certo conhecimento e além disso, como são editados com uma tiragem muito reduzida, em função do pequeno número de consumidores, têm um preço muito alto".

CAUSA E CONSEQUÊNCIA —

O preço é alto, justificam os editores, porque a tiragem é pequena e, conseqüentemente, os custos operacionais se elevam, sendo repassados no preço unitário de venda. Por outro lado, argumentam os consumidores, o livro não é adquirido porque o preço é alto. Qualquer dos ângulos do problema, é causa-e-efeito do seu oposto.

Carlos Lima, diretor da Livraria Clima, aponta uma solução para o problema gerado pelas editoras: a estatização. Segundo Lima, "o livro se torna caro, porque se está criando um círculo vicioso: os bons autores não são bem propagados porque seu público será reduzido. E se estes não se tornam conhecidos automaticamente o público passa a ler autores de qualidade inferior". O livro de sub-literatura, na opinião de Carlos Lima "é produzido e promovido através de um forte esquema publicitário, tornando seu preço exorbitante, mas, estranhamente, consumido pelo público que passa a ter uma falsa idéia da literatura brasileira e universal e ainda depõe contra o "preço" dos livros".

PORTELLA: A ESPERANÇA —

Tanto Carlos Lima quanto Gilson Pereira, acreditam que soluções compensadoras surgirão do próprio ministro da Educação Eduardo Portella, que "por ser um homem de boa formação intelectual, crítico literário, conhecedor profundo do problema, certamente trará uma solução definitiva", admite Carlos Lima.

José Pereira, diretor das livrarias Opção (Natal) e Abolição (Mossoró), afirma que o governo já vem tratando de garantir ao livro um preço acessível "através do Instituto Nacional do Livro (INL), editando livros didáticos e paradidáticos e obrigando o livreiro a respeitar o preço de capa". Quanto ao material didático, "também o governo o favorece,

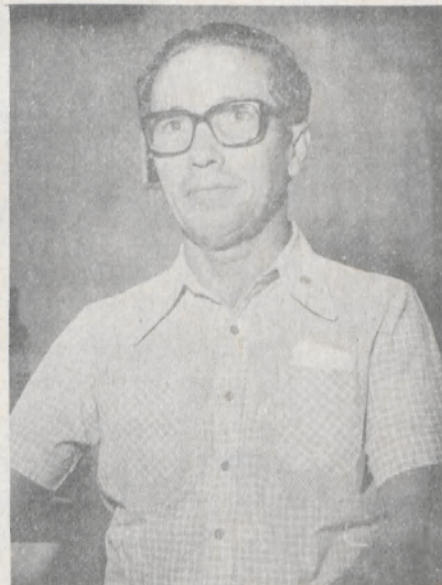


Carlos Lima confia na política do atual ministro da Educação e acha que haverá incentivos ao livro.

através do FENAME, a preços muito reduzidos". Continuando, assegurou que as bibliotecas públicas "trouxeram muitos benefícios, porque habituaram o público a leitura" e que não concorrem com as livrarias porque "quem tem o hábito da leitura gosta de formar sua própria biblioteca. Então a ação das bibliotecas, indiretamente, favorecem aos livreiros". Pereira garante que "trabalhar com livros é um sacerdócio — é preciso muito trabalho, dedicação, perseverança e acima de tudo muito amor". Baseia-se nas dificuldades encontradas no comércio.

A QUALIDADE DAS LEITURAS

— Seguindo o raciocínio de Carlos Lima, segundo o qual a produção em massa, amparada por forte campanha publicitária favorece a sub-literatura, Luiz Damasceno, um "expert" no assunto, om passagens pelas maiores livrarias de Natal e hoje à frente da Cooperativa Cultural da UFRN, explica que "sexo e violência têm um grande público. Os livros de bolso que tratam desses assuntos têm uma linguagem acessível à média dos leitores, seus temas são tratados com uma incrível semelhança com similares cinematográficos e são apoiados por excelentes apelos publicitários. Como se



José Pereira garante que "trabalhar com livros é um sacerdócio".

destinam ao grande público, com orientação definida, são produzidos em massa, a preço portanto acessível". Ao invés, "a boa literatura não visa efeitos promocionais. Não é indústria na acepção mercantilista do termo — não utiliza "marketing" não se oferece ao consumo de massa". Tem portanto, "uma tiragem limitada e o seu preço tem de cobrir os custos editoriais". A cooperativa é uma solução, na opinião de Luiz, porque "o trabalho seria dividido e a própria associação de esforços traria uma substancial economia de custos". Além, é claro, "de proporcionar uma estrutura empresarial que cuidasse da promoção e comercialização do livro".

EXPERIÊNCIA COOPERATIVA

— A Universidade do Rio Grande do Norte inaugurou ano passado, uma Cooperativa para comercialização de livros. Seu objetivo é proporcionar à população universitária (estudantes, professores e funcionários) preços mais acessíveis na aquisição de livros. Rui Santos, presidente da Cooperativa, acredita que seu objetivo foi alcançado: "Comercializamos por mês, mais de 10 mil livros, com descontos de até 20 por cento". Para se associar, "basta pertencer à comunidade universitária, pagar cem cruzeiros

cota/parte". Segundo o presidente da Cooperativa, a organização tem condições de adquirir qualquer edição nacional de livros técnicos "e até estrangeiros" sendo apenas suficiente que o interessado faça o pedido e pague um pequeno percentual sobre o preço do livro que deseja adquirir.

A CULTURA INDUSTRIAL — O pioneirismo de editores tais como a Civilização Brasileira, José Olímpio, Francisco Alves, serviu apenas de exemplo aos empresários que se lançaram no mercado editorial. A Civilização Brasileira, que possui muitos dos melhores títulos da literatura brasileira, igualmente a José Olímpio, esteve em situação de insolvência. A Livraria Francisco Alves se modernizou para poder competir e sobreviver.

A vocação de livreiro era, como bem definiu José Pereira, um sacerdote. Os editores realmente estavam conscientes de que seu produto era a cultura e o beletismo. A produção — quase artesanal — jamais considerava os problemas econômicos, ofício quase detestável, se considerado o objetivo maior de disseminar a cultura. Hoje, os tempos mudaram. O livro passou a ser tratado como produto e o leitor como consumidor, ambos envolvidos pelas frias leis de mercado e como tais, sujeitas ao condicionamento de "marketing", controle de custos, produção em massa e toda uma parafernália de instituições surgidas com a revolução industrial e decorrentes do modelo capitalista.

No país, coube à Editora Abril iniciar essa revolução. Foi ela quem lançou o primeiro programa de massificação da literatura universal e conquistou um mercado nunca antes imaginado: o grande público consumidor de livros policiais e revistas em quadrinhos. E não a toa — seus livros foram vendidos em bancas de jornais. No mesmo itinerário veio a Editora Três, acompanhada da Editora Civilização Brasileira e Livraria José Olímpio Editora.



Cena comum nas livrarias: poucos clientes em busca das novidades literárias.

A cultura tradicional peca por elitismo, por isolacionismo, por teimar em desconhecer — ou não levar a sério — as modernas técnicas de venda. Se o livro é publicado, o pressuposto é o de que seu autor deseja ser consumido. Por que, então, desprezar o suporte oferecido pelas modernas técnicas de comunicação e de vendas? Afinal, o objetivo maior da cultura nacional não é o de tornar acessível ao povo a memória nacional, a boa literatura?

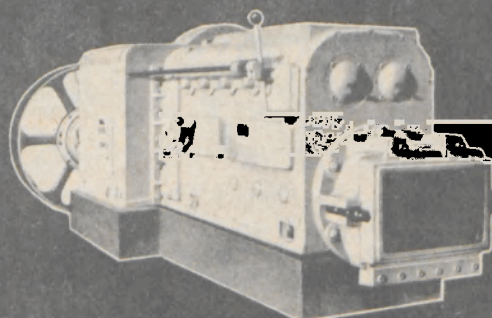
a produção do livro é condicionada a tantos fatores econômicos que vão desde a importação do papel e dos equipamentos de composição e impressão, até o lançamento no mercado, passando por considerações de ordem financeira (os custos) — por que não sujeitá-lo também às regras econômicas? A massificação do consumo do livro no entender dos livreiros seria também uma medida abrangente, porque, além de captar novos consumidores para as livrarias, aumentaria quantitativamente a venda "per capita" pelo próprio acesso que o público

PRODUZIR EM MASSA — Se

MÁQUINAS PARA CERÂMICA M.V.P. 5 Super MORANDO

CÊSAR Comércio e Representações Ltda.

RUA DR. BARATA, 209 — CX. POSTAL, 71 — FONES: 222-8490 E 222-8491 — NATAL-RN



EIXOS EM AÇO ESPECIAL
TRATADO

POLIA DE COMANDO COM
FRIÇÃO PNEUMÁTICA

LUBRIFICAÇÃO FORÇADA

TODAS AS PARTES DESGAS-
TÁVEIS SÃO RECAMBIÁVEIS

teria ao livro, ofertado a preços convenientes para o leitor, vez que a produção em massa reduziria muito o custo unitário.

FALTA DE AGRESSIVIDADE — O comércio de livros em Natal se ressentia de um público consumidor mais amplo, por falta de agressividade. A Editora Abril, com os lançamentos de massa, provou que é o livro que deve buscar o leitor — onde este se localize — e não o contrário. Fixar anúncios nas vitrines das livrarias não é exatamente um apelo publicitário de massa. Os jornais de maior tiragem, as publicações de todos os níveis editadas em Natal, devem ser utilizadas na veiculação de livros, através, por exemplo, de colunas especializadas mantidas pelas livrarias. A conquista do grande público não é um trabalho fácil. Mas é possível. Veja-se o exemplo de Jorge Amado, que vende literatura da melhor qualidade, admitindo um tratamento comercial em suas obras.

O grupo Walter Pereira, recentemente, remeteu "folders" — folhetos explicativos a todos os advogados inscritos no Conselho profissional, informando sobre os títulos que tinha para oferta no campo jurídico com um indicativo de preços, fazendo ligeira abordagem sobre cada título. Já é um bom começo, embora voltado para uma clientela específica. Por que não utilizar métodos semelhantes para atingir o grande público?

A solução, diante dos impasses gerados pela própria estrutura econômica do país, é sair do imobilismo. Não ficar a espera do cliente, mas buscá-lo; criar suas próprias condições de sobrevivência, sem depender de auxílio governamental. É também um serviço que a classe prestará a toda iniciativa privada nacional; acabar com a herança paternalista de entender que o governo deve resolver todos os problemas da conjuntura — inclusive os da iniciativa privada.

QUEM CONSTRÓI, SABE: NA HORA DE COMPRAR MADEIRA, Queiroz Oliveira

Tudo é uma questão de lógica. Quem possui maiores estoques e se abastece diretamente das principais fontes produtoras, tem todas as condições para atender melhor. É por esta razão que QUEIROZ OLIVEIRA mantém sua posição de liderança no comércio de madeiras no Estado. O seu sistema de atendimento é eficiente e lá você também encontra tudo o que precisa para a sua construção.



QUEIROZ OLIVEIRA
MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO

Av. Rio Branco, 185 — NATAL R. Cel. Gurgel, s/n — MOSSORÓ

CONFIANÇA A QUEM CONSTRÓI

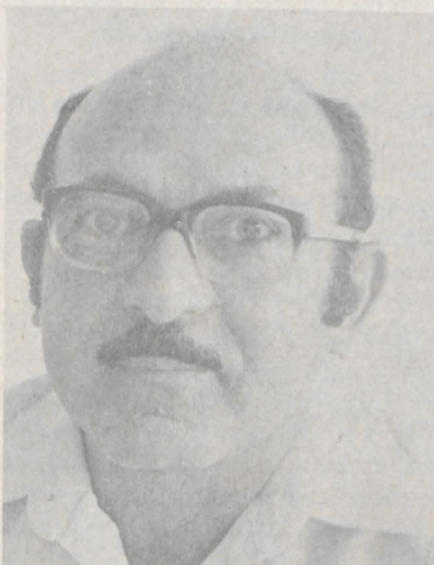
CREA ESTUDA NOVOS MEIOS DE ELIMINAR A PRÁTICA DO "CANETISMO"

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia existe para fiscalizar o exercício destas profissões. Apesar de muito bem estruturado no Rio Grande do Norte, o órgão consegue evitar o descumprimento do código de ética profissional, não podendo impedir, por exemplo, a prática do "canetismo", através da qual alguns engenheiros a troco de "gorjetas" apõem suas assinaturas em projetos elaborados por leigos. Mas medidas estão sendo programadas para conter ou diminuir casos como esse.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) é uma autarquia corporativa, que tem como principal atribuição fiscalizar o exercício dos profissionais liberais a ela vinculados, inclusive zelando sempre pelo rigoroso cumprimento da ética. Sua implantação no Rio Grande do Norte só foi possível graças ao esforço de muitos abnegados, já que, para justificar a criação de uma Região, o Estado teria de provar — entre outras coisas — capacidade financeira. A luta, entretanto, continua. Agora, o órgão intensifica sua ação contra os denominados "caneteiros", engenheiros que a troco de "gorjetas" assinam plantas e se responsabilizam tecnicamente por obras de engenharia.

O COMEÇO — Há treze anos atrás, os profissionais saídos das Escolas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, para exercerem suas profissões no Rio Grande do Norte, teriam de obter licença em Recife. Em Natal, funcionava apenas uma Delegacia do CREA, subordinada à 2ª Região, sediada em Recife.

Foi então que um grupo composto por Rômulo Pinto, Daniel Holanda e Raimundo Gomes — o primeiro, engenheiro (à época, delegado do CREA), e os dois últimos, arquitetos — resolveu lutar para criação de uma Região, aqui no Estado. A luta foi cansativa, mas vitoriosa.



Adilson Gomes de Lima, presidente do CREA, pretende aperfeiçoar a atuação do órgão de classe e combater o "caneteiro".

Conseguiram sensibilizar o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) que, pela Resolução 179, de 10 de julho de 1969, criou a 18ª Região, sendo a entidade instalada no mesmo ano, no mês de outubro.

RESULTADOS SATISFATÓRIOS — Daniel Holanda, um dos fundadores, ex-conselheiro do CREA da 16ª Região, ex-conselheiro do CREA da 18ª Região e ex-conselheiro do CONFEA, arquiteto, professor da UFRN, acha que "nes-

tes dez anos, o CREA/RN vem alcançando resultados satisfatórios não só pela valorização do profissional, como também no que respeita às suas atividades rotineiras — de emissão de carteiras profissionais, registros de firmas, expedição de certidões a empresas a respeito de acervo técnico, registro de projetos e aplicação de penas disciplinares aos infratores".

O atual presidente da entidade, engenheiro Adilson Gomes de Lima, eleito para um mandato de três anos, é professor da UFRN e considera atingidas as metas a que se propõe a autarquia: "Já possui sede própria e tem cumprido fielmente todos os dispositivos dos seus Estatutos". Entretanto, pretende que o CREA procure sempre aperfeiçoar seus serviços.

SEM REMUNERAÇÃO — O presidente e os conselheiros não percebem qualquer remuneração pelo exercício de suas funções. O mandato é considerado de interesse público, tanto assim, que ao término do mandato — a cada triênio — o CONFEA outorga a cada um dos vinte e um membros e respectivos suplentes, um certificado por relevantes serviços prestados à Nação.

Como autarquia, contudo, o pessoal administrativo é remunerado. "São regidos pela CLT" — informa a advogada Vilma Lúcia França, diretora-administrativa do CREA/RN

— e prossegue, “*possuímos um pessoal de excelente nível, capaz de desenvolver o serviço tal como é requerido*”.

Adilson Gomes de Lima é de opinião que os profissionais atendidos pelo CREA, “*têm se mostrado satisfeitos com a atuação da autarquia, embora o seu campo de atuação pudesse ser ampliado. As restrições dessa atuação ficam por conta da exiguidade de recursos*”. Gostaria o presidente, que “*a missão do CREA fosse conhecida e entendida pela comunidade, realçando seu papel de órgão disciplinador do exercício profissional*”.

PROBLEMAS — O CREA conta hoje com cerca de 1.700 profissionais inscritos — entre universitários e técnicos de nível médio, além de visados. Os profissionais registrados mantêm a seguinte composição: engenheiros civis (a área mais difundida), cerca de 60%; arquitetos e urbanistas 10%; engenheiros agrônomos, 15%; e técnicos de nível médio, 10%.

Segundo Daniel Holanda, problemas existem, mas são solucionáveis: “*O início foi mais duro. Principalmente, na fase de implantação: assentamento das responsabilidades profissionais no âmbito do Estado, normas para relacionamento com outras repartições, além da própria definição de responsabilidades técnicas*”.

Já para Adilson Gomes, um grande problema que o CREA está enfrentando “*é o de conscientizar os profissionais — especialmente os recém-formados — sobre o papel fiscalizador do CREA, de tal forma que não fiquem tão desinformados a respeito de suas reais atividades e finalidades*”. E conclui: “*Para isso, existe um trabalho da atual presidência e conselheiros em conjunto com a Escola de Engenharia da UFRN, no sentido de que seja criada uma nova disciplina que trate da legislação do CREA e problemas de ética profissional*”.

Daniel Holanda acha fundamental que os profissionais associados ao CREA se conscientizem do fato de que “*o CREA não trata de polí-*



Daniel Holanda: “Nesses 10 anos, o CREA vem ajudando a valorizar a profissão”.

tica de empregos, nem estudos técnicos especializados ou de mercado, embora influencie esses setores. Basicamente, sua atividade é orientar e fiscalizar o exercício profissional”.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA — Até agora, o CREA não cuidou de regulamentar o número de obras ao encargo de cada engenheiro, embora Conselhos Regionais de outros Estados já disponham de normas nesse sentido. “*É intenção da nova diretoria — informa Adilson Lima — cuidar especialmente deste assunto*”. Segundo o presidente, “*o ponto de partida para a ação direta de regulamentação, é o pressuposto de que é praticamente impossível para um único engenheiro administrar dez ou quinze obras, dando assistência diária — principalmente quando desempenham outras funções*”.

Daniel Holanda é mais subjetivo: parte de um princípio de responsabilidade pessoal, de auto-censura. E explica:

“*Não existe uma legislação específica que limite a atividade profissional dentro de um padrão quantitativo de serviços, projetos ou obras e, em não havendo uma ação limitadora por parte do CREA, caberá a cada profissional zelar pelo seu conceito profissional*”.



Manoel Coelho: “Projeto arquitetônico é de exclusiva competência do arquiteto”.

O CANETEIRO — Há uma velha aspiração entre engenheiros e arquitetos: coibir a ação dos “caneteiros”. O “caneteiro” é o profissional habilitado que, premido pela falta de trabalho ou a necessidade de lucro imediato, empresta seu nome para projetos ou execução de obras.

Adilson Lima atribui ao problema uma dimensão nacional: “*Esta espécie de profissional existe em todos os Estados. É claro que o “caneteiro” fere frontalmente nosso Código de Ética. Mas, para coibi-lo seria necessário atribuir à responsabilidade técnica um padrão quantitativo*”.

Quanto ao arquiteto, o problema se situa numa faixa de concorrência criada pelos desenhistas. Manuel Coelho, arquiteto, delegado estadual do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), considera ilegal a competência do desenhista para projetar. Diz ele:

“*Existe uma legislação espectral segundo a qual o projeto arquitetônico é de exclusiva competência do arquiteto legalmente habilitado. A concorrência é desleal, porque a competição é travada com técnicos que possuem apenas uma visão gráfica do projeto, sem nenhuma formação acadêmica — e como tal, “vendem” seus projetos a qualquer custo, sem nenhuma responsabilidade, em prejuízo do dono da obra*”.

O arquiteto Daniel Holanda entende que o CREA tem todas as armas para coibir a ação do desenhista/projetista: *“É questão apenas de querer e saber usá-las”*. Compara a ação de coibir semelhante à utilizada pelos médicos através do seu Conselho Regional, contra os charlatões.

A REBELIÃO ESTUDANTIL — Fernando Bezerra, engenheiro, diretor da ECOCIL (uma das maiores indústrias de construção civil do Estado), tem um depoimento a respeito dos “caneteiros” da época em que era estudante de Engenharia: *“Eu e dois outros colegas — Luciano Barros (falecido) e Genário França — fomos pioneiros no movimento de combate ao caneteiro. Em 1963, quando se aproximava o término do nosso curso de Engenharia, resolvemos sair à noite nas construções da cidade, recolhendo placas dos “caneteiros” e chegamos a reunir centenas delas. Juntamos todas defronte à Escola de Engenharia e colocamos, bem à frente, uma faixa de apelo “Abaixo a canetinha”*.

“Acredito — prossegue Fernando — que, na época, nossa campanha surtiu algum efeito, apesar da maneira pitoresca com que a revolta foi orientada e que até hoje é motivo de anedotário”.

Hoje, Fernando acredita em medidas mais efetivas, embora reconhecendo que é um problema nacional. *“Poderíamos apontar como uma das causas, uma quase saturação do mercado de trabalho para os profissionais das diversas áreas da Engenharia, quando sabemos que a Universidade lança no mercado centenas de profissionais, anualmente, o que é desproporcional à capacidade de absorção pelo próprio mercado”*. Finaliza, afirmando: *“O engenheiro recém-formado sai hoje muito “teorizado” da Universidade, para competir num mercado que exige, antes de qualquer outra coisa, larga folha de serviços prestados, experiência prática. O engenheiro civil está sujeito a competir com o mestre-de-obras, com muito mais vantagem para este, pois além da larga experiência em obras, é um executi-*



Fernando Bezerra relembra uma revolta dos estudantes de Engenharia contra os “caneteiros”.

vo, um “tocador de obras”, peça fundamental para as empresas de construção que operam com cronogramas rígidos”.

ESTRUTURA DO ENSINO — A explicação e a justificativa do “caneteiro” talvez esteja nas declarações

finais do diretor da ECOCIL: a formação teórica do jovem engenheiro, a saturação do mercado profissional e a exigência de um exame seletivo que requer precisamente o que o jovem engenheiro não possui — a experiência. Diploma na mão, a expectativa da comunidade para que ele se torne uma força produtiva de trabalho — expectativa aliás, partilhada pela família — o profissional inabilitado em termos práticos para o exercício profissional encontra sentido econômico numa atividade que só requer uma caneta. Existem, é óbvio, os profissionais que simplesmente buscam o lucro fácil por carência de recursos — consequência de sua própria incompetência profissional — ou mero espírito de especulação. Parte da culpa, portanto, deve ser atribuída à própria estrutura educacional brasileira, que, ao invés de produzir acadêmicos para um mercado saturado, poderia formar técnicos qualificados para o desempenho de funções setorializadas.

BOMBAS SUBMERSAS
PARA FAZENDAS, INDÚSTRIAS
E RESIDÊNCIAS
e'com **CYRO CAVALCANTI**



ÁGUA DE ONDE ESTIVER PARA ONDE VOCÊ QUISER

- VENDAS
- INSTALAÇÃO
- PERFURAÇÃO
- ASSISTÊNCIA

CYRO CAVALCANTI
Av. Duque de Caxias, 170 - Fone 222.7072, 222.2234
Ribeira-Natal



EVOLUÇÃO DO ESTADO ECONÔMICO

Estabelecendo-se as premissas da evolução do Estado a partir do industrialismo, vê-se, na teoria de LOCKE, a junção sistemática das concepções individualistas em defesa dos direitos inatos do homem, tendo como fonte as leis naturais e características básicas, a superioridade do indivíduo, a tutela do Estado, o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

ADAM SMITH ("teoria dos sentimentos morais" 1775), propôs a ordem jurídica assecuratória da expansão dos impulsos fundamentais, por ele considerados, como o egoísmo, a simpatia, o hábito do trabalho, a aspiração de liberdade, o sentido de propriedade e tendência à troca de bens. Nasce com SMITH a "autonomia contratual", ainda hoje figura dogmática do direito privado.

O liberalismo, cujo coroamento foi a Revolução Francesa, situa-se como a luta histórica contra as instituições limitadoras da vocação de liberdade, projetando-se no campo jurídico econômico com o princípio da livre **Iniciativa econômica**. A filosofia da Revolução Francesa próspera, basicamente, até a guerra franco-prussiana (início do século XIX) com o Estado exercendo os serviços de interesses comuns, não acessíveis às entidades econômicas privadas.

A queda de Napoleão III, a Comuna de Paris em 1871, as agitações sociais e a concentração do capital, determinaram, em princípio, a falência do **laissez faire**. O processo industrial emergente, substituindo a mão-de-obra nativa pela máquina tornou gradativamente inviável a máxima liberal, de que

"O nível dos salários tenderá ao ponto de equilíbrio, através das oscilações resultantes dos vários graus de mobilidade do capital e do trabalho".

O novo contexto social, econômico e político do pós-liberalismo, colocou em risco a teoria de SMITH, tendo em vista tendência crescente à acumulação de capital e a plasticidade da procura do emprego. Como isto, tornou-se impossível o equilíbrio natural entre os fatores sociais da produção, pela aplicação, no mercado de trabalho, da lei da oferta e da procura.

As reações iniciais ao liberalismo influíram, como não poderia deixar de ser, no ordenamento jurídico então vigente. Daí surgiram o disciplinamento da responsabilidade civil no dano direto (direito à indenização); as regras impositivas nas

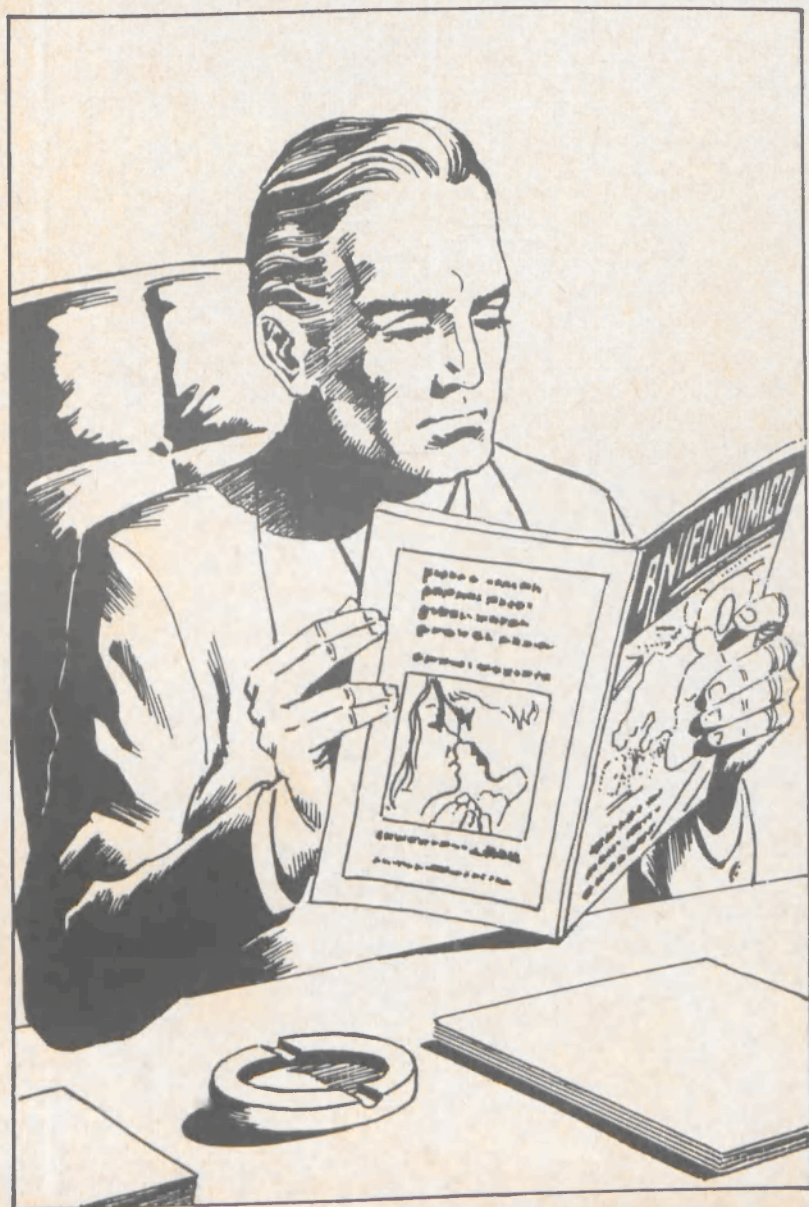
relações entre os concorrentes, estabelecendo-se a figura do abuso do direito (ou da emulação); sanções àqueles que contrariassem as normas morais, tais como, práticas não equitativas do comércio, sobressaindo o direito anglo-americano com disposições expressas acerca da obediência às regras da equidade econômica. O Poder Público passava a resguardar a igualdade e as liberdades econômicas, fluindo a concepção, agasalhada no início do século, de que o bem público não poderia ser alcançado através das forças individuais, mas com a ajuda do Estado (neoliberalismo).

Nesse quadro evolutivo do Estado, surge o direito econômico (após a Primeira Guerra Mundial), originando-se, como já afirmado, na Alemanha e influenciando o direito francês, o italiano, enquanto nos países anglo-saxônicos e ditos socialistas teve características independentes e originais. Numa abordagem sucinta, as causas basilares do surgimento desses ramos do direito foram os conflitos de interesses entre o Estado e as entidades privadas, bem como a coordenação e o dirigismo global da economia pela burocracia.

A propósito da ingerência burocrática no organismo estatal, vale mencionar a observação judiciosa do Eminentíssimo Professor RAYMUNDO FAORO, na sua consagrada obra "Os donos do Poder", quando menciona, no caso específico da sociedade brasileira na primeira metade do século, a predominância das comissões e autarquias, envolvendo todas as áreas significativas da economia, a defesa da agricultura e da indústria extrativa: Departamento Nacional do Café (1933), Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (1931) e mecanismos análogos para o mate, o pinho, o sal e a borracha. Diz ainda, o Mestre FAORO, após considerar o estamento burocrático tutor da sociedade, ou, em momentos de normalidade, no exercício de discreta curatela, que;

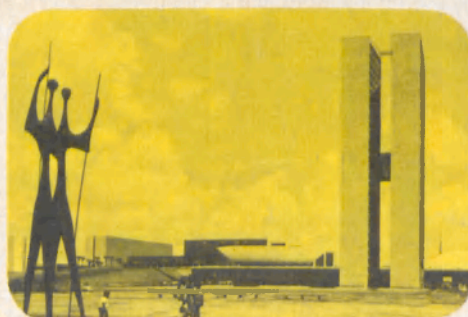
"O estamento burocrático desenvolve padrões típicos de conduta ante a mudança interna e no ajustamento à ordem internacional. Gravitando em órbita própria não atrai, para fundir-se o elemento de baixo, vindo de todas as classes. Em lugar de integrar, comanda; não conduz, mas governa. Incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente as reservas para seus quadros, cooptando-os, com a marca do seu cunho tradicional".

Empresa importante publica balanço em RN/ECONÔMICO



Quando você publica o balanço da sua empresa é porque você deseja que ele seja lido por quem entende. E quem lê RN-ECONÔMICO, entende de balanço! São milhares de leitores no Rio Grande do Norte, a maioria de comerciantes, industriais, investidores, políticos, administradores, profissionais liberais. Todos querem saber como anda a sua empresa. Por isso, programe RN-ECONÔMICO na hora de publicar balanço.

**NATAL,
DIRETO
PARA O
RIO,
SÃO PAULO
E BRASÍLIA,
VIA BANDERN**



O BANDERN cresceu com você.

Como você, ele tem atividades nas principais cidades do Estado e nas três mais importantes metrópoles brasileiras: Rio, São Paulo e Brasília.

Daqui prá lá, de lá prá cá, é só você dizer como quer: pagamentos, transferências, depósitos, empréstimos, com aquela facilidade, segurança e rapidez que só é possível entre conterrâneos e amigos.

Teste a eficiência do BANDERN em nível nacional e tenha mais um motivo de tranquilidade nos seus negócios pessoais ou de sua empresa.

bandern

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

O Banco do Amanhã, Hoje mesmo